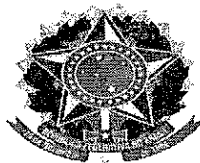




**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1 Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e 2014, das 9h às 18h, na sala de reuniões  
2 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, em Brasília, Distrito  
3 Federal, reuniu-se o CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.  
4 Sob a presidência da senhora JUREMA MACHADO, Presidenta do Instituto do  
5 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para deliberação da seguinte Ordem-do Dia:  
6 na parte da manhã - 1. Aprovação da Ata da 74ª Reunião do Conselho Consultivo. 2.  
7 Proposta de Registro da Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à  
8 Cajuína no Piauí, como Patrimônio Cultural Brasileiro. Processo: 01450.014375/2008-  
9 87. 3. Proposta de Tombamento, Proc. nº 1561- T – 08 – Estabelecimentos das  
10 Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Laticínios, em Campinas do Piauí, e  
11 Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, em Floriano/PI. Processo:  
12 01450.010249/2008-53. À tarde: 4. Proposta de Tombamento, Proc. nº 1460-T-00 –  
13 Casa Grande e Tulha da antiga Chácara do Paraíso das Campina Velhas, em  
14 Campinas/SP. Processo: 01450.013235/2008-25; 5. Proposta de Tombamento, Proc. nº  
15 1492-T-02 – Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situado no  
16 Distrito de Tamoios, município de Cabo Frio/RJ. Processo: 01500.005719/2010-49.  
17 PRESENTES os seguintes Conselheiros: Ângela Gutierrez; Arno Wehling; Breno Bello  
18 de Almeida; Ítalo Campofiorito; Luiz Phelipe de Castro Andrés; Marcos Castrioto de  
19 Azambuja; Maria Cecília Londres Fonseca; Myriam Andrade Ribeiro; Nestor Goulart  
20 Reis; Synézio Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes  
21 da sociedade civil; Acir Pimenta Madeira, representante do Ministério do Turismo;  
22 Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, representante do Instituto Brasileiro de Museus,  
23 Ibram; Carla Maia Casara, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
24 Recursos Naturais Renováveis-Ibama; Carlos Eduardo Dias Comas, representante do  
25 Ministério da Educação; Cléo Alves Pinto de Oliveira, representante do Ministério das  
26 Cidades; Cristiana Nunes Galvão Barreto, representante da Sociedade de Arqueologia  
27 Brasileira-SAB; Eugênio Ávila Lins, representante do Conselho Internacional de  
28 Monumentos e Sítios-ICOMOS; Maria da Conceição Alves de Guimaraens,  
29 representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; Roque de Barros Laraia,



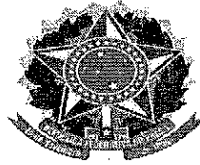
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

30 representante da Associação Brasileira de Antropologia-ABA. JUSTIFICOU  
31 AUSÊNCIA a Conselheira Lúcia Hussak van Velthem, representante da sociedade civil.  
32 Ausente Luiz Viana Queiroz. CONVIDADOS: Lenildo Lima e Silva, Presidente da  
33 Cooperativa dos Produtores de Cajuína do Piauí - Cajuesp; Arquiteto Nilson Coelho,  
34 Representante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano/CDU-PI; Gilberto  
35 Carvalho Guerra Junior, Prefeito da cidade de Floriano; Franciso da Cruz, Prefeito de  
36 Campinas do Piauí e Claudiana Cruz, Superintendente do IPHAN no Estado do Piauí.  
37 **Abertura.** A Presidenta do Conselho, Jurema Machado, abriu a reunião com as  
38 seguintes palavras: “Bom dia, senhores Conselheiros, e muito obrigada pela presença,  
39 especialmente porque hoje temos um quórum de quase 100%. Estamos iniciando essa  
40 75ª Reunião do Conselho Consultivo pelos informes que tem como primeiro ponto de  
41 pauta, o que tem sido tradicional no início das sessões. Os informes dizem respeito a  
42 temas de caráter geral que não implicam em deliberações. O primeiro deles foi objeto de  
43 apresentação sucinta na reunião passada, em razão da grande discussão pública que  
44 vinha ocorrendo em torno do Plano de Preservação de Brasília. Naquele momento da  
45 reunião anterior, o IPHAN participava de um grupo de trabalho que opinou e tentou  
46 introduzir aprimoramentos no Projeto de Lei do chamado PPCUB - Plano de  
47 Preservação do Centro Urbano de Brasília, de iniciativa do Governo do Distrito do  
48 Distrito Federal. Um Projeto de Lei que sempre nos preocupou e requereu muita atenção  
49 do IPHAN, uma vez que ele incide exatamente sobre a área tombada, o que significa  
50 que tais normas implicarão diretamente no nosso trabalho de preservação. Trabalhamos  
51 tentando aproximar ao máximo os princípios e critérios do tombamento do Plano Piloto  
52 ao Projeto de Lei que o GDF iria encaminhar à Câmara Legislativa. No início, a tarefa  
53 foi muito difícil, porque o próprio IPHAN se encontrava distanciado do conjunto de  
54 normas incidentes sobre a área, produzidas nas últimas décadas, de tal forma que as  
55 discussões que se estenderam por quase um ano e, ao final, agregaram também o  
56 Instituto de Arquitetos, a UnB e outras entidades de preservação da cidade, chegando,  
57 ao final, a um Projeto de Lei bastante satisfatório e compatível com as normas da  
58 preservação. Ocorre que, segundo legislação distrital, projetos de lei de matéria



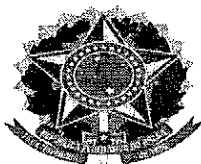
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

59 urbanística necessitam, antes de sua apresentação ao Legislativo, da aprovação de um  
60 Conselho chamado Conplan. O Ministério Público do DF questionou a composição  
61 desse Conselho, o que fez com que o projeto de lei que havia sido enviado ao  
62 Legislativo fosse invalidado por decisão judicial por não ter cumprido o rito adequado.  
63 A consequência é que não há, no momento, nada em votação na Câmara Legislativa do  
64 Distrito Federal. Como 2014 é ano eleitoral, esse tipo de matéria é muito complexa para  
65 ser votada, o que faz com que não tenhamos expectativa de que a matéria volte para o  
66 Legislativo. Da parte do IPHAN, esse mergulho na legislação distrital, nos possibilitou  
67 maior domínio de todas as normas produzidas ao longo de décadas, normas que se  
68 superpuseram, complementaram ou por vezes foram de oposição aos princípios da  
69 preservação. Ou seja, o IPHAN pôde se apropriar adequadamente de todo esse  
70 emaranhado normativo que foi produzido da década de 1990, até hoje. A área técnica do  
71 IPHAN se beneficiou por se atualizar e poder melhor se posicionar em relação a todo  
72 esse conjunto normativo, cujo volume é inacreditável: são cerca de seis ou sete  
73 volumes, que compreendem cerca de 800 pequenas normas, lote a lote, produzidas  
74 nessas décadas. No momento, o que temos? Temos um Projeto de Lei que pode nos  
75 orientar a fazer também a complementação das nossas normas, mas, concretamente, não  
76 temos nada em votação. Por outro lado, além desse mergulho que fizemos, a experiência  
77 nos possibilitou avaliar também a forma de atuação da Superintendência do DF,  
78 extremamente sobrecarregada com questões muito pontuais, enquanto que as questões  
79 estruturais de Brasília, muitas vezes passam ao largo. Para desonerar a Superintendência  
80 de questões menores, apoiaremos as questões administrativas e jurídicas por meio da  
81 nossa Sede para que a Superintendência se concentre exclusivamente no tema da  
82 preservação de Brasília. Em razão disso, nós convidamos para dirigir a  
83 Superintendência do Distrito Federal o arquiteto Carlos Madson, aqui presente. Carlos  
84 Madson teve uma trajetória que se iniciou pelo IPHAN no Maranhão e posteriormente  
85 atuou no próprio Governo do Distrito Federal como funcionário do antigo DEPHA –  
86 Departamento de Patrimônio, ou seja, conhece profundamente a cidade. Mais tarde, fez  
87 Mestrado e Doutorado cujos temas são Brasília e sua preservação. Estava ultimamente



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

88 desenvolvendo um belíssimo trabalho no Ministério da Saúde relacionado à  
89 infraestrutura para a saúde indígena, mas optou por retornar às origens e encarar esse  
90 desafio que é reconstruir a Superintendência do Distrito Federal. Fiz essa menção,  
91 porque, de fato, esta é uma Superintendência muito complexa, em um sítio tombado  
92 muito complexo, reconhecido como Patrimônio Mundial, com essa dimensão e com as  
93 pressões que sofre, e com os valores que tem. Esperamos que signifique um  
94 redirecionamento da atuação do IPHAN na cidade que, como disse, estava  
95 extremamente concentrada em minúcias e não conseguindo alcançar os aspectos mais  
96 estruturantes de Brasília. Outro informe de caráter geral diz respeito ao PAC Cidades  
97 Históricas e às 44 cidades que já iniciaram a implementação dos seus conjuntos de  
98 projetos. Temos uma situação bastante heterogênea entre cidades, umas com boas  
99 condições de execução e outras não, mas o programa está em andamento, com obras  
100 grandes sendo contratadas. Algumas das intervenções selecionadas podem fazer história  
101 na trajetória do IPHAN, como por exemplo, a do complexo de São Miguel das Missões,  
102 onde faremos um conjunto de intervenções no entorno do sítio, complementando e  
103 organizando equipamentos como o Museu e as informações turísticas, assim como toda  
104 a infraestrutura de visitação; o próprio Palácio Gustavo Capanema, onde faremos  
105 intervenção de grande profundidade e vários conjuntos ferroviários importantes, em  
106 especial a Vila de Paranapiacaba. São 425 obras para serem executadas em três anos,  
107 um tempo um tanto otimista, mas com possibilidade real de execução em sua maioria.  
108 Para vencer esse desafio, assim como outro, já mencionado, que é a enorme demanda do  
109 Licenciamento Ambiental que recai sobre o IPHAN, especialmente no que diz respeito  
110 à Arqueologia, vínhamos fazendo um esforço enorme para recompor nosso quadro de  
111 pessoal. Além de aprovamos no final do ano passado um projeto de lei que nos permitiu  
112 regularizar a situação de um concurso anterior e chamar mais cerca de 120 servidores  
113 permanentes para o IPHAN, distribuídos por todo o Brasil, que representam cerca de  
114 15% da força de trabalho atual, conseguimos autorização para realizar concurso para  
115 pessoal temporário, que irá trabalhar diretamente no Licenciamento e no PAC. Após a  
116 regularização do Concurso de 2009, possibilitada pelo projeto de lei mencionado,



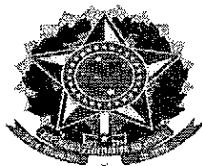
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

117 encaminhamos para o Ministério do Planejamento solicitação de concurso para cerca de  
118 400 vagas, tema sobre o qual ainda aguardamos decisão daquele Ministério. Estamos  
119 hoje em uma situação bastante delicada, decorrente da greve geral do Sistema da  
120 Cultura, que no momento alcança parte das Superintendências do IPHAN, assim como a  
121 Biblioteca Nacional, a Funarte e o Ibram. A situação está ainda bastante indefinida e as  
122 reivindicações dizem respeito à revisão de parte de um acordo que havia sido assinado  
123 pelo Sindicato dos Funcionários Públicos Federais em 2012. Vale dizer que a condução  
124 do IPHAN nesse caso vai depender da condução geral a ser dada pela Ministra da  
125 Cultura e pelo Ministério do Planejamento. No que diz respeito a questões internas,  
126 também objeto da pauta da greve, aí sim, temos maior governabilidade e vamos tratar  
127 delas como, aliás, já vínhamos tratando, pois em nenhum momento se negligenciou a  
128 temática de recursos humanos porque, hoje, ela é vital para o IPHAN, tanto pela  
129 natureza da Instituição e pelo valor dos seus quadros e por esse processo que vem  
130 atingindo grande parte das Instituições públicas de reposição de pessoal. Hoje os níveis  
131 salariais da área da Cultura são bastante defasados. No caso do IPHAN, onde lidamos  
132 com profissionais muito demandados pelo mercado, especialmente neste momento de  
133 pleno emprego e grande impulso da área de construção civil, resulta uma situação  
134 salarial bastante desconfortável para o IPHAN. Os senhores certamente verão notícias  
135 pela imprensa dos desdobramentos do movimento e de como será o comportamento do  
136 Governo com relação à greve. Da parte do IPHAN, a direção está aberta para conduzir  
137 tudo aquilo que estiver ao nosso alcance. Há um conjunto de demandas relacionadas à  
138 gestão de recursos humanos que, direta ou indiretamente, certamente terão  
139 consequências positivas, em que pesem as dificuldades do momento atual. O terceiro  
140 informe diz respeito a modificações que introduzimos na sistemática da Câmara de  
141 Arquitetura e Urbanismo. Primeiro instalamos as Câmaras formalmente e ontem já  
142 fizemos uma reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo seguindo essa nova  
143 dinâmica. Passo a palavra ao Diretor Andrey Schlee para relatar a reunião da Câmara de  
144 ocorrida ontem. O Diretor do Depam informou que a reorganização da Câmara Setorial  
145 de Arquitetura e Urbanismo se deu a partir do ingresso de novos Conselheiros no



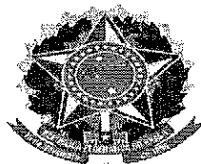
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

146 Conselho Consultivo e que reunião passou, também, a tratar de temas que  
147 tradicionalmente não haviam sido discutidos naquela Câmara, principalmente a partir de  
148 consulta do DEPAM à Procuradoria Federal, a qual indicou que alguns processos já  
149 discutidos no Conselho estavam com pendências que não implicavam na diminuição da  
150 abrangência da área preservada ou dos valores indicados para a preservação e poderiam,  
151 portanto, serem analisados pela Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. De acordo  
152 com Andrey a reunião teve por base a discussão de dois blocos temáticos, a saber:  
153 diagnóstico da situação dos processos de tombamento em curso no IPHAN e a  
154 discussão de cinco processos com pendências. Com o objetivo de receber aprovação das  
155 decisões da Câmara Setorial pelo Conselho, no intuito de dar trâmite e fechamento de  
156 alguns processos importantes, passou à leitura da Ata da reunião setorial: *“Às 14 horas*  
157 *do dia 14 de maio, na sede do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico*  
158 *Nacional foi realizada a 9ª Reunião da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo,*  
159 *com a presença dos Conselheiros Carlos Eduardo Comas, Cléo Alves Pinto de*  
160 *Oliveira, Eugênio Ávila Lins, Marcos Castrioto Azambuja, Maria da Conceição Alves*  
161 *de Guimaraens e Nestor Goulart Reis Filho, além da presidenta do Iphan, Jurema*  
162 *Machado, do Diretor do Departamento do Patrimônio Material, Andrey Schlee, que*  
163 *passou aos itens da pauta. ITEM 1. O Diretor do DEPAM fez uma apresentação geral*  
164 *contendo o diagnóstico da situação dos processos de tombamento em trâmite no*  
165 *IPHAN. Particularmente detalhou o número de bens tombados inscritos nos livros do*  
166 *tombo 1.100) bens tombados no país, o número de bens sob tombamento provisório*  
167 *(37), o número de bens com tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo, mas com*  
168 *pendências (107), e o número de processos de tombamentos inconclusos ou reaberto*  
169 *(425)”* Antes de prosseguir a leitura aludiu ao que foi mencionado no dia anterior sobre  
170 o esforço de toda a Instituição no controle e sistematização e, inclusive de diminuir esse  
171 passivo, que, nos últimos dois anos, passou de 700 para 400. Em seguida retomou a  
172 leitura da Ata: *“Explicou ainda a situação atual dos bens oriundos da extinta rede*  
173 *ferroviária federal, dos bens arqueológicos e dos bens paleontológicos, todos exigindo*  
174 *por parte do IPHAN um choque de Gestão. O Diretor do Depam passou então à*



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

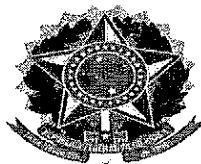
175 *apresentação de um conjunto de 13 medidas de implementação imediata que poderão*  
176 *contribuir de forma efetiva para a diminuição do passivo processual e agilização dos*  
177 *trâmites institucionais, das quais três propostas necessitam de aprovação da Câmara*  
178 *Setorial: (1) Tratar a proteção do patrimônio arqueológico nos termos da Lei nº. 3.924*  
179 *de 1961, e não do Decreto Lei 25 de 1937”. Explicou que, além do Decreto Lei 25/37,*  
180 *desde 1961 existe uma lei específica, muito menosprezada, que protege o patrimônio*  
181 *arqueológico diretamente como bens da União além de definir uma série de*  
182 *procedimentos, desde o registro dos sítios arqueológicos até inclusive a proibição de*  
183 *comercialização de artefatos ou bens arqueológicos no país. Deu prosseguimento à*  
184 *leitura: “... (2) Sobrestamento dos processos de tombamento de bens paleontológicos,*  
185 *até a definição de uma política institucional; (3) Sobrestamento dos processos de*  
186 *chancela da paisagem cultural, até a revisão da Portaria 127/2.009. Após as*  
187 *discussões, sintetizadas no relato anexo a esta Ata, considera-se aprovados os três*  
188 *pontos sugeridos pelo diretor do Depam. Nada mais havendo informar, O Diretor*  
189 *passou a palavra à Coordenadora de Identificação e Reconhecimento, Anna Finger,*  
190 *que passou ao próximo item da pauta. **ITEM 2. Análise de processos de tombamento.***  
191 *Em decorrência do diagnóstico apresentado acerca da situação dos processos de*  
192 *tombamento com pendências, foram analisados cinco processos de tombamento abertos*  
193 *e que necessitam de análise e deliberação do Conselho para viabilizar a continuidade*  
194 *dos trâmites de homologação e inscrição nos Livros o Tombo. **ITEM 2.1. Processo nº***  
195 ***1553-T-08 (01450.005680/2008-88)–Centro Histórico de Porto Nacional/TO:***  
196 *alteração das poligonais de tombamento e entorno. A proposta de alteração decorre da*  
197 *dificuldade de Gestão por parte do IPHAN, causada pelas poligonais atualmente*  
198 *definidas. A poligonal de tombamento secciona faces de quadra em dois pontos,*  
199 *fazendo edificações de características semelhantes e situadas lada a lado estejam*  
200 *submetidas a regimes distintos de proteção, sendo, portanto, proposta sua extensão*  
201 *para abarcar a totalidade das faces da quadra. Foi proposta, ainda a extensão da*  
202 *poligonal para abarcar 20 metros da Represa de Lageado, de forma a dar ao Iphan*  
203 *legitimidade para opinar em projetos de aterros ou equipamentos como trapiches ou*



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

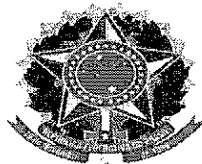
204 *piers, propostos para frente imediata do Centro Histórico. Após a discussão, foi*  
205 *sugerida a aprovação da proposta de alteração das poligonais conforme pareceres*  
206 *técnicos e elaborados pelo IPHAN, e notificações ITEM 2.2. Processo nº 968-T-78*  
207 *(01450.011602/2008-12) – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Icó-*  
208 *CE: alteração da poligonal de tombamento. A proposta de alteração decorre da*  
209 *percepção de que a área atualmente delimitada é insuficiente para garantir a*  
210 *preservação dos valores atribuídos ao bem, além de dificultar o entendimento das*  
211 *decisões do Iphan por parte da população local e, conseqüentemente, das rotinas de*  
212 *fiscalização e análise das intervenções propostas, sendo proposta a ampliação de*  
213 *quatro trechos, três deles contíguos à poligonal atualmente delimitada, além da*  
214 *inclusão de uma quadra descontínua. Não foi proposta alteração na poligonal de*  
215 *entorno, que abrange a totalidade da nova área de tombamento proposta. Após*  
216 *discussões, foi sugerida a aprovação da proposta de alteração das poligonais,*  
217 *conforme Pareceres Técnicos elaborados pelo Iphan e notificações já encaminhadas.*  
218 **ITEM 2.3. Processo nº 526-T-55 - Santuário de Nossa Senhora da Piedade,**  
219 **conjunto arquitetônico e paisagístico, em Caeté, Minas Gerais: análise de**  
220 **impugnação. Após a notificação de rerratificação, a Prefeitura Municipal de Caeté**  
221 **encaminhou impugnação, alegando não terem sido publicados os mapas que ilustram a**  
222 **nova poligonal, recebido no Iphan apenas após a realização da 66ª Reunião do**  
223 **Conselho Consultivo, ocorrida em 09 de dezembro de 2010, que votou a proposta.**  
224 **Analisada pela Procuradoria Jurídica constatou-se ter sido a impugnação enviada fora**  
225 **do prazo, além de improcedente no mérito. Entretanto, em atendimento à nova**  
226 **manifestação da Procuradoria Jurídica, que recomendou seu conhecimento pelo**  
227 **Conselho, foi analisada no âmbito da Câmara Setorial que entendeu que, uma vez que**  
228 **a publicação no Diário Oficial delimitou a poligonal por coordenadas geográficas, e**  
229 **não foram apontados argumentos que questionem a motivação do tombamento, não**  
230 **seja acatada a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal. Andrey explicou**  
231 **que esse era um processo mais antigo, de 1955, em que houve um tombamento e, num**  
232 **segundo momento, uma rerratificação e a ampliação desse tombamento, abarcando um**





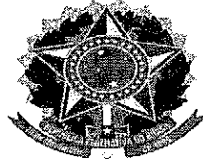
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

233 conjunto de duas edificações projetadas pelo Assis da Rocha Miranda, uma espécie de  
234 uma capela, de um novo templo e um restaurante. **ITEM 2.4. Processo nº 1511-T-03**  
235 **(01450.015786/2006-28) – Casa de Vidro, sede do Instituto Lina Bo Bardi:** “Quando  
236 da apreciação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em  
237 2007, o Parecer do Conselheiro Relator, Sr. Paulo Ormino, aprovado por  
238 unanimidade, apontou como objeto de tombamento e entorno o mesmo definido pelo  
239 Condephaat, ou seja, como teriam sido indicados nos pareceres técnicos e jurídicos  
240 elaborados pelo Iphan e constantes no processo. Entretanto, analisando o processo,  
241 observa-se que o tombamento pelo Condephaat não estabeleceu a poligonal de entorno,  
242 e os pareceres técnicos e jurídicos apontam para o tombamento apenas da edificação, e  
243 seu entorno correspondendo ao lote em que está inserido. Após análise, a Câmara  
244 Setorial sugere ratificar o tombamento isolado da edificação conhecida como “Casa de  
245 Vidro”, que abriga atualmente a sede do Instituto Lina Bo Bardi, e como entorno o lote  
246 na qual está inserido, situado à Rua General Almerio de Moura, nº 200, no Bairro  
247 Morumbi, São Paulo, com área de 6.713,16 m<sup>2</sup>, conforme aponta a instrução técnica  
248 do processo e notificação original, encaminhada à Presidência do Instituto Lina Bo  
249 Bardi, em 30 de janeiro de 2007, e que contou com sua anuência expressa. Andrey  
250 citou, então, o parecer do Conselheiro para justificar a posição da Câmara, “Olha, eu  
251 concordo com a definição de área tombada e de entorno como fez o Condephaat”.  
252 Entretanto, o Condephaat não havia delimitado a área de entorno. E nós ficamos com  
253 esse vazio que foi preenchido com a votação de ontem. **ITEM 2.5. Processo nº 1548-T-**  
254 **07 (01450.015271/2007-17) – Igreja São Judas Tadeu, em Vargem/SC (Bens da**  
255 **Imigração/SC): inclusão da Igreja de São Judas Tadeu, em Vargem/SC.** Uma vez que,  
256 por solicitação da Conselheira Relatora, o bem foi nominalmente excluído do primeiro  
257 grupo de bens analisados durante a 55ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em  
258 2006, por não terem sido localizadas informações que permitissem sua análise, e  
259 tampouco foi mencionado na 67ª Reunião, em 2010, que analisou a inclusão de outros  
260 13 bens, a Igreja de São Judas Tadeu, situada em Vargem/SC, permanece sob  
261 tombamento provisório, sem ter sido definida sua inclusão ou exclusão do conjunto.



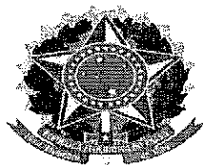
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

262 *Assim, considerando que as informações necessárias estão contidas no processo, o*  
263 *Conselheiro Eugênio Lins se propôs a relatar o processo, que será apreciado na*  
264 *próxima reunião do Conselho Consultivo para deliberação acerca do mérito do bem em*  
265 *compor o conjunto, cujo tombamento já foi aprovado e sua inclusão nos Livros do*  
266 *Tombo Histórico e de Belas Artes. Nada mais havendo a tratar a Presidenta do Iphan*  
267 *encerrou a sessão que foi lavrada a presente ata. Assinam, em Brasília, em 13 de maio*  
268 *de 2014 de maio de 201. Andrey Rosenthal Schlee, Diretor do Depam; Conselheiros:*  
269 *Carlos Dias Comas, Cléo Alves Pinto de Oliveira, Eugênio Ávila Lins, Marcos*  
270 *Castrioto Azambuja, Maria da Conceição Alves de Guimaraens e Nestor Goulart.*  
271 Finalizada a leitura da Ata, Andrey informou da seguinte decisão: “Para finalizar, ainda  
272 a respeito dessas medidas que buscam agilizar as nossas atividades, e particularmente a  
273 do Conselho Consultivo, há uma decisão que nós estamos implantando na reunião de  
274 hoje, que diz respeito de a gente ter duas Atas por reunião. Uma é a Ata tradicional que  
275 nós estamos chamando de Ata de Sessão, que resulta da gravação de todas as falas  
276 dos Conselheiros como tradicionalmente foi feito, gerando um documento importante  
277 para o dia a dia da Instituição, e para a história da Instituição. E nós vamos a partir de  
278 hoje também adotar uma Ata de Decisão, que conterà as decisões, sobre todas as  
279 decisões de maneira que fique muito claro o nome do bem, os livros em que deverá ser  
280 registrado, e os valores indicados. Com essa Ata de Decisão podemos acelerar,  
281 sobretudo, o processo de homologação por parte da Ministra de Estado que, em geral,  
282 também tem levado cerca um ano, em média, depois da decisão deste Conselho”. Em  
283 seguida a Presidenta Jurema Machado teceu o seguinte comentário: “O trabalho sobre o  
284 conjunto dos processos de tombamento em andamento, encontra-se em estágio muito  
285 interessante. Nossa Conselheira Cecília Londres explorou esse tema em seu livro  
286 *Patrimônio em Processo* com uma abrangência maior. É interessante conhecer todo esse  
287 conjunto de processos, mas é, sobretudo, interessante passar a priorizar o  
288 encaminhamento deles ao Conselho, com base em uma política ou uma estratégia, que  
289 dê ênfase a bens, setores ou regiões sub-representados no conjunto do Patrimônio  
290 Cultural Brasileiro. Quanto à Ata de Sessão, entre o término de uma sessão como esta, a



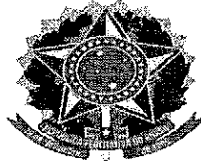
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

291 de gravação do material gravado, a elaboração da minuta de Ata e a revisão dela para  
292 encaminhamento do processo de tombamento, completo, à homologação da Ministra,  
293 têm-se um tempo muito longo, com perdas grandes pelo caminho. Volta e meia somos  
294 surpreendidos com processos que tomaram um tempo enorme entre a sessão do  
295 Conselho e a homologação final”. Em seguida a Presidenta passou a palavra ao  
296 Conselheiro Luiz Phelipe Andrés que parabenizou a Presidenta pelo empenho na  
297 resolução desses desafios e, abordando a questão dos bens sub-representados, sugeriu  
298 que sejam incluídos os bens ligados ao nosso patrimônio naval e náutico pela  
299 importância desse segmento na história do Brasil na gênese das cidades litorâneas e  
300 também de muitas cidades do interior que nasceram das navegações fluviais. De acordo  
301 com ele, esse patrimônio tem também um grande apelo por se constituir em um elo  
302 entre o patrimônio material e imaterial. Aproveitou para citar o Museu Nacional do  
303 Mar, referência mundial nesse assunto, enfrentando, hoje, situação bem delicada na  
304 conservação do seu acervo. Jurema Machado agradeceu ao Conselheiro e passou a  
305 palavra para a Conselheira Cecília Londres Fonseca. A Senhora Cecília Londres  
306 parabenizou a Presidenta pela apresentação de uma visão estratégica para a atuação do  
307 IPHAN dada à quantidade de demandas e de pressões que chegam a todo o momento.  
308 Disse que teve o privilégio de participar de uma parte da reunião de avaliação dos  
309 registros promovida pelo DPI com representantes de todo o país e pôde verificar a  
310 pressão que as pessoas que estão na ponta sofrem e a vontade de equacionar os  
311 problemas. Ressaltou a necessidade de não só aproximar o material e o imaterial cada  
312 vez mais, mas de conseguir administrar melhor o atendimento das demandas com uma  
313 visão estratégica de prioridades em relação à atuação do Iphan. Concluiu com a seguinte  
314 afirmação: “Fico feliz de ouvir o relato de que o número de projetos inconclusos  
315 diminuiu, porque realmente uma das coisas que mais me espantou quando eu me  
316 debrucei sobre os arquivos dos processos de tombamento, ao ver a quantidade, ainda na  
317 década de 90, de processos chamados na época de ‘em estudo’, mas que na verdade  
318 tínhamos ali processo, por exemplo, de 1938”. A Presidenta agradeceu o  
319 pronunciamento da Conselheira e em seguida passou a palavra o Conselheiro Ítalo



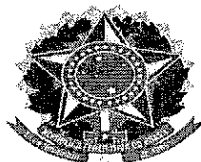
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

320 Campofiorito que, voltando ao informe de Jurema Machado sobre o PPCUB,  
321 manifestou-se sobre o Projeto de Lei do GDF na Câmara Legislativa e a Portaria de  
322 Tombamento de Brasília: “Eu acredito que é evidente na Portaria de Tombamento  
323 escrita e realizada por mim pessoalmente, com a aprovação do Lúcio Costa, que há  
324 coisas vagas, há falta de detalhes que trouxeram problemas ao Iphan. Entretanto, isso  
325 era deliberado porque essa era a mentalidade de Lúcio Costa. Ele gostava das coisas não  
326 muito definidas do ponto de vista de normativa de vez que fosse possível trabalhar entre  
327 certos limites. E assim foi que um simples Decreto do Governador José Aparecido, que  
328 pode ser refeito por qualquer Prefeito a qualquer momento e que podia ter sido refeito,  
329 durou décadas porque ele é um documento básico que a UNESCO utilizou para  
330 inscrever Brasília no Patrimônio da Humanidade. A única exigência daquele organismo  
331 foi que houvesse uma legislação local de proteção. A Presidência do IPHAN achava que  
332 o IPHAN não devia tomar uma cidade, que é um organismo vivo, que se modifica etc.,  
333 etc., e tal. O IPHAN não tombou. Foi expedida à UNESCO a inscrição de Brasília no  
334 Patrimônio da Humanidade sem que o IPHAN tombasse. De qualquer maneira o que se  
335 resolveu foi fazer um Decreto do GDF. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural  
336 votou a favor do tombamento por unanimidade e o Ministro da Cultura, à época, José  
337 Aparecido homologou o tombamento logo em seguida, no dia 12 de março de 1990,  
338 publicado no Diário Oficial da União de 13 de março de 1990. Esse Decreto durou até  
339 agora. Evidentemente como ele não é detalhado em tudo, ele desagradou muita gente.  
340 Ele tem sido, como me disse a Presidenta do IPHAN, objeto de uma confusão imensa  
341 porque volta e meia o Instituto não aprova uma coisa que a Prefeitura aprova, então que  
342 papel é esse que nós estamos fazendo aqui? A Presidenta tem toda razão. Conversamos  
343 várias vezes e é preciso que, se a Câmara Distrital vai se meter a fazer esse Decreto, que  
344 ele não substitua a Portaria, que a complemente, que dê os tais detalhes que não existem  
345 na Portaria. Eu acho isso”. O Conselheiro Ítalo ainda se dirigiu à Presidenta para  
346 perguntar em que ponto exato estaria documento a ser submetido ao Governo do  
347 Distrito Federal. A Presidenta respondeu que o documento produzido pelo Governo do  
348 Distrito Federal, começou mal e acabou bem e que, ao final, transformou-se em um bom



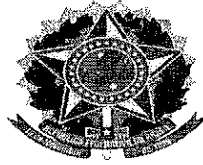
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

349 projeto, muito próximo daquilo que o IPHAN desejava, assim como os movimentos  
350 sociais da cidade, mas ressaltou que, por um problema de trâmite e por uma questão de  
351 origem política, houve o impedimento de o GDF levar o projeto à votação. Destacou  
352 que o projeto não está na Câmara por uma questão interna. Para enviar projeto de  
353 matéria urbanística à Câmara Legislativa, o GDF precisa primeiro aprová-lo em um  
354 Conselho chamado CONPLAN, cuja composição foi questionada pelo Ministério  
355 Público. Tudo que passou pelo CONPLAN está invalidado. Complementou dizendo que  
356 o caso está na Justiça, podendo o GDF ganhar essa discussão, mas se perder terá de  
357 recompor o CONPLAN, e submeter a ele, novamente a matéria para depois encaminhá-  
358 la à Câmara, possibilidade remota face ao período eleitoral, segundo Jurema. E, ainda  
359 de acordo com ela, o que foi produzido e o esforço de estudar o tema vai nos servir para  
360 orientar melhor o IPHAN para as complementações necessárias na Portaria 314. O  
361 Conselheiro agradeceu e fez uma última observação: “Se eu não registrasse em Ata que  
362 fiz esse pequeno pronunciamento, isso seria estranhado extremamente pelos meus  
363 companheiros de época, em relação do patrimônio do Brasil”. A Presidenta agradeceu  
364 ao Conselheiro Ítalo e passou para o **2º ponto da pauta**, a aprovação Ata da 74ª  
365 Reunião do Conselho. Enfatizou que a minuta de Ata já havia sido objeto de análise  
366 prévia por parte dos conselheiros e perguntou se haveria mais alguma complementação  
367 ou alteração. Não havendo questionamento **deu por aprovada** a Ata de Sessão da 74ª  
368 Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 27 de novembro de 2013.  
369 Imediatamente encaminhou a reunião para apreciação do **3º ponto de pauta, Proposta**  
370 **de Registro da Produção Tradicional e Prática Sociocultural Associada à Cajuína**  
371 **no Piauí como Patrimônio Cultural Brasileiro, cujo Relator do processo é o**  
372 **Conselheiro Roque Laraia**. Antes da leitura do Parecer, o Departamento do  
373 Patrimônio Imaterial houve apresentação de vídeo componente do processo instruído  
374 para registro da cajuína. Ao final da apresentação o Conselheiro Roque Laraia iniciou a  
375 leitura. **PROCESSO Nº 01450.014375/2008/87**. “A solicitação do Registro como  
376 Patrimônio Cultural do Brasil do “Modo de Fazer Tradicional da Cajuína do Piauí” foi  
377 encaminhada ao Senhor Presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, pela



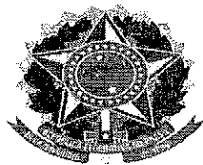
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

378 Cooperativa de Produtores de Cajuína do Piauí (CAJUESP) através do Ofício 3698,  
379 datado de 29 de outubro de 2008, assinado pela Senhora Marisa Borges, Chefe de  
380 Gabinete Substituta do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cultura. O referido documento  
381 teria sido entregue em mãos, ao então Ministro Gilberto Gil quando em viagem àquele  
382 Estado. O referido documento, não datado, é acompanhado de 97 assinaturas de  
383 cooperados da CAUESPI e, após exposição de motivo, solicita o registro do referido  
384 bem cultural no Livro de Registro dos Saberes. Em 17 de dezembro de 2008, através do  
385 Memorando 0706, Ana Cláudia Lima Abreu, informa à Superintendência da 19ª SR,  
386 Diva Maria Freire Figueiredo, que a referida solicitação de Registro foi submetida à  
387 Câmara do Patrimônio Imaterial em sua 9ª Reunião, ocorrida em 11 e 12 de fevereiro  
388 último, quando ficou entendido “inicialmente o que deveria ser objeto de estudo do  
389 IPHAN seriam saberes e fazeres implicados no complexo cultural do caju”. No entender  
390 deste Relator, a inclusão deste Memorando no presente Processo indica a existência de  
391 um pedido anterior realizada por um parlamentar diretamente à 19ª SR, pois a  
392 manifestação da Câmara de Patrimônio Imaterial antecede de dez meses a abertura do  
393 presente Processo. Dois memorandos datados de 2009, originários da 19ª SR e  
394 encaminhados a DPI informam da existência de uma pesquisa sobre o modo de fazer  
395 Cajuína. Em 8 de outubro de 2010, a Claudia Marina Vasques, Coordenadora de  
396 Registro – DPI - informa à 19ª SR a ida a Teresina da Servidora Fabíola Nogueira da  
397 Gama Cardoso, bem como da historiadora Ana Cláudia Lima Alves, “com o objetivo de  
398 analisar e discutir os resultados já obtidos na pesquisa contratada para a instrução do  
399 processo”. Em 8 de novembro do mesmo ano, a 19ª SR encaminhou ao DPI, através do  
400 Memorando 154, os produtos, da 3ª Etapa do processo de Registro, a saber: a) Relatório  
401 Parcial de Pesquisa, contendo 89 páginas; b) 350 fotografias digitais, em três CD’s, do  
402 modo de fazer Cajuína nas cidades de Amarante, Água Branca, Altos e Teresina; c)  
403 Vídeo documentário com a duração de 47 minutos e 37 segundos sobre o modo de fazer  
404 cajuína nas referidas cidades. Em 7 de janeiro de 2011, através da Informação Técnica  
405 nº 01/11 dirigida ao Chefe da Divisão Técnica da 19ª SR, Ricardo Augusto Pereira -  
406 Técnico na Área de História - encaminhou o Relatório Final do Processo de Registro,



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

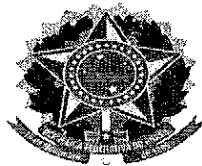
407 bem como a edição final do documentário “Cajuína”. Nessa Nota Técnica são  
408 apresentados argumentos para o pedido de reconsideração da decisão da Câmara de  
409 Patrimônio Imaterial em sua 9ª Reunião, de incluir a cajuína em um registro de todo o  
410 complexo cultural do Caju. Entre os mesmos destacamos o fato que “não foi  
411 identificada na pesquisa, por parte da população piauiense, a mesma relação identitária  
412 com os outros produtos oriundos do caju, apesar da extração da castanha ser uma forte  
413 fonte de renda por sua cotação no mercado no mercado nacional e internacional”.  
414 Finalmente, em 17 de janeiro de 2011, foi encaminhado ao DPI pela Superintendente  
415 Claudiana Cruz dos Anjos, Relatório sobre o Modo de Fazer Cajuína e o pedido de  
416 reconsideração do processo como Registro do Patrimônio Cultural Brasileiro (Fls.43).  
417 Os meses restantes do ano de 2011 foram praticamente ocupados pela preocupação em  
418 evitar que uma empresa de refrigerantes lançasse no mercado um novo produto, o  
419 refrigerante “*Crush Cajuína*”. Esse fato gerou uma justa preocupação entre os  
420 piauienses mobilizando vários setores da sociedade local, o que levou à desistência da  
421 empresa em continuar utilizando a referida denominação. Em trinta e um de julho de  
422 2012, ocorreu em Brasília a 20ª Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, em cuja  
423 pauta constava a análise da Nota Técnica 15/2012, assinada pela Técnica da  
424 Coordenação de Registro do DPI, Diana Dianovsky, solicitando a continuação do  
425 processo e alteração do nome do bem a ser registrado: “Produção artesanal e práticas  
426 socioculturais associadas à cajuína no Piauí.” Através do Memorando 471/12, Célia  
427 Corsino, Diretora do DPI, informou à SR no Piauí o resultado da Reunião e solicitou a  
428 continuidade do processo. Em 28 de agosto de 2012, a Diretora do Departamento de  
429 Patrimônio Imaterial enviou o ofício 315/12 à Cooperativa de Produtores de Cajuína do  
430 Piauí solicitando a complementação da documentação como o envio do Estatuto Social,  
431 o que foi realizado e incluído às fls. 94 a 115 do Processo. Em 3 de abril de 2014 foi  
432 anexado ao processo (fls. 182-390) o dossiê “Cajuína. Produção Artesanal e Prática  
433 Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí” elaborado pela empresa MW Projetos  
434 Socioambientais Ltda., contratada pela Superintendência I do IPHAN no Estado do  
435 Piauí. Nesse relatório, logo de início, é levantado uma dúvida sobre a origem da cajuína,



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

436 pois segundo um livro publicado pela Prefeitura de Maracanaú, município da grande  
437 Fortaleza, a cajuína teria sido inventada por um farmacêutico baiano radicado no Ceará,  
438 Rodolfo Teófilo, no final do século XIX. A partir dessa informação – que causou  
439 indignação entre os entrevistados piauienses – a equipe de pesquisa começou a  
440 investigar a hipótese de ser a bebida em questão, derivada de beberagens indígenas. O  
441 dossiê contém numerosas páginas sobre as populações indígenas que habitaram o hoje  
442 Estado do Piauí, em busca de uma resposta para essa questão. Após longos relatos sobre  
443 os massacres sofridos pelas antigas populações indígenas, inicia-se a inevitável relação  
444 da cajuína com o *cauim*. É provável que populações Tupi tenham habitado as regiões  
445 nortes do Estado. Esses índios costumam utilizar essa palavra para designar um tipo de  
446 bebida fermentada, através da ação da saliva, utilizando como matéria prima o milho, a  
447 mandioca ou o caju, sendo o primeiro elemento, a forma preferida. No entanto, temos  
448 que considerar o fato que o *cauim* é uma bebida fermentada utilizada para provocar um  
449 estado de embriagues, o que não é o objetivo da cajuína. Aliás, fica muito bem  
450 demonstrado no próprio dossiê que a cajuína não é um vinho de caju; não é um refresco  
451 gaseificado; nem mesmo apenas um suco natural. A cajuína é o resultado da eliminação  
452 do sabor amargo e adstringente do suco do caju. Isso é possível através do processo  
453 denominado de clarificação, que se realiza através da técnica denominada “corte”, o que  
454 será mostrado mais adiante. A quinta parte do Dossiê, iniciado na folha 307, trata do  
455 mapeamento, historicidade e a antiguidade do bem. O levantamento atingiu cerca de  
456 400 produtores em 120 unidades de produção, localizadas em diversas áreas do Estado.  
457 Praticamente uma quarta parte das unidades estão localizadas na região de Teresina. Os  
458 dados históricos revelam que a cajuína começou a ser utilizada no início do século XX,  
459 no máximo no final do século anterior e dados mostram senhoras da alta sociedade de  
460 Teresina lembrando, nostálgicamente, do tempo em que as mesmas faziam tudo: doce,  
461 bolos e cajuína do tempo em que se servia muita cajuína nas festas quando a cajuína era  
462 a champanhe do Piauí. Este Relator nos contatos recentes que teve com os pequenos  
463 produtores atuais de cajuína, tanto no município de Altos, como no de Valença,  
464 encontrou versões convergentes no que se refere à antiguidade do bem, mas divergentes





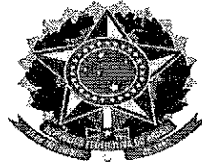
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

465 no que se refere aos precursores. Os autores que ouvimos são pessoas idosas, pequenos  
466 proprietários de terras, que produzem a cajuína como uma atividade sazonal que  
467 complementa os seus outros pequenos rendimentos. São pessoas de cerca de setenta a  
468 oitenta anos que dizem ter aprendido a técnica com os pais ou avós, o que nos permite  
469 assegurar que a cajuína existe, no mínimo, desde a primeira década do século XX. Mas,  
470 em todos os casos, seja da senhora que serviu a um ilustre político a cajuína em uma  
471 taça de champanhe ou da senhora camponesa que nos ofereceu em um copo de vidro, o  
472 que é importante é a consideração, partilhada por todos: a oferta da cajuína é parte  
473 destacada do ritual de hospitalidade piauiense. Considera-se de bom tom que o visitante  
474 elogie a qualidade da cajuína que lhe foi oferecida. O Dossiê final foi objeto de análise  
475 que originou o Parecer 28/2014, folhas 391 a 410, de autoria da técnica Ellen Cristina  
476 Ribeiro Krohn, da Coordenação de Registro do DPI. A referida parecerista concluiu ser  
477 pertinente o registro da **Produção tradicional e práticas socioculturais associadas à**  
478 **cajuína no Piauí**, no Livro dos Saberes, em seu Parecer de 7 de abril de 2014, como  
479 consta na folha 410 do terceiro volume do Processo. No parecer, ao discutir a origem do  
480 processo de clarificação da cajuína, Ellen Krohn afirma: “o que se buscou elucidar, mais  
481 do que a origem datada dessa produção, foi à difusão desse saber fazer e a importância  
482 social e simbólica que a cajuína passou a ter ao longo do tempo para determinado  
483 grupos sociais do Piauí”. Este Relator considera pertinente a modificação do título do  
484 registro substituindo a palavra **Artesanal** por **Tradicional**. Finalmente este Parecer foi  
485 aprovado pela Coordenadora Geral de Identificação e Registro, Sra. Mônia Silvestrin.  
486 Em vários momentos do presente Processo existem referências aos procedimentos  
487 necessários para a produção da cajuína. Para um melhor esclarecimento dos Senhores e  
488 Senhoras deste Conselho, considereei mais prático e elucidativo a transcrição das  
489 principais etapas de produção, conforme consta do Parecer 28/2014, acima referido: *1.*  
490 *Colheita e limpeza dos frutos. Os frutos são coletados com muito cuidado para que não*  
491 *amasse ou tenham “machucados” na casca. Os cajuins mais apreciados são aqueles*  
492 *que parecem “um saco de água” de tanto suco que têm. (...) Os frutos só podem ser*  
493 *lavados na própria água do caju – o caldo transparente que escorre através da casca*



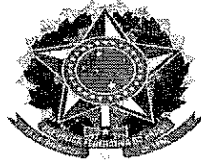
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

494 dos frutos que são colocados em bacias durante a colheita e o descaroçamento. (...) 2.  
495 **Esmagamento.** O processo de esmagamento se iniciou de forma mais rústica, quando  
496 o caju era rasgado e espremido com a mão, atualmente, são utilizados moinhos. Foram  
497 observados moinhos de diversos tipos, tanto aqueles adaptados de outros usos, como o  
498 de carne e café, quanto àqueles mais modernos e com maior tecnologia. Muitos  
499 produtores também desenvolvem “engenhocas”, no intuito de inovar e otimizar a forma  
500 de produção. A tecnologia utilizada nesta etapa tem influência direta na seguinte, pois  
501 os moinhos mais modernos separam a “massa” do suco de caju, apenas este segundo  
502 insumo será utilizado para preparação da cajuína. 3. **Prensagem.** As prensas  
503 representam outro setor de desenvolvimento e invenção. Quando tanto o suco quanto a  
504 massa saem pelo mesmo orifício dos moinhos, geralmente a massa precisa ser colocada  
505 em sacos que vão ser espremidos por prensas. Obtendo a maior quantidade possível de  
506 suco e evitando desperdícios. 4. **Corte do suco ou Clarificação.** O “corte” do suco é o  
507 ponto crucial da produção de cajuína. Este momento guarda muitos segredos e possui  
508 um saber muito aprimorado ao longo dos anos. O corte consiste na adição de alguma  
509 substância que provoque a separação da polpa, deixando-a em suspensão, clarificando,  
510 assim, o suco. Originariamente, essa substância era a própria resina das árvores de  
511 caju. Essa resina foi substituída por cola de sapateiro, que era comercializada na  
512 região. Esta substância foi utilizada até aproximadamente dez anos atrás, quando  
513 começou a ser substituída por gelatina em pó. No momento do corte ocorre uma  
514 desestabilização do suco ocorrendo uma precipitação do tanino do caju e a sua  
515 consequente floculação. O resultado é um líquido com uma fase sobrenadante incolor e  
516 outra decantada de coloração amarela. 5. **Filtragem.** Os instrumentos para a filtragem  
517 do suco de caju para a separação do tanino decantado na etapa anterior são aqueles  
518 que mais são alvos de inovação ao longo do tempo, envolvendo ampla diversidade de  
519 filtros e aparatos desenvolvidos por suas unidades produtoras. No Piauí, a origem dos  
520 filtros de cajuína é a “rendinha, igual como a que lava a massa de farinhada”. Essa  
521 consiste em um pano de saco de açúcar em formato de rede de dormir de  
522 aproximadamente 50 cm, amarrado entre dois paus ou árvores. (...) A quantidade de



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

523 vezes que o suco de caju cortado é passado pelo filtro varia de casa em casa. O detalhe  
524 principal é que só os mais experientes e antigos produtores conhecem (em especial as  
525 mulheres, as principais detentoras do saber filtrar e do cortar) é a relação entre a  
526 “cortação” e a filtragem. A cajuína bem cortada é aquela que produz coágulos de  
527 tanino que se fixam nos sacos/redes/funis formando uma parede que representa o  
528 verdadeiro agente da filtração, o verdadeiro filtro. (...) **6. Envasamento e Tapagem.**  
529 Após a filtragem o suco clarificado está pronto para ser envasado em garrafas de  
530 vidro. As garrafas são tampadas de preferência com tampinhas de metal (...) A  
531 introdução das garrafas de vidro no Piauí foi uma condição para propagação desse  
532 modo de fazer. (...) Sem acesso às garrafas de vidro em quantidades generosas,  
533 dificilmente a prática de pasteurizar o suco de caju clarificado teria se disseminado. O  
534 acesso a garrafas de vidro pode ser considerado um dos principais gargalos para a  
535 produção de cajuína em quantidade. **7. Cozimento em banho-maria – a pasteurização.**  
536 O cozimento em banho-maria finaliza o processo de produção de cajuína. Nesse  
537 momento, o sulco cortado e filtrado carameliza e se transforma na bebida de coloração  
538 amarela âmbar e doçura característica da cajuína. Quanto mais tempo cozinha, mais  
539 carameliza o açúcar natural do caju e mais escura se torna a sua cor. Cada produtor  
540 alcança cor e sabor específico para sua cajuína, bem como seus clientes tem suas  
541 preferências. A pesquisa encontrou variações de 30 minutos até duas horas de  
542 cozimentos entre os produtores. A pasteurização consequente deste processo representa  
543 flora microbiana presente no suco de caju, deixando finalmente o produto livre de  
544 microrganismos que acarretariam sua fermentação. Através do Memorando 118, de 7  
545 de abril de 2014, Célia Corsino, Diretora do DPI, encaminhou o Processo ao Dr.  
546 Geraldo de Azevedo Maia Neto, Procurador Chefe que distribuiu o mesmo ao Dr.  
547 Antônio Fernando Alves Leal Neri, Procurador Federal, em 8 de abril de 2014. O  
548 Procurador Federal, Dr. Antonio Fernando Alves Leal Neri emitiu o seu Parecer em 11  
549 de abril de 2014, aprovando a continuidade do processo e o seu encaminhamento ao  
550 Conselho Deliberativo. Contudo, destacamos dois parágrafos de sua Conclusão: 69 –  
551 Ante o exposto, deverá ser observado o disposto no tópico II–Dos aspectos formais –



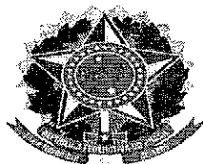
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

552 *deste parecer no tocante à juntada aos autos da ata de eleição do Diretor Presidente da*  
553 *Associação da Cooperativa de produtores de Cajuína do Piauí – CAJUESPI para se*  
554 *verificar se o mesmo assinou a solicitação deduzida por meio de abaixo assinado para*  
555 *o registro em tela, para se atestar a regularidade deste pleito feito em nome daquela*  
556 *Sociedade. Caso o mesmo tenha assinado, deverá ser publicada a comunicação para*  
557 *efeito do registro do bem cultural de natureza imaterial, denominado “Produção*  
558 *Tradicional e práticas socioculturais associadas à cajuína no Piauí”, no Estado do*  
559 *Piauí, como patrimônio cultural brasileiro, a fim de que sejam resguardados os*  
560 *princípios de publicidade e do devido processo legal. 70 – Na hipótese, do referido*  
561 *Diretor Presidente não ter assinado o aludido abaixo assinado, deverá ser requerido à*  
562 *referida Cooperativa um documento no qual o aludido Diretor Presidente endosse essa*  
563 *solicitação de registro. Após, a juntada desse documento aos autos, deverá ser*  
564 *procedida a comunicação mencionada no item anterior. Os documentos solicitados*  
565 *pelo Sr. Procurador Federal foram obtidos pela 19ª SR e devem ser juntados ao Auto.*  
566 *Na página 434 consta cópia da página 11, Seção 3, do Diário Oficial de 14 de abril de*  
567 *2014, na qual consta a publicação do Comunicado, conforme dispõe o parágrafo 5º do*  
568 *artigo 3º do Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000. Na página 436, consta o Ofício*  
569 *353/14 da Presidência do IPHAN, datado de 16 de abril de 2014, através do qual o Sr.*  
570 *Jorge Augusto de Oliveira Vinhas, encaminhou o presente Processo ao Conselheiro*  
571 *Roque de Barros Laraia, para ser relatado na presente Reunião do Conselho Consultivo.*  
572 *Finalmente, nos dias 4 a 7 de maio de 2014, o Conselheiro Roque de Barros Laraia e a*  
573 *técnica Ellen Christina Ribeiro Krohn, da Coordenação de Registro do Departamento de*  
574 *Patrimônio Imaterial, viajaram ao Piauí, quando executaram o seguinte programa: dia 5,*  
575 *encontro, no Auditório do SEBRAE, em Teresina, com produtores de cajuína; dia 6, na*  
576 *área rural do Município de Altos, encontro com produtores, seguido de uma visita a*  
577 *uma instalação de produção situada em uma propriedade rural; dia 7, encontro com*  
578 *produtores no Auditório do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Valença do Piauí.*  
579 *Embora de curta duração, a viagem proporcionou um contato direto que nos possibilitou*  
580 *o esclarecimento de algumas questões. Gostaria de destacar o amplo apoio recebido da*



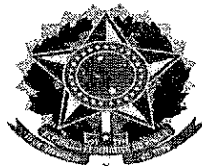
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

581 Superintendente da 19ª SR, Claudiana Cruz dos Anjos, dos demais funcionários com  
582 destaque para Ricardo Augusto Pereira, que nos acompanhou nos deslocamentos.  
583 **CONCLUSÃO:** ficou evidente que nenhum outro bem cultural está tão fortemente  
584 vinculado à identidade do Piauí como a Cajuína. Decantada em prosa e versos, tornou-  
585 se uma bebida obrigatória para todos que querem conhecer os principais aspectos da  
586 cultura piauiense. Caetano Veloso a incluiu em uma de suas canções: “A cajuína  
587 cristalina em Teresina”. Produzida sazonalmente por pequenos produtores rurais, esta  
588 bebida deliciosa – agora livre de componentes nocivos e com um alto teor de vitamina  
589 C– ocupa cada dia mais um espaço no mercado estadual e nacional, além de seu  
590 importante papel nos ritos de hospitalidade piauiense, como já foi mencionado. Em seu  
591 processo produtivo, somam-se conhecimentos técnicos e crenças populares. Assim é  
592 que o processo do corte, além de seus propalados segredos relacionados com a técnica, é  
593 acompanhado de diversas crenças que podemos chamar de mágicas. Assim é que nessa  
594 etapa muitos produtores gostam de trabalhar sem a presença de outras pessoas, evitando  
595 assim a desagradável presença de pessoas “capazes de desandar todo o procedimento”.  
596 No caso da aprovação do Registro, medidas de salvaguardas deverão ser tomadas. Entre  
597 os entraves apontados no Processo destacamos o alto custo das garrafas, produzidas em  
598 Recife, e as dificuldades de ordem burocráticas como Registro do Produto junto ao  
599 Ministério da Agricultura. Assim, Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras,  
600 **opino pelo Registro no Livro dos Saberes, do Patrimônio Cultural do Brasil:**  
601 **‘Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas á Cajuína no Piauí.**  
602 **Brasília 15 de maio de 2014. Roque de Barros Laraia. Conselheiro.’** A Presidenta  
603 agradeceu ao Conselheiro Roque de Barros Laraia pelo Parecer e abriu a palavra para  
604 comentários. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro Roque de Barros Laraia pela  
605 apresentação do Parecer e abriu a palavra para comentários. A primeira a fazê-lo foi a  
606 Conselheira Cecília Londres, que destacou o fato de a Câmara Setorial do Patrimônio  
607 Imaterial ter sugerido que o processo fosse redirecionado para uma abordagem mais  
608 ampla, na linha de um estudo multidisciplinar do caju. Na ocasião, lembrou da proposta  
609 de Aloísio Magalhães, quando coordenava o CNRC, de se fazer o estudo



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

610 multidisciplinar do caju, seus usos, seu folclore, suas histórias, mas ficou em dúvida se  
611 esse redirecionamento seria adequado à proposta em questão, de Registro da Cajuína.  
612 Agora, com a leitura do processo e do parecer do Conselheiro, e face à reação do  
613 proponente, constatou que esse redirecionamento efetivamente não seria oportuno. Em  
614 seguida falou o Conselheiro Breno Bello para comunicar que já foi aberto o processo,  
615 ainda em fase formal, para valorizar a cajuína como uma denominação de procedência e  
616 reservar ao estado do Piauí essa denominação. Não havendo mais comentários, a  
617 Presidente colocou em votação a proposta do Conselheiro Roque Laraia, **tendo o**  
618 **Conselho aprovado por unanimidade o Registro da Produção Tradicional e**  
619 **Práticas Socioculturais associadas à Cajuína no Piauí no Livro dos Saberes como**  
620 **Patrimônio Cultural Brasileiro.** Acompanharam a sessão o Prefeito da Cidade de  
621 Floriano, Sr. Gilberto Carvalho e Prefeito da cidade de Campinas do Piauí, Francisco da  
622 Cruz; o Sr. Lenildo de Lima e Silva, representando a CAJUESPI; o representante do  
623 Senador Wellington Dias Ronald Pinto; Nilson Coelho, Conselheiro Estadual de  
624 Desenvolvimento Urbano e o representante da CAU, no Piauí, arquiteto Floriano. Todos  
625 agradeceram a aprovação do Registro da Cajuína e as práticas a ela associadas, pelo  
626 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **A Presidenta passou ao ponto 4.1 da**  
627 **pauta,** a proposta de Tombamento dos Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do  
628 Piauí. Fábrica de Laticínio, em Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural de São  
629 Pedro de Alcântara em Floriano. Antes de passar para o Conselheiro Luís Felipe  
630 Andrés, relator do processo, o Diretor do Depam, Andrey Schlee, procedeu à seguinte  
631 explicação sobre os processos constantes da pauta: “os senhores vão se debruçar sobre  
632 um conjunto de bens rurais e que foram reunidos especialmente para essa reunião, de  
633 maneira que a gente pudesse resgatar alguns processos há alguns anos na casa, mas que  
634 se tivesse certa unidade. Vamos, então, trabalhar com o sítio da antiga Fazenda Santo  
635 Inácio de Campos Novos, no Distrito Tamoio, no Rio de Janeiro, que tem origem a  
636 partir de 1648 como uma construção jesuítica e que chega aos nossos dias com a casa, a  
637 capela e o cemitério, essa construção erguida em cima de um Sambaqui. Também  
638 vamos analisar hoje a Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara Paraíso, das Campinas



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

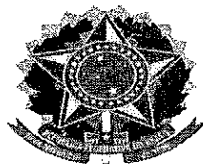
639 Velhas, cidade de Campinas, São Paulo, monumento originalmente rural e ligado à  
640 ocupação do território literalmente, mas já é no outro século, a partir de 1730. O terceiro  
641 conjunto de bens que diz respeito aos Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do  
642 Piauí com dois bens sendo indicados para tombamento, a Fábrica de Manteiga e Queijo  
643 de Campinas do Piauí e o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara Floriano. A  
644 ideia é mostrar e trabalhar com esses três conjuntos de bens, todos de origem rural,  
645 todos interligados do ponto de vista de distintos projetos de ocupação territorial, seja  
646 pelos jesuítas, seja pelo interior, a partir de São Paulo buscando o caminho das Minas  
647 ou da fixação do homem no Nordeste do País e o início da industrialização. Essa é a  
648 ideia do desenho da pauta e eu queria chamar a atenção para isso”. A Palavra, então, foi  
649 passada ao Relator Luiz Phelipe Andrés. **Processo de Tombamento nº 1.561-T-08.**  
650 **“Excelentíssima Senhora Presidenta do IPHAN. Senhores Conselheiros. Foi com**  
651 **satisfação que recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Dra. Jurema Machado, através**  
652 **do Secretário Jorge Vinhas, a incumbência de examinar e opinar sobre o pedido de**  
653 **tombamento assim denominado no processo: “Estabelecimento das Fazendas**  
654 **Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do**  
655 **Piauí, e Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, no município de Floriano,**  
656 **ambos no Estado do Piauí”.** Esta iniciativa dá seguimento ao plano integrado para os  
657 tombamentos, no Estado do Piauí, como procedimento inovador nas estratégias de  
658 atuação do IPHAN que foi iniciado com o de Parnaíba, em 2008, e continuado pelos de  
659 Oeiras e de Piracuruca, em 2012, reconhecendo tais cidades e também as antigas  
660 Fazendas Nacionais, como parte de um conjunto de bens patrimoniais, cuja proteção  
661 será mais efetiva se tratados de forma integrada. Minha tarefa como sempre, foi  
662 realizada através da visita ao local e análise dos autos do processo. A urgência de  
663 conhecer *in loco* os dois objetos desta proposição foi transmitida ao IPHAN, que  
664 prontamente proporcionou-me condições para o deslocamento de São Luís do Maranhão  
665 até os municípios piauienses por mais de mil quilômetros de estradas. Agradeço  
666 também à SR/IPHAN/PI, na pessoa da Arquiteta Claudiana Cruz dos Anjos, que nos  
667 prestou todo o apoio técnico necessário para o êxito da missão. A rota de 240 km de



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

668 Teresina até Floriano ainda nos revela uma paisagem, remanescente dos tempos do  
669 descobrimento, inspiradora da história que vamos conhecer, tendo como personagens  
670 primeiro os índios, que aí estavam há milênios, os vaqueiros com as tropas de gado, os  
671 fazendeiros sertanistas, os jesuítas, os senhores de terra e seus escravos e os raros  
672 empresários industriais do final do dezenove. No percurso, avistamos na paisagem de  
673 vegetação típica de floresta, já na região de Floriano, fronteira com o Maranhão,  
674 margens do Rio Parnaíba, a forte presença das palmeiras de Carnaúba, Babaçu e Buriti.  
675 A bacia do Parnaíba é reconhecida como a segunda mais importante do Nordeste, atrás  
676 apenas do Rio São Francisco, sendo sua foz a única em formato de delta de mar aberto  
677 das Américas. Na sequência e já no rumo de Campinas do Piauí, observa-se a transição  
678 para uma paisagem típica da Caatinga que é própria do semiárido, constituída  
679 principalmente por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte. Reconhecer a geografia  
680 em geral, é requisito para melhor entendimento da história. Todo o trajeto impressiona  
681 também pela dimensão dos espaços, este outro patrimônio. Riqueza que a cada dia se  
682 torna mais cobiçada, em um planeta superpovoado, onde a disputa pelas terras e seus  
683 recursos naturais tem sido motivo para guerras em pleno século XXI. Distanciados  
684 deste Brasil interior, que é a vastidão do território nacional, muitas vezes não nos damos  
685 conta de que um Estado com mais de 250 mil quilômetros quadrados, é maior em  
686 extensão do que muitos países da América Espanhola ou da Europa. Este é mais um  
687 forte argumento para que a preservação, valorização e divulgação das culturas locais se  
688 constituam também como forma de reapropriação, como fator de identidade e que as  
689 gerações hoje confinadas no meio urbano, possam tomar conhecimento de sua  
690 existência pelas lições de geografia e história. Não posso aqui perder a oportunidade  
691 para reiterar e compartilhar uma reflexão que muito me inquieta, sobre o modelo  
692 paradoxal de nação que há muito vem se consolidando, no qual multidões de brasileiros,  
693 apartados dessas vastas extensões, se comprimem nos sufocantes engarrafamentos, ou  
694 se digladiam como em uma guerra urbana por uma nesga de terra, apinhada de forma  
695 insalubre e desumana nos aglomerados miseráveis, violentos e poluída das periferias de  
696 nossas grandes cidades, para finalmente sucumbirem nas tragédias climáticas pela





**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

697 impropriedade dos sítios que lhes resta ocuparem em sua luta pela sobrevivência. Já na  
698 cidade de Floriano tive a satisfação de ser recebido pelo arquiteto e urbanista Nilson  
699 Coelho, um dos baluartes na defesa dos valores culturais de sua terra. Idealizador de  
700 projetos de restauração há muito vem lutando pelo tombamento nacional do casarão que  
701 outrora abrigou o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, a primeira escola  
702 agrícola da região, que está na gênese de sua cidade e é objeto deste processo. Da  
703 mesma forma fomos gentilmente recebidos pelo prefeito municipal, Gilberto Guerra  
704 Júnior, compromissado com a preservação do patrimônio e que providenciou a abertura  
705 do prédio em pleno feriado. Na companhia de ambos, visitei o imóvel, localizado em  
706 cenário privilegiado, diante do majestoso rio Parnaíba, no terreno que domina a  
707 margem, bem diante do cais do antigo porto fluvial. Nestes contatos iniciais comecei a  
708 conhecer mais de perto a história que é comum aos dois bens que dão o título ao  
709 processo, que embora distantes entre si por mais de 240 quilômetros, na verdade estão  
710 intrinsecamente ligados por uma rede de episódios históricos, inclusive o fato de se  
711 constituírem em remanescentes das antigas Fazendas Nacionais. Foi a partir deste porto  
712 de Floriano, que chegaram, a bordo de vapores, subindo o rio Parnaíba, as pesadas  
713 máquinas adquiridas na Alemanha para equipar a Fábrica de Laticínios que viria a ser  
714 inaugurada em 1897 e que se constitui no segundo bem que é objeto deste processo de  
715 tombamento. Portanto foi a partir deste porto, que elas iniciaram uma legendária e  
716 acidentada viagem através do semiárido, em tempos que não existiam estradas,  
717 realizando uma verdadeira epopeia sertaneja. Assim na sequência de minha viagem de  
718 reconhecimento dos bens, atravessamos a caatinga no mesmo rumo que percorreram  
719 aquelas máquinas, no final do século XIX, até a localidade onde está a cidade de  
720 Campinas do Piauí, para sermos surpreendidos pelo impacto da visão do monumental  
721 edifício da Fábrica de Laticínios, ainda que em precário estado de conservação, mas  
722 perfeitamente recuperável tal a solidez da sua construção original. Aí também devemos  
723 agradecer a excelente acolhida propiciada pelo Prefeito Francisco da Cruz e de sua  
724 Secretária de Cultura Maricélia Aquino que, em pleno feriado da Quinta Feira Santa e  
725 sob o sol escaldante das duas horas da tarde, pacientemente nos conduziram ao interior



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

726 da antiga fábrica e depois para uma caminhada no seu entorno, prestando as  
727 informações sobre o imóvel e sobre os planos para seu aproveitamento assim que forem  
728 aprovados os projetos já encaminhados em parceria com o IPHAN, de recuperação das  
729 ruínas e adaptação aos novos usos. Ali já obtive sinais indicativos do compromisso da  
730 administração local. Eis que no primeiro semestre de 2013, foram sancionadas as Leis  
731 que criam respectivamente o Sistema Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de  
732 Cultura e editada a portaria do Conselho Municipal de Cultura do município.  
733 Recentemente foi aprovado junto ao Ministério da Cultura, projeto de criação dos  
734 Pontos de Cultura no sentido de preservar também o patrimônio imaterial do município,  
735 presente em diversas manifestações que são muito próprias dos grupos quilombolas,  
736 oriundos das antigas fazendas. Quanto ao dossiê, pude constatar a ótima qualidade do  
737 material técnico. Sua prazerosa leitura é de fato um privilégio, assim como o acesso ao  
738 conjunto de informações nele contidas. Estudos e pesquisas que são fruto de profícua  
739 colaboração entre os técnicos da SR/Piauí, o Departamento de Patrimônio  
740 Material/DEPAM e também do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma  
741 Agrário, este último no caso dos projetos de memória oral dos antigos habitantes, e  
742 contando com preciosas contribuições de diversos cidadãos ligados aos movimentos de  
743 defesa destes bens. Elaborado pelas arquitetas Andréa Virgínia Freire Costa, Diva Maria  
744 Freire de Figueiredo e Claudiana Cruz dos Anjos, e pelo historiador Ricardo Augusto  
745 Pereira, todo o trabalho contou com o apoio técnico de Fabíola Nunes, Franceli Mariano  
746 da área de Biblioteconomia e Francisca Márcia Costa de Sousa, da área de História. E  
747 também com a imprescindível colaboração de Carlos Rubens, Joca Oeiras, Luiz Paulo  
748 Lopes, Antônio Fonseca e Nilson Coelho. O Dossiê mantém o padrão de qualidade dos  
749 demais documentos elaborados para os processos de tombamento e merece ser, o mais  
750 breve possível, transformado em livro ou documento digital de tal forma que as  
751 informações aí compiladas, como fruto de muito trabalho de profissionais competentes  
752 e ilustrado com rara iconografia, cartografia, levantamentos arquitetônicos, vídeos e  
753 outros anexos informativos, possam ser colocadas ao alcance de um público maior e da  
754 rede escolar. Minha difícil tarefa como relator é de oferecer aos colegas conselheiros



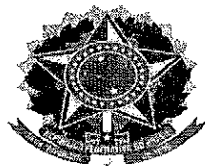
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

755 uma síntese fiel deste manancial de informações e que lhes permita estabelecer um juízo  
756 sobre a proposta de tombamento, explicitando valores através dos quais se justifica a  
757 ação solicitada. Entretanto, assim como nos casos anteriores de tombamento das cidades  
758 históricas piauienses, recorri também à obra do arquiteto e urbanista Olavo Pereira da  
759 Silva Filho, denominada “*Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do*  
760 *Piauí*”, bibliografia indispensável ao conhecimento do acervo arquitetônico, urbano e  
761 paisagístico do Estado, trabalho este que foi vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco  
762 de Andrade em 2008, na Categoria “Pesquisa e Inventário de Acervos”. Nesta  
763 bibliografia referencial é obrigatório mencionar a obra basilar do arquiteto Paulo  
764 Thedim Barreto, “O Piauí e a sua arquitetura”. (RIPHAN, n. 02, 1940), pioneiro que foi  
765 no estudo da arquitetura e urbanismo no Piauí, assim como as obras essenciais de  
766 Nestor Goulart Reis Filho. Deste modo, as Fazendas Nacionais, representadas pelos  
767 dois patrimônios em epígrafe, integram um acervo de bens historicamente  
768 indissociáveis, resultantes da colonização do território, associadas a quatro movimentos  
769 principais: a interiorização das fazendas de gado desde o século dezesseis; a atuação dos  
770 padres da Companhia de Jesus; a política oficial da Coroa Portuguesa de controle sobre  
771 a região, sob inspiração do Marquês de Pombal e, finalmente, a tentativa de  
772 modernização industrial por parte de empresários dispostos a superar o atraso do  
773 modelo colonialista. O processo se inicia com um comovente pedido de tombamento da  
774 Fabrica de Laticínios de Campinas do Piauí, dirigido ao presidente do IPHAN, em 25 de  
775 maio de 2000, mas ainda datilografado em máquina de escrever mecânica, detalhe que  
776 nos dá uma dimensão do isolamento e solidão da pequena cidade do interior. O  
777 documento, da lavra da Sra. Maria do Socorro Alves Moura, Secretária Municipal de  
778 Educação, tem as tintas de um apelo dramático e trás a seguinte sentença: “*Nós pedimos*  
779 *a V. Exa. que, por tudo o quanto é sagrado, veja com toda atenção este pedido de*  
780 *socorro a este tão valioso monumento, que para nós Campinenses é um orgulho.*” A ele  
781 está anexado um abaixo assinado por 339 campinenses. Mas é interessante registrar que  
782 esta iniciativa fora precedida de outra solicitação, de algumas décadas antes. Foi no ano  
783 de 1977, que o então Procurador Geral do Estado do Piauí, Dr. José Eduardo Pereira



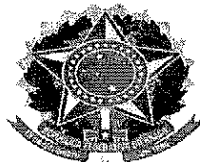
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

784 protocolou a pioneira solicitação por informações sobre os procedimentos que deveriam  
785 ser tomados para iniciar o tombamento nacional daquele bem. Obteve prontas  
786 orientações do então presidente Renato Soeiro, mas a proposta não chegou a ser  
787 encaminhada. Nas páginas do dossiê encontrei a competente pesquisa histórica, que se  
788 inicia com capítulo sobre a colonização do Piauí, onde se pode compreender a evolução  
789 da posse da terra desde as capitanias hereditárias do século XVI. Aí as referências  
790 iniciais envolvendo as Fazendas Nacionais, ressaltando a importância da pecuária para a  
791 ocupação do interior do Brasil, nas rotas traçadas pelos rebanhos bovinos como  
792 atividade determinante na ocupação do Piauí. Os já denominados “caminhos do gado”,  
793 atividade econômica do Brasil Colonial, considerada muitas vezes como apenas  
794 subsidiária, mas na verdade forte traço de união na formação do nosso território.  
795 Lembrando que a região permaneceu durante muito tempo unicamente como rota de  
796 passagem entre os dois Estados coloniais na América portuguesa, o Estado do Brasil,  
797 com sede em Salvador e o Estado do Maranhão e Grão Pará com sede em São Luís ou  
798 Belém. Fato histórico relevante que em geral não figura nos livros didáticos, nas aulas  
799 de história, que o Brasil fora dividido pela Coroa portuguesa em duas colônias com  
800 administrações e sedes separadas e independentes durante mais de um século e meio a  
801 partir de 1621. A história das fazendas nacionais retrocede aos primórdios do  
802 descobrimento, na primeira metade do século dezesseis, num ponto ao norte da Bahia de  
803 Todos os Santos, na foz do rio Pojuca. Ali se localizam as ruínas do primeiro castelo  
804 construído no Brasil quinhentista, ainda no tempo de Tomé de Souza (1549), sede da  
805 sesmaria dos Garcia D’Ávila, e que se tornou conhecida como a “Casa da Torre dos  
806 Garcia D’Ávila”, que no dizer de Clarival do Prado Valladares, em sua obra “*Nordeste*  
807 *Histórico e Monumental*”, foi “*o centro estratégico e econômico das entradas e da*  
808 *conquista do sertão, até o Piauí!*”. Pois foi um sertanista oriundo da Casa da Torre,  
809 chamado Domingos Afonso Mafrense que, promovendo uma grande mortandade de  
810 índios, apossou-se de suas terras e estabeleceu as grandes fazendas de gado do Piauí, as  
811 quais, ao final de sua vida, em 1711, doou-as aos Jesuítas. Estes por sua vez, ainda no  
812 século dezessete, empreenderam sua ação catequizadora na região e fizeram



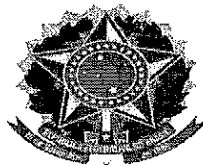
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

813 desenvolver as fazendas. Porém em 1760, foram expulsos do Brasil por iniciativa do  
814 Marquês de Pombal e tiveram suas terras confiscadas pela coroa Portuguesa. Mas datam  
815 de 1760, leis e decretos que foram publicados por orientação de Pombal, visando à  
816 implantação de um sistema urbano no interior, regularizando a posse das terras e dando  
817 diretrizes para a construção das vilas. Ao mesmo tempo, o crescimento das povoações  
818 criava as condições necessárias para a consolidação das rotas oficiais de comércio entre  
819 os dois polos coloniais, funcionando como alternativa terrestre segura, frente às  
820 dificuldades de navegação na costa nordestina. A pesquisa prossegue mostrando como  
821 as fazendas entraram em processo de decadência assim que foram consideradas como  
822 bens patrimoniais da coroa portuguesa e denominadas “Fazendas do Fisco”. Logo  
823 começaram a ser dilapidadas pelos administradores enviados de Portugal, despreparados  
824 para a função, mas ávidos por enriquecimento rápido. Naquela altura, os escravos eram  
825 considerados como o maior patrimônio financeiro das fazendas, uma vez que o preço de  
826 um escravo equivalia ao preço de *“cem cabeças de gado vacum ou 50 cavalos ou seis*  
827 *jumentos”*. Após a proclamação da Independência passaram a ser propriedade do  
828 governo Imperial e a ser chamadas de Fazendas da Nação ou Fazendas Nacionais.  
829 Entretanto na prática, era como se pertencessem ao Imperador, que dispunha deste  
830 imenso patrimônio da forma como melhor conviesse aos interesses políticos da época.  
831 Estes péssimos hábitos administrativos em que, com frequência, se confundiam o  
832 público com o privado, os desmandos e a corrupção por décadas a fio foram levando as  
833 fazendas no rumo da falência. Segundo citação contida no dossiê: *“A corte portuguesa*  
834 *e o Império deixaram as fazendas de tal modo dilapidadas que, no início da década de*  
835 *1870, nada mais eram que vastidões de terras praticamente improdutivas, com reduzido*  
836 *número de reses e de trabalhadores, na verdade homens e mulheres doentes ou*  
837 *exaustos, muitos jovens ou velhos”*. Todos estes problemas foram denunciados por  
838 críticos da utilização patrimonialista das terras nacionais. A situação foi assim exposta  
839 pelo deputado Simplício Coelho de Resende na Câmara dos Deputados no ano de 1899:  
840 *“Senhores, as fazendas nacionais do Piauí, a sua inspeção e administração constituem*  
841 *o que se pode chamar uma escola de furto: constituem uma cova de Caco, em cujo*



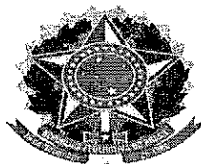
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

842 *balcão se mercadeja com a consciência dos amigos da situação e os princípios políticos*  
843 *dos adversários, porque as riquezas nacionais servem para conservar a firmeza política*  
844 *de uns e atrair a adesão de outros”. Com o advento da República, as terras das*  
845 *Fazendas Nacionais passaram para o domínio da União e somente após 1946 para o*  
846 *domínio do Estado do Piauí. É exatamente no correr deste período último, ou seja, do*  
847 *findar do século dezenove até os meados do século vinte que entram em cena os*  
848 *protagonistas das duas muito desconhecidas histórias que são trazidas a lume neste*  
849 *processo de tombamento. Dois empresários que enfrentaram o desafio de soerguer toda*  
850 *uma vasta região empobrecida, abandonada e decadente e dentre outros benefícios,*  
851 *propiciar formação profissional, emprego e uma vida decente aos filhos de escravos*  
852 *recém-libertos pela lei do ventre livre, possibilitando o aproveitamento da produção de*  
853 *leite e carne remanescente das antigas e agora semiabandonadas Fazendas Nacionais.*  
854 *Foram eles, o Dr. Francisco Parentes e o Dr. Antônio José de Sampaio, responsáveis*  
855 *respectivamente pelos empreendimentos do Estabelecimento Rural de São Pedro de*  
856 *Alcântara em Floriano, e da Fábrica de Laticínios de Campos, hoje Campinas do Piauí.*  
857 *O Engenheiro Agrônomo Francisco Parentes era formado pela Escola de Grand Jouan,*  
858 *da França. Idealizara o Projeto e vinha discutindo com inúmeros presidentes da*  
859 *Província do Piauí, como atesta o memorial elaborado pelo mesmo e enviado ao*  
860 *presidente da Província, Sousa Leão, em 1871. Este por sua vez encaminha o*  
861 *documento, através de um longo ofício, ao Visconde do Rio Branco, então Ministro da*  
862 *Fazenda, esperando que fosse acolhida “benigna e favoravelmente a pretensão do*  
863 *cidadão Francisco Parentes, o qual levando a efeito a ideia, que aninha em seu peito,*  
864 *abrirá para esta província largos horizontes de prosperidade e adiantamento”. Diz-nos*  
865 *o texto do dossiê que este ofício, enviado poucos dias após a promulgação da Lei do*  
866 *Ventre Livre em 1871, expressaria a convergência de interesses que naquele momento*  
867 *concretizar-se-ia entre um agrônomo, a Província e o Império. Uma escola para amparar*  
868 *e propiciar formação profissional aos filhos de escravos já libertos pela lei. Foi o*  
869 *Ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, responsável pela assinatura do*  
870 *contrato, quem explicou para a Assembleia Geral Legislativa, ainda no ano de 1874, os*



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

871 interesses do Estado no Projeto que então se constituía: *“Poupando ao Estado a*  
872 *despesa com custeio de fazendas, que pouco ou nada rendiam pela incapacidade ou*  
873 *falta de conhecimentos profissionais de seus administradores, facilitará ao mesmo*  
874 *tempo o emprego dos libertos n’ellas existentes e o tratamento e a educação dos seus*  
875 *filhos”*. A relação com a Lei do Ventre Livre também é reafirmada pelo Ministro da  
876 Agricultura. Segundo ele: *“... com desígnio de melhor aproveitar as fazendas nacionais*  
877 *e de promover o estabelecimento e a educação do considerável número de antigos*  
878 *escravos da nação, libertados pela Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, o governo*  
879 *resolveu entregar as ditas fazendas ao Agrônomo Francisco Parentes, encarregando-o*  
880 *de fundar um estabelecimento de agricultura prática...”*. Assim, em cumprimento dos  
881 termos do *“Contracto entre o Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e*  
882 *o Agronomo Francisco Parentes para fundação de um estabelecimento rural na*  
883 *província do Piauí, compreendendo as fazendas nacionais -Guaribas, Serrinhas,*  
884 *Mattos, Algodões e Olho d’Água- pertencentes ao departamento de Nazareth”*, cuja  
885 cópia encontra-se nos autos deste processo, foi iniciada a construção do edifício sede do  
886 Estabelecimento Rural. No entanto o projeto nunca se concretizou em sua plenitude, eis  
887 que, infelizmente seu idealizador, o agrônomo Parentes, veio a falecer prematuramente  
888 e, portanto não teve a oportunidade de sequer acompanhar o andamento inicial de sua  
889 escola. Quando as obras do grande edifício sede já estavam adiantadas, Francisco  
890 Parentes contraiu a febre amarela. Levado às pressas para Amarante, em busca de  
891 socorro, ali faleceu com apenas 37 anos, em 16 de junho de 1876. Seu esforço,  
892 entretanto não foi em vão, e o imóvel tornou-se também o motivo em torno do qual,  
893 nasceu a bela cidade de Floriano no apagar das luzes do século dezenove, após ter  
894 passado da condição de Colônia de São Pedro de Alcântara a Vila de Colônia. Outro  
895 fato significativo e digno de menção histórica: o primeiro intendente (cargo equivalente  
896 ao de prefeito hoje) da Vila de Colônia, ainda na década de 1890, foi o Sr. João  
897 Francisco Pereira de Araújo que era negro e assumiu o posto mais importante daquela  
898 localidade, que nascera vocacionada para cuidar da educação e trabalho para ex-  
899 escravos. Sua ascensão representou, portanto, um grande feito e uma singularidade se



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

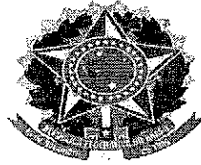
900 nos situarmos na época em que predominavam no nosso país teorias racistas tidas como  
901 científicas, mas sempre colocando a raça negra como inferior, defendendo a necessidade  
902 de imigração europeia para livrar o país da mestiçagem. Nos dias de hoje a memória do  
903 Intendente João Chico permanece viva no imaginário local e alguns objetos pessoais  
904 como sua cadeira e mesa de trabalho estão no Museu da Cidade, “Espaço Cultural  
905 Maria Bonita”, um belo edifício fundado nos anos 20, ao lado do prédio do  
906 Estabelecimento Rural. Esta segunda edificação fora erguida para ser a sede da Usina  
907 Elétrica, instalada em 1922, e hoje, após uma restauração realizada na década de 80,  
908 forma o conjunto arquitetônico mais forte, expressivo e principal referência como marco  
909 histórico da fundação da cidade. Diante dos dois edifícios e no cais à margem do rio  
910 Parnaíba, também se ergue a torre cilíndrica que protegia o poço fornecedor de água  
911 para a caldeira de vapor da usina. Na gestão do prefeito Manoel Simplício da Silva, todo  
912 este conjunto foi reconhecido como Patrimônio Histórico do Município, através da Lei  
913 495/85 de abril de 1985. Em 16 de junho de 1997 o Prefeito José Leão Azevedo de  
914 Carvalho sancionou a Lei 140/97 que “Institui a Zona de Preservação constituída pelo  
915 Sítio Histórico “Área do Estabelecimento Rural- São Pedro de Alcântara” na categoria  
916 de Conjuntos Antigos, disciplina sua preservação e dá outras providências”. No  
917 primeiro quartel do século vinte a cidade de Floriano ainda contou com outra iniciativa  
918 de educação pública. Trata-se do Grupo Escolar “Agrônomo Parentes”. Esta escola  
919 ainda existe, mantendo o nome do fundador da Colônia, e consolidando o  
920 reconhecimento que aquela comunidade dedica ao projeto inicial. Hoje a cidade com  
921 mais de 50 mil habitantes, é uma das maiores do Estado do Piauí. Mais de 10 mil alunos  
922 frequentam dezenas de escolas públicas e a memória destes episódios e homens que é  
923 tão cara e costuma ser útil especialmente para que não se repitam os erros do passado,  
924 corre o risco de ir se diluindo aos poucos. O prédio do Estabelecimento Rural em seu  
925 estilo neoclássico é repositório de símbolos que sintetizam séculos de história,  
926 atualmente pertence à municipalidade e já conta com proteção de tombamento  
927 municipal, mas aspira com legitimidade o tombamento nacional proposto neste  
928 processo. Uma estátua em homenagem ao agrônomo Parentes está chantada no





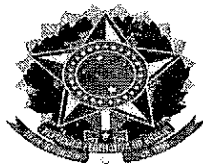
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

929 privilegiado cenário da margem do Rio Parnaíba e o seu olhar eternizado na pedra  
930 contempla de frente a edificação que foi o seu sonho em vida. Nosso segundo  
931 protagonista foi o empresário piauiense Dr. José Antônio Sampaio nascido em 9 de abril  
932 de 1857, na localidade de Livramento hoje município de José de Freitas, Doutor em  
933 Ciências Físicas e Naturais pela Escola Politécnica de Zurich (Suíça), Engenheiro  
934 Industrial, que também lecionou química na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, e  
935 publicou várias obras dentre as quais “Descrição Geral do Piauí” e “Investigações  
936 Químicas dos Produtos Naturais do Brasil” (1883). É Patrono da Cadeira nº 19 da  
937 Academia Piauiense de Letras. Em 26 de Abril de 1889, assinou um contrato de  
938 arrendamento das terras das Fazendas Nacionais com o Tesouro Nacional. As  
939 obrigações contratuais eram: *Fundar núcleos coloniais nas terras arrendadas;*  
940 *Melhorar a criação de gado com reprodutores de raças finas; Montar uma fabrica de*  
941 *laticínios com técnicos europeus; Montar um estabelecimento para o preparo da carne*  
942 *seca e produtos congêneres e desenvolver a lavoura.* Para cumprir sua parte o Dr.  
943 Antônio José de Sampaio promoveu a rápida construção do prédio da fábrica e para  
944 tanto contou com a decisiva participação do engenheiro alemão Alfredo Modrach,  
945 nascido em Dresden, que desenhou a planta e que também fora autor de outros  
946 importantes projetos na região norte e nordeste, como o Teatro 4 de Setembro, em  
947 Teresina, e uma ponte metálica em Natal, além de diversas edificações no Rio de  
948 Janeiro. Ao mesmo tempo em que erguia a sede da indústria em pleno sertão piauiense,  
949 ali estrategicamente localizada por se constituir no centro geográfico das antigas  
950 fazendas nacionais que ainda eram produtoras de leite e distante mais de 500  
951 quilômetros do litoral, o Dr. Sampaio negociava a aquisição das máquinas na Suíça.  
952 Concretizado o negócio, atravessou o oceano transportando-as até a cidade de Parnaíba  
953 no litoral, de onde foram colocadas as imensas caixas em grandes barcaças a vapor,  
954 subindo o rio até o Porto de Colônia (hoje Floriano) onde já estava erguida a Escola de  
955 São Pedro de Alcântara. De lá organizou, uma expedição que se fez épica, mas restrita à  
956 memória da população local e que foi necessária para fazer o transporte do pesadíssimo  
957 maquinário até o seu destino final. Precavido, havia adquirido também grandes



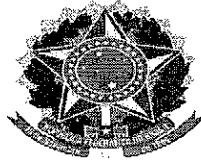
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

958 carrilhões de ferro para serem puxados por dezenas de juntas de boi. Neste longo trajeto  
959 de 240 km os relatos da época, dizem que morreram milhares de animais pelo  
960 gigantesco esforço a que eram submetidos. Para tanto, o empresário cientista promoveu,  
961 com a ajuda do engenheiro e arquiteto Modrach, a abertura de uma estrada carroçável e  
962 uma ponte de madeira sobre o rio Itaueira, um dos afluentes do Parnaíba. E a solução  
963 adotada para evitar que os carrilhões atolassem, foi estender milhares de couros de boi  
964 no leito desta improvisada estrada de chão. A fábrica foi inaugurada em 26 de Abril de  
965 1897, e mudou o cenário da região, passando imediatamente a produzir manteiga de  
966 primeira qualidade, exportada para o resto do país. Conforme as palavras do próprio  
967 Sampaio: *“Neste espaçoso edifício, compreendendo 26 compartimentos, acham-se*  
968 *montados e instalados todos os aparelhos modernos e aperfeiçoados, adoptados nos*  
969 *paizes mais adiantados, para a fabricação de manteiga de exportação e preparação de*  
970 *queijo de diversas qualidades.”* Suas afirmativas foram comprovadas por laudos  
971 técnicos fornecidos pelo Laboratório Nacional de Análises e pela conceituadíssima  
972 Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estes atestados confirmam a qualidade  
973 internacional dos produtos ali fabricados como dentro dos padrões que o mundo  
974 científico, à época, estabelecera como mais adiantado. Mas, conforme nos informa  
975 Carlos Rubem, seu sucesso inicial logo despertou a inveja e o ciúme dos políticos locais  
976 e um sintoma das dificuldades que viriam em decorrência disto, foi que o próprio  
977 governador do Piauí na época, Raimundo Artur de Vasconcelos, desdenhou da iniciativa  
978 pioneira e não compareceu ao grande evento da inauguração. A Fábrica de Laticínios  
979 dos Campos provocara nos seus primeiros anos de existência, verdadeiro furor. Na  
980 famosa Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, que abrigou stands  
981 exibidores da produção econômica brasileira, o Piauí fez-se representar. A manteiga  
982 produzida pela indústria do Dr. Sampaio destacou-se naquele evento. Mas, como no  
983 caso anterior, o próprio Dr. Sampaio teve breve existência falecendo aos 49 anos, ou  
984 seja, apenas oito anos após a inauguração de seu grandioso projeto. A fábrica, cujas  
985 influencias esclarecedoras dos direitos dos trabalhadores, por contribuição do exemplo  
986 propiciado pelas famílias de italianos que haviam sido trazidas para participar do



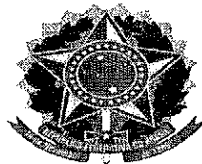
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

987 empreendimento, contrariava os interesses dos coronéis da região que também tinham  
988 receio de que a experiência, por sua grandiosidade, criasse um poder paralelo no Piauí.  
989 A “Fábrica de Campos” como era denominada, funcionou durante quase meio século,  
990 produzindo manteiga de alta qualidade. Cumpriu um prazo de existência semelhante à  
991 maioria dos empreendimentos industriais que brotaram na região norte e nordeste no  
992 final do século dezenove, ou seja, sobreviveu até a primeira metade do século vinte. Em  
993 1934 passou por reforma e continuou produzindo, para finalmente fechar as portas em  
994 1947. Hoje os cidadãos locais dizem de forma irônica que “os politiqueiros *desnataram*  
995 o empreendimento”. Com seu fechamento, instaurou-se um novo ciclo de recessão  
996 econômica para toda a região em seu redor, que cerca de um século antes já havia  
997 sofrido com a transferência da Capital do Estado do Piauí, de Oeiras para Teresina.  
998 Sobrevieram a falência das fazendas e o empobrecimento. Resta como valioso  
999 testemunho desta eloquente história de conquistas, o imponente edifício semiarruinado  
1000 que é o segundo objeto do presente processo de tombamento. Importante frisar que a  
1001 Fábrica de Laticínios foi tombada em nível estadual através do Decreto nº 7.294, em 26  
1002 de Janeiro de 1988. Em 2006, um incêndio atingiu o prédio da fábrica, que foi salvo  
1003 pela reação imediata e voluntária da população da pequena cidade, que protagonizou  
1004 cenas de heroísmo, arriscando a vida, para apagar o fogo que ameaçava destruir para  
1005 sempre a edificação. Mas aquelas chamas serviram como um alerta e acenderam  
1006 também a autoestima dos munícipes que sentiram muito de perto a iminência da perda  
1007 definitiva do bem que havia dado origem à sua pequena cidade. Na comoção do  
1008 episódio, sobreveio o gesto simbólico de abraçar o prédio como forma de apelo da  
1009 comunidade em prol da restauração do mesmo e na sequência destes dramáticos  
1010 acontecimentos, em junho de 2006, os campinenses assinaram uma Carta Aberta,  
1011 dirigida ao governador do Estado à época, Wellington Dias. Este foi o estopim para a  
1012 deflagração de uma intensa campanha pela preservação do prédio da fábrica, com o selo  
1013 de “Fábrica dos Sonhos”. Campanha esta liderada pela Fundação Nogueira Tapety, sob  
1014 a presidência do Dr. Carlos Rubem Campos Reis que, ao longo de todo o processo, irá  
1015 aparecer como signatário de longas correspondências reivindicatórias por celeridade ao



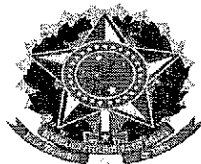
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1016 IPHAN, na qualidade de presidente da Fundação ou como Promotor de Justiça, mas  
1017 sempre exercendo o papel de cidadão combativo e intransigente na defesa do patrimônio  
1018 histórico de sua terra. O processo está enriquecido pela anexação de dezenas de notícias,  
1019 sob a forma de reportagens e artigos publicados na imprensa local, no período que vai  
1020 de 1992 a 2006, tendo como autores, o próprio Carlos Rubem, Antônio Fonseca Neto,  
1021 Membro da Academia Piauiense de Letras, ou Joca Oeiras, paulistano que há muitas  
1022 décadas se radicou na vizinha Oeiras e se tornou em apaixonado lutador pelos valores  
1023 culturais da região e ainda os jornalistas José Expedito Rêgo e Roberto Pedrosa, sobre a  
1024 importância histórica da fábrica de laticínios para a região do interior semiárido do  
1025 Piauí. Observa-se que, desde o final dos anos 60 o assunto já vinha sendo estudado e  
1026 divulgado em textos de Possidônio Queiroz, reconhecido como um dos maiores  
1027 intelectuais da região, e um dos fundadores da Fundação Nogueira Tapety. Em  
1028 novembro de 2006 o historiador Marcos Aurélio Gonçalves de Vilhena publicou sua  
1029 dissertação de Mestrado sob o título de “Voo de Ícaro – tensões e drama de um  
1030 industrial no sertão”. O livro é sobre a vida e obra do engenheiro piauiense Antônio  
1031 José de Sampaio, cientista, industrial, autor e empreendedor do projeto de criação da  
1032 Fábrica de Laticínios no final do século dezenove como uma verdadeira epopeia  
1033 sertaneja desconhecida do resto do País. Através dessa dissertação, brilhantemente  
1034 realizada no âmbito do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal  
1035 do Piauí então sob a direção do Professor Fonseca Neto, Marcos Vilhena pesquisou a  
1036 fundo a trajetória do empresário e descreveu a saga em que se constituiu o esforço  
1037 inaudito para implantar a fábrica em meio do nada, nos recônditos do território. As  
1038 páginas do livro procuram traduzir a incrível trajetória de Antônio José de Sampaio,  
1039 registrando em detalhes como aquele intelectual, cientista e visionário, “*ousou voar*  
1040 *contra as verdades do Piauí do século dezenove ao implantar um dos mais ambiciosos*  
1041 *projetos de desenvolvimento agroindustrial de sua época*”. A metáfora do livro nos  
1042 traduz a ideia segundo a qual, ao empreender este voo alto e a frente de seu tempo,  
1043 assim como Ícaro, aproximou-se demais do calor do sol e isto custou a sua queda. Diz  
1044 um trecho do autor: “*Seu sonho lhe consumira a existência. Contra ele se voltaram às*



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1045 *forças da tradição, enraizadas no mais profundo solo do passado. Ousara, num mundo*  
1046 *de ignorantes, ser homem de letras e da ciência. Tivera o destemor de propor a*  
1047 *mudança, por sobre o marasmo da rotina. Fora acusado de megalomania, de tentar*  
1048 *criar um poder paralelo, de louco, por investir aí toda sua fortuna, de abater rebanhos*  
1049 *inteiros para arrastar máquinas pesadas sertão adentro”. A publicação dessa obra teve*  
1050 a força de suscitar adesões e pronunciamentos de apoio no Congresso Nacional por  
1051 parte de Deputados como Nazareno Fonteles no plenário da Câmara dos Deputados em  
1052 dezembro de 2006, que por sua vez, resultou em ofício ao Presidente do IPHAN em  
1053 apoio à campanha para o Tombamento Nacional, lançada pela atuante Fundação  
1054 Nogueira Tapety em comemoração aos 110 anos da inauguração da Fábrica. Em 21 de  
1055 fevereiro de 2007, também o Bispo Diocesano de Oeiras e Floriano, Dom Augusto  
1056 Alves da Rocha, dirige ofício à Superintendência do IPHAN no Piauí reiterando  
1057 incondicional apoio ao pleito da Fundação Nogueira Tapety. Já em março de 2007,  
1058 ainda na seara do poder legislativo surge outra moção de apoio à campanha pelo  
1059 tombamento, dirigida ao presidente do IPHAN, desta vez emanada pela Câmara  
1060 Municipal de Campinas do Piauí, por iniciativa do Vereador João França da Silva. Estes  
1061 apelos repercutem novamente na Câmara dos Deputados em Brasília através do  
1062 Deputado Felipe Mendes e na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí da parte do  
1063 Deputado Themístocles Filho que também assina Moção de Apoio, igualmente dirigida  
1064 ao Presidente do IPHAN em março de 2007. Em 09 de abril registra-se o  
1065 pronunciamento da parte do senador João Vicente Claudino no plenário do Senado  
1066 Nacional. Eis que as numerosas moções de apoio à campanha sempre mencionam a vida  
1067 e obra do Engenheiro Antônio José de Sampaio comparando seus feitos aos demais  
1068 industriais do Império, como os precursores Visconde de Mauá no Rio de Janeiro e  
1069 Delmiro Gouveia em Alagoas, ambos também perseguidos por sua ousadia empresarial  
1070 de sucesso. Toda esta documentação revela a existência de um requisito importante para  
1071 o tombamento que é a comprovação de um forte protagonismo e ativa participação de  
1072 importantes setores representativos de um amplo espectro da comunidade na  
1073 permanente defesa de seus bens culturais, sinal de comprometimento local nos



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1074 próximos passos rumo à recuperação. Na sequência da análise histórica o dossiê trata  
1075 especificamente da análise arquitetônica, trazendo as demais informações exigidas sobre  
1076 localização e dados geográficos, levantamentos arquitetônicos, plantas completas,  
1077 iconografia e registro fotográfico, justificativa de proteção e delimitação das poligonais  
1078 de tombamento e entorno e diretrizes para a preservação dos dois sítios. Em relação ao  
1079 Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara é proposta a proteção por  
1080 tombamento do lote em que está inserida a edificação. Como perímetro de entorno,  
1081 considera-se a quadra em que o imóvel está inserido, toda a faixa compreendida entre a  
1082 fachada frontal da edificação e o Rio Parnaíba, as quadras laterais limítrofes com a  
1083 quadra do Estabelecimento. Sua importância arquitetônica se baseia também no fato de  
1084 se constituir em materialização de um dado momento histórico brasileiro, representado  
1085 pelos materiais empregados na sua construção e pelo estilo arquitetônico adotado.  
1086 Apenas uma parte do ambicioso projeto original chegou a ser construída, qual seja o  
1087 bloco principal em formato retangular com área de 358 m<sup>2</sup>. As paredes são de alvenaria  
1088 de tijolos com a cobertura em telhas de cerâmica sustentada por estruturas de carnaúba.  
1089 Já com a Fábrica de Campinas, é proposto o tombamento da edificação como primeiro  
1090 edifício a ser erguido naquela localidade. Os estudos consideram-na como raro  
1091 exemplar da arquitetura industrial piauiense do século dezenove. A concepção de  
1092 Mordach incorpora contribuições do neoclássico como um frontão triangular encimando  
1093 a fachada simétrica, mas possui janelas de estilo anterior, em arco abatido. O projeto  
1094 determinou a construção de quatro volumes, tendo ao centro o corpo principal em  
1095 formato retangular e outro volume retangular na parte dianteira. Além disto, foram  
1096 construídos dois outros volumes na parte posterior. A chaminé é uma joia de técnica  
1097 construtiva em alvenaria de tijolo e se eleva altaneira nas planuras do horizonte. O  
1098 perímetro de entorno abrange o conjunto de residências, construído à época da Fábrica  
1099 como vila operária, ou seja, para moradia dos funcionários e que constituíram o núcleo  
1100 que deu origem à cidade. Ambos os perímetros, com suas poligonais descritas com  
1101 precisão em texto, estão assinalados nas respectivas plantas cadastrais de forma a não  
1102 deixar dúvida das áreas de proteção. As equipes do IPHAN buscaram avaliar os



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1103 principais elementos que se destacam nos dois imóveis e seu entorno. E, finalmente do  
1104 ponto de vista dos valores arquitetônicos, ambas são amplamente reconhecidas como  
1105 exemplares emblemáticos do patrimônio edificado no Brasil, no período entre o final do  
1106 século dezanove e o começo do século vinte. Uma ênfase especial merece ser conferida  
1107 ao parecer da GEPROT/DEPAM datado de 28/08/2008, assinado pelo historiador da  
1108 arte e técnico daquele departamento, José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros,  
1109 que realiza uma síntese de toda a questão, descrevendo-a com sensibilidade e  
1110 complementando com uma precisa avaliação técnica dos valores históricos e  
1111 arquitetônicos para tecer finas observações sobre algumas pequenas imprecisões e  
1112 detalhes pitorescos que surgem naturalmente no meio a tantas e copiosas informações  
1113 reunidas, para concluir inteiramente a favor do tombamento proposto. Também e como  
1114 sempre, o parecer exarado pela douta Procuradoria Federal do IPHAN e assinado pelo  
1115 Procurador Federal Cristiano Sales Cúrcio é extremamente detalhista, preciso e  
1116 competente nas suas análises e considerações e nos autoriza sem receio de falhas, a  
1117 afirmar que o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos,  
1118 jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente  
1119 pela Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986. No que concerne aos procedimentos  
1120 administrativos finais do mesmo, também já foram devidamente encaminhados e  
1121 recebidos, desde o ano de 2011, os ofícios dando ciência do processo em curso, ao  
1122 Exmo. Senhor Governador do Piauí, Dr. Wilson Nunes Martins; ao Exmo. Sr. Arlindo  
1123 Bispo da Silva, então Prefeito do Município de Campinas do Piauí; ao Exmo. Sr. Joel  
1124 Rodrigues da Silva, então prefeito do município de Floriano; a Ilma. Sra. Ana Célia  
1125 Coelho Madeira Veras - Superintendente da Superintendência do Patrimônio da União  
1126 no Estado do Piauí, bem como foi publicado em jornais locais de grande circulação nos  
1127 dois municípios, o competente Aviso de Notificação. Vimos em todo o decorrer deste  
1128 processo como a importância destes estabelecimentos foi analisada sob a perspectiva  
1129 histórica e arquitetônica, uma vez que ambos são testemunhos importantes da ocupação  
1130 do Estado do Piauí durante os séculos XVIII e XIX, e que deram origem às cidades de  
1131 Campinas e Floriano. Mas que, transcendendo a representatividade regional, sua



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1132 inscrição como patrimônio cultural da nação significa a afirmação da civilização do  
1133 couro e o ciclo da pecuária, que perpassou os séculos XVII, XVIII e XIX, como  
1134 estruturadora do processo de formação social, política, econômica e territorial do Brasil,  
1135 no mesmo grau de importância dos demais ciclos econômicos que a historiografia  
1136 tradicional consagrou e que tiveram seus testemunhos materiais reconhecidos e  
1137 protegidos pelo Estado brasileiro. A nosso ver do ponto de vista do valor histórico o  
1138 tombamento irá também garantir a preservação do testemunho de dois processos  
1139 civilizatórios do território nacional em especial do sertão nordestino: a ocupação  
1140 humana e as tentativas de modernização dos sertões. Ambos começam pouco a pouco  
1141 sendo representados nos acervos patrimoniais do Brasil, como fundadores da nossa  
1142 cultura e nacionalidade. Entretanto não podemos também nos esquecer de que o ato do  
1143 tombamento acrescenta mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, não só no  
1144 sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo  
1145 fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação  
1146 daqueles bens. Torna-se, portanto necessário envidar imediatos esforços para garantir  
1147 aos técnicos locais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração nos  
1148 trabalhos cotidianos de gestão do acervo a ser protegido, na medida em que propicie  
1149 parcerias técnicas e administrativas entre os órgãos municipais, estaduais, o IPHAN e a  
1150 comunidade. Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me  
1151 despedir após minha visita de reconhecimento. A imensa satisfação de estar  
1152 participando da recuperação de importantes episódios de nossa história e absorvendo  
1153 lições de brasilidade que precisam ser urgentemente mais difundidas e compartilhadas,  
1154 como certeza de aprendizado com as experiências do passado. Sendo assim e  
1155 corroborando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material  
1156 e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, **declaro-me favorável**  
1157 **ao tombamento e à consequente inscrição no Livro de Tombo Histórico, do acervo**  
1158 **denominado: ‘Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de**  
1159 **Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural**  
1160 **São Pedro de Alcântara, no município de Floriano, ambos no Estado do Piauí’ em**





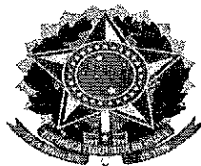
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1161 reconhecimento ao incomensurável valor dos fatos aqui demonstrados como testemunho  
1162 de que se constituem em monumentos que sintetizam um valioso período da história e  
1163 da formação do Estado Brasileiro. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio  
1164 Conselho. Brasília, em 15 de Maio de 2014. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés,  
1165 Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN”. Aberta a palavra, falou a Conselheira  
1166 Cléo Alves Pinto de Oliveira. Parabenizou o Conselheiro Andrés pelo parecer e  
1167 comentou que havia levantado uma dúvida com relação ao perímetro de entorno da  
1168 Fábrica de Laticínio, de ele não ser um tombamento de conjunto. A Presidente informou  
1169 que ao final, Claudiana Cruz, Superintendente do IPHAN no Estado do Piauí  
1170 responderia e abriu a palavra para o Conselheiro Azambuja, que comentou sobre a  
1171 qualidade extraordinária dos textos do Conselheiro Felipe e exemplar como o modelo,  
1172 que na opinião do Embaixador Azambuja, caracteriza o trabalho do Conselho. O  
1173 Conselheiro Arno Wehling falou em seguida, associando-se ao Embaixador nos elogios  
1174 à qualidade do trabalho apresentado e afirmou que o tema é muito importante para um  
1175 historiador e por isso havia ficado extremamente interessado na relatoria de Andrés,  
1176 pela importância que representaram sucessivamente essas desapropriações de bens, não  
1177 apenas jesuíticos, mas em boa parte jesuíticos, no Brasil. A Presidenta Jurema  
1178 agradeceu e passou a palavra para a Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.  
1179 A Conselheira parabenizou o relator e disse que o parecer despertou nela a curiosidade  
1180 sobre o que aconteceu anteriormente às trinta e nove Fazendas Jesuítas citadas.  
1181 Encareceu aos piauienses presentes de levantarem a ação dos jesuítas anteriormente à  
1182 campanha de difamação e da supressão da memória jesuíta levada a cabo pelo Marquês  
1183 de Pombal. Afirmou que a introdução do gado nessa região, era certamente obra dos  
1184 jesuítas e foi feita para reciclar os índios que eram antropófagos. Em vez de pregar pela  
1185 proibição de comer carne humana, o senso prático dos jesuítas levou à modificação  
1186 desse hábito indígena pela introdução da carne de gado, de acordo com a Conselheira. O  
1187 Conselheiro Nestor Goulart Reis disse que queria apenas registrar um aspecto que lhe  
1188 pareceu relevante destacar. Em todo o país, havia um projeto da abolição que previa o  
1189 sistema de ensino para os filhos dos escravos para integrá-los socialmente. O único



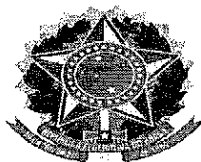
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1190 estado em que isso de fato aconteceu foi o Piauí, mostrando a consciência daqueles que  
1191 lutaram pela abolição com uma visão social que só agora está sendo retomada, sendo a  
1192 questão das cotas, segundo o Professor Nestor, apenas um paliativo desse projeto que já  
1193 existia naquela época. Mencionou Thedim Barreto, que realizou o primeiro estudo sobre  
1194 a formação urbana em uma região do Brasil, o Piauí, no caso junto com sua arquitetura.  
1195 Foi o primeiro trabalho intelectual feito nesses termos de história da urbanização, ao  
1196 qual teve acesso nos primeiros anos de faculdade em um texto da revista do IPHAN, de  
1197 1938, que despertou seu interesse para a história da urbanização e do urbanismo à qual  
1198 dedicou toda sua vida. Em seguida, a Superintendente Claudiana Cruz respondeu ao  
1199 questionamento da Conselheira Cléo sobre o entorno dos bens tombados, informando a  
1200 ela que as edificações, que compõem hoje o em torno da Fábrica de Laticínios  
1201 remontam a criação da fábrica no próprio município, não fizeram parte do projeto que  
1202 levou à construção dessa indústria. São edificações muito simples, feitas com a  
1203 tecnologia e com os recursos que havia à época e que não permaneceram. Atualmente,  
1204 são edificações completamente descaracterizadas desse momento inicial do núcleo  
1205 urbano, mas importantes, porque vão garantir a visibilidade e a ambiência dessa  
1206 edificação. A Superintendente abordou a questão do uso e da gestão dos dois bens,  
1207 tendo o IPHAN contratado projeto de restauração da Fábrica de Laticínios em uma  
1208 perspectiva de que esse prédio tenha fundamentalmente um uso cotidiano em razão do  
1209 próprio perfil do município, abrigando nele várias instituições administrativas. Com  
1210 relação aos jesuítas, destacou a contratação de pesquisa no sítio arqueológico e  
1211 histórico, que compreende também a pesquisa arquitetônica com a expectativa de se  
1212 avançar um pouco mais na pesquisa sobre a passagem dos jesuítas no Piauí. Não  
1213 havendo mais esclarecimentos, A Presidenta Jurema Machado colocou em votação o  
1214 Parecer do Conselheiro Luiz Phelipe Andrés, solicitando aos Conselheiros favoráveis  
1215 erguessem o braço. Feita a verificação da votação, a Presidenta proferiu o resultado: os  
1216 Conselheiros presentes **aprovaram por unanimidade o Tombamento dos**  
1217 **Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Laticínios, em**  
1218 **Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, em**



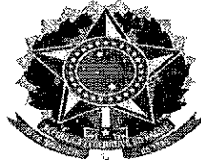
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1219 **Floriano/PI, com inscrição dos bens no Livro de Tombo Histórico, nos termos do**  
1220 **Parecer.** Após os aplausos dos presentes, a Presidenta abriu a palavra aos  
1221 representantes do Piauí presentes, falando inicialmente o Prefeito de Floriano, Gilberto  
1222 Carvalho: “Em nome de todos, quero agradecer ao IPHAN e falar da responsabilidade  
1223 que nos incumbe, agora, como integrante de uma cidade que tem esse perfil histórico  
1224 enorme. Quero agradecer profundamente a todos os Conselheiros, mas em especial ao  
1225 Conselheiro Luís Phelipe e também ao Arquiteto e integrante da nossa comunidade o  
1226 nosso queridíssimo Nilson Coelho”. Em seguida, falou o Senhor Francisco da Cruz,  
1227 Prefeito de Campinas do Piauí: “Quero agradecer ao IPHAN do Piauí por nos ter  
1228 também contribuído muito com todo esse tempo que nós viemos lutando por esse  
1229 tombamento e também ao IPHAN aqui de Brasília, especialmente ao nosso Luís Phelipe  
1230 que esteve lá no meu município a quem tive o prazer de estar lhe acompanhando.  
1231 Sabemos que foi a primeira Fábrica de Laticínio do Nordeste, justamente criada naquele  
1232 município. Com muito orgulho, levo a meu município essa grande vitória e aqui eu  
1233 quero agradece, a cada Conselheiro por essa grande iniciativa”. A palavra foi dada ao  
1234 Sr. Nilson Coelho: “Boa tarde. Meu nome é Nilson Coelho, sou Arquiteto e Urbanista.  
1235 O Prof. Nestor Goulart citou um livro que se chama a *Educação de Negros no Brasil*,  
1236 do Prof. Marcos Vinícius Fonseca onde é citado um dado muito interessante. Durante  
1237 um período todos os recursos destinados ao Estabelecimento Rural eram superiores a  
1238 soma de todos os recursos enviados para todas as escolas do Ceará. O que mostra que o  
1239 estabelecimento era uma espécie de fascínio do Imperador Pedro II. Ele teve uma  
1240 importância muito grande na educação de negros, porque os negros no Piauí tinham  
1241 uma especificidade, eram escravos das Fazendas Nacionais, eram escravos do Estado e  
1242 a Lei do Ventre Livre estabelecia uma tutela até uma determinada idade e os escravos  
1243 pertencentes à Nação eram tutelados pelo Estado. Então, diferentemente do Rio de  
1244 Janeiro, da Bahia e do Pará onde as experiências foram com a construção de orfanatos,  
1245 no Piauí foi uma experiência única que foi a construção de escola para a educação de  
1246 negros, portanto, a primeira e única talvez escola para educação de negros do Brasil”.  
1247 Terminou agradecendo ao Conselho a aprovação dos tombamentos. Por último falou a



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1248 Superintendente do IPHAN no Piauí, Claudiana Cruz dos Anjos, que ressaltou o papel  
1249 fundamental que Diva Figueiredo, ex-superintendente, teve nesses dois tombamentos e  
1250 no registro da Cajuína, continuado pela equipe atual. Registrou a presença e importância  
1251 do técnico Ricardo Augusto, do IPHAN do Piauí, que se dedicou exclusivamente a esse  
1252 processo. Após o pronunciamento da Superintendente do IPHAN no Piauí, a Presidenta  
1253 Jurema Machado encerrou os trabalhos da manhã e convocou os Conselheiros para a  
1254 continuidade da sessão para o período da tarde. **REINÍCIO DA SESSÃO NA PARTE**  
1255 **DA TARDE.** Às 14h30 do dia 15 de maio de 2014, foi reaberta a sessão da 75ª Reunião  
1256 do Conselho Consultivo para deliberação dos dois últimos pontos da Ordem-do-Dia, a  
1257 saber: **4.2)** Processo de Tombamento Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara do  
1258 Paraíso das Campinas Velhas, Campinas, Estado de São Paulo e **4.3)** Processo de  
1259 Tombamento do Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situado no  
1260 Distrito de Tamoios, município de Cabo Frio/RJ. **PRESENTES** os seguintes  
1261 Conselheiros: Ângela Gutierrez; Arno Wehling; Breno Bello de Almeida; Ítalo  
1262 Campofiorito; Luiz Phelipe de Castro Andrés; Marcos Castrioto de Azambuja; Maria  
1263 Cecília Londres Fonseca; Myriam Andrade Ribeiro; Nestor Goulart Reis; Synézio  
1264 Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes da sociedade  
1265 civil; Acir Pimenta Madeira, representante do Ministério do Turismo; Ângelo Oswaldo  
1266 de Araújo Santos, representante do Instituto Brasileiro de Museus, Ibram; Carla Maia  
1267 Casara, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
1268 Renováveis-IBAMA; Carlos Eduardo Dias Comas, representante do Ministério da  
1269 Educação; Cléo Alves Pinto de Oliveira, representante do Ministério das Cidades;  
1270 Cristiana Nunes Galvão Barreto, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira-  
1271 SAB; Eugênio Ávila Lins, representante do Conselho Internacional de Monumentos e  
1272 Sítios-ICOMOS; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante do Instituto  
1273 de Arquitetos do Brasil-IAB; Roque de Barros Laraia, representante da Associação  
1274 Brasileira de Antropologia-ABA. Antes do Conselheiro Nestor Goulart iniciar o ponto  
1275 de pauta, a Presidenta passou a palavra à Conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira que  
1276 apresentou a publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceito e processo*,



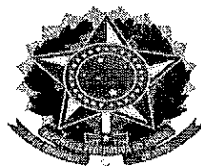
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1277 resultado das diretrizes e ações com que trabalha a Coordenação de Educação  
1278 Patrimonial do IPHAN, focada em três pilares: inserção da educação patrimonial na  
1279 educação formal; gestão compartilhada das ações educativas via Casas do Patrimônio e  
1280 instituição de marcos programáticos desse tipo de actividade, arcabouço da Política  
1281 Nacional de Educação Patrimonial. Antes, ainda de passar à exposição do relator, a  
1282 Presidenta registrou o falecimento do Arquiteto Miguel Pereira, ressaltando sua  
1283 importância não só como arquiteto, mas, também como pesquisador e professor. Após  
1284 esse registro passou a palavra ao Professor Nestor Goulart Reis que iniciou a leitura de  
1285 seu parecer: **“Processo de Tombamento 1460-T-00. Casa Grande e Tulha da Antiga**  
1286 **Chácara do Paraíso das Campinas Velhas, situada à Avenida Arlindo Joaquim de**  
1287 **Lemos, 1300, no município de Campinas, Estado de São Paulo. 1) O PROCESSO.**  
1288 O processo teve início com uma carta do arquiteto e professor Antônio da Costa Santos,  
1289 com data de 08 de dezembro de 1999, solicitando o tombamento de um imóvel de sua  
1290 propriedade. O caso nos parece único por se tratar de iniciativa do proprietário, com as  
1291 consequentes restrições dos direitos de uso e edificação no bem tombado. No ofício,  
1292 escrito há quinze anos, o arquiteto informava que adquiriu esse bem em 1970 e o  
1293 tombamento pelo IPHAN seria o coroamento de um esforço de vinte e um anos (há,  
1294 portanto, 36 anos) para preservação desse bem cultural. Em etapa anterior, o imóvel foi  
1295 tombado pelo CONDEPHAAT, órgão de defesa do patrimônio cultural do estado de  
1296 São Paulo (1986) e ex-ofício pelo CONDEPAC, do município de Campinas (1990). O  
1297 processo é complementado com três documentos específicos. O primeiro é o parecer  
1298 elaborado pelo arquiteto proponente com informe para sua avaliação pelo  
1299 CONDEPHAAT, em fevereiro de 1986 (páginas 04 a 31 do vol.2 do processo). O  
1300 segundo é uma análise do estado das duas edificações, a casa grande e a tulha e exame  
1301 das intervenções ali realizadas, documento assinado pelo arquiteto Marcos José  
1302 Carrilho, então Diretor Técnico Substituto do CONDEPHAAT, com data de 31 de  
1303 março do mesmo ano (páginas 41 a 50 do vol. 2), arquiteto hoje pertencente aos quadros  
1304 do IPHAN. O terceiro é a tese de doutoramento do arquiteto proponente, apresentada e  
1305 defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1306 1998, sob o título “Compra e Venda de Terra Água e um Tombamento na Primeira  
1307 Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Campos do Mato Grosso de  
1308 Jundiaí, 1732-1992”. **2) O BEM CULTURAL.** Trata-se de um terreno situado à  
1309 Avenida Arlindo Joaquim Lemos, na cidade de Campinas, estado de São Paulo,  
1310 incluindo os remanescentes da casa grande e da antiga tulha da Chácara Paraíso,  
1311 sucessora da Chácara das Campinas Velhas. A área total do terreno é de 2.688, 75 m<sup>2</sup>. A  
1312 chácara, com suas edificações, é parte de uma antiga propriedade rural, que teve origem  
1313 numa das duas primeiras sesmarias concedidas em 1732 pelo Governador Conde de  
1314 Sarzedas, para a instalação de ranchos. Estes deveriam servir de apoio para os viajantes  
1315 que se dirigissem à região das “Minas dos Goyazes”, descobertas por volta de 1725, por  
1316 Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera. Trata-se, portanto de documento  
1317 referente ao início da colonização das terras do Brasil Central, bem como das terras  
1318 mais férteis do estado de São Paulo. É também um documento sobre as etapas  
1319 posteriores de formação dessas regiões, com a produção açucareira e o ciclo do café,  
1320 estendendo-se do último quartel do século XVIII ao primeiro do século XIX. Não se  
1321 trata de um bem de valor estético, mas de registros históricos de valor excepcional. **3)**  
1322 **IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO IMÓVEL.** O local da chácara tem a  
1323 peculiaridade de ser uma referência para diferentes aspectos da história do país, da  
1324 região, bem como da cidade de Campinas. Em primeiro lugar por se situar junto ao eixo  
1325 do antigo “Caminho dos Goyazes”, mais tarde do “Caminho do Anhanguera”. Em  
1326 segundo lugar, por se relacionar com a concessão da primeira sesmaria na área de  
1327 formação do primeiro pouso de tropeiros a partir do qual se iniciou o povoamento de  
1328 toda a região. A terceira razão de interesse é que se trata de um registro do início das  
1329 atividades de cultura da cana e produção de açúcar, que motivou a derrubada de toda a  
1330 área florestada, entre Jundiaí e Mogi Mirim. Não menos importante, é o registro da  
1331 formação da antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Campos do Mato  
1332 Grosso de Jundiaí, que deu origem à vila de São Carlos e seu rocío, dentro do qual se  
1333 encontrava a sesmaria. É também o registro da cultura do café e da formação da cidade  
1334 de Campinas, ponto inicial da grande expansão ferroviária para o interior do estado.



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

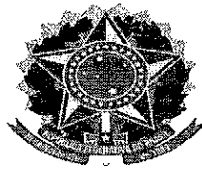
1335 Finalmente, é um registro da formação de uma área metropolitana e formação de uma  
1336 mentalidade política cosmopolita igualmente forte que está na origem mesmo desta  
1337 proposta de tombamento. Examinemos por partes. **3.1) O “Caminho dos Goyazes”.**  
1338 Trata-se do primeiro grande eixo de penetração, do caminho que levou, no cenário  
1339 nacional, ao desbravamento e povoamento do Brasil central, a partir do século XVIII. A  
1340 primeira expedição foi realizada por Bartolomeu Bueno, conhecido como Anhanguera.  
1341 Segundo registros históricos, esse caminho foi percorrido em fins do século XVII. Com  
1342 seu grupo, do qual fazia parte seu filho de mesmo nome, o primeiro Bartolomeu Bueno  
1343 encontrou ouro no Serra dos Martírios nas proximidades da atual cidade de Goiás  
1344 (Goiás Velho). Mais interessado no apresamento de indígenas – ou talvez por falta de  
1345 maior experiência no ofício de garimpeiro – deixou o local e não mais retornou. Em  
1346 1722, o segundo Bartolomeu, conhecido como segundo Anhanguera deixando áreas  
1347 auríferas nas Minas Gerais, já então com o propósito expresso de voltar aos garimpos  
1348 descobertos por seu pai e organizar sua exploração (contando receber recompensas por  
1349 seus feitos) voltou a percorrer o velho “Caminho dos Goyazes”, que passou a ser  
1350 conhecido também, dessa época em diante, como “Caminho do Anhanguera”.  
1351 Encontradas as jazidas em 1725, circulando as notícias dos descobertos de Goiás,  
1352 iniciaram-se as expedições regulares de mineradores e as viagens de mercadores e  
1353 comerciantes, empenhados na organização do abastecimento dos novos arraiais,  
1354 conduzindo escravos e produtos importados de Portugal. O percurso ganhou melhor  
1355 definição a partir de 1730, quando os antigos carregadores indígenas e os africanos  
1356 foram substituídos por tropas de mulas e cavalos, trazidos dos campos do sul. Com as  
1357 tropas de muare e as trilhas mais largas, instalaram-se os pousos para descanso e  
1358 alimentação dos viajantes, como dos animais. Nessa época já existiriam por volta de  
1359 trinta pousos, ao longo do caminho. O percurso iniciava-se em São Paulo e percorria  
1360 uma pequena região, já ocupada e cultivada pelos primeiros colonizados, desde meados  
1361 do século XVII, ocupação marcada na paisagem pela fundação de Jundiáí, elevada a  
1362 vila em 1655, com o nome de vila de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de  
1363 Jundiáí. Nesse ponto iniciava-se um segundo trecho, coberto por densas florestas (o



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

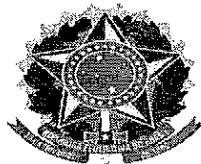
1364 chamado Mato Grosso), que se estendia até o local em que seria fundada a freguesia de  
1365 Mogi Mirim (Mogi dos Campos), elevada à categoria de vila em 1769. Entre Jundiáí e  
1366 Mogi Mirim existia um pequeno bolsão com três pequenas campinas, uma delas nas  
1367 cabeceiras do Ribeirão das Anhumas, afluente do Rio Atibaia. Neste local instalava-se  
1368 um importante pouso, com serviços para os tropeiros. **3.2) O pouso, a Freguesia de**  
1369 **Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí e as**  
1370 **primeiras Sesmarias.** Em 1776, durante o governo do Morgado de Mateus, na linha de  
1371 estímulos para o desenvolvimento da agricultura como compensação para o declínio das  
1372 atividades mineradora, estabelecia-se uma política regional de estímulo à criação de  
1373 povoações, à produção de cana de açúcar e à instalação de engenhos. Entre essas  
1374 iniciativas, insere-se a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das  
1375 Campinas do Mato Grosso de Jundiáí, nas proximidades do antigo pouso, às margens do  
1376 Caminho do Anhanguera. Nesse local havia sido cedida a primeira sesmaria da região,  
1377 abandonada em seguida por seus beneficiários, mais tarde ocupada com a criação da  
1378 Chácara das Campinas Velhas, objeto de nosso interesse. Era o início do povoamento  
1379 regular da região. **3.3) A criação da Vila de São Carlos e a Expansão da Cultura**  
1380 **Açucareira.** Em 1797, a antiga freguesia foi elevada à categoria de vila, com o nome  
1381 de São Carlos, mais tarde substituído por Campinas. As atividades canavieiras  
1382 receberam um impulso especial a partir de 1809. Nesse ano ocorre a chegada das  
1383 primeiras mudas de cana caiana, trazidas da Guiana Francesa. Segundo o depoimento de  
1384 alguns historiadores, sua produtividade, em relação aos padrões anteriormente  
1385 existentes, permitiria quintuplicar a produção por hectare, em relação às antigas canas,  
1386 conhecidas como “caipiras”. Era o início da fase de grande prosperidade. Em 1819 já  
1387 existiam cerca de 70 engenhos no município, produzindo aproximadamente 30 mil  
1388 arrobas anuais. O principal produtor, o português Luiz Antônio de Souza, o homem  
1389 mais rico da capitania em seu tempo, possuía 16. Desses tempos guardamos duas  
1390 imagens importantes: dois desenhos de William Burchell, de 1827, mostrando os perfis  
1391 do que parecem ser as obras de construção da velha Matriz e da Casa de Câmara. Essa  
1392 área conservou-se como um marco da parte mais antiga da cidade dos tempos de sua





**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1393 fundação, mantidas as referências ao local de passagem do antigo Caminho do  
1394 Anhanguera e, portanto, do antigo pouso. **3.4) A cultura do café e a nova etapa de**  
1395 **prosperidade e modernização.** Na década de 1840/1850 tiveram início as atividades  
1396 de cultura do café, rapidamente substituindo a produção canavieira. Derrubadas as  
1397 matas, elevou-se o nível médio de temperatura de toda a região e tornaram-se raras a  
1398 geadas, permitindo a produção de café. Por volta de 1860. Campinas era o principal  
1399 centro produtor do interior e base para a penetração em novos territórios. A partir da  
1400 então cidade de São Carlos, havia serviços de transporte sobre estradas precárias,  
1401 utilizando-se diligências nas melhores e *trolleys* nas secundárias. Em 1867, foi  
1402 inaugurada a linha da São Paulo Railway, ligando Santos a São Paulo e a Jundiaí. Na  
1403 mesma época, através de entendimentos entre diferentes grupos de empresários, tanto  
1404 do partido liberal quanto do conservador, foram criadas em Campinas duas novas  
1405 empresas ferroviárias: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia  
1406 Mogiana. Ambas foram instrumentos de penetração em todas as direções do interior do  
1407 estado, permitindo grande expansão da produção de café e conferindo nova importância  
1408 à cidade como centro regional. Foi a época do início das atividades industriais, e foi  
1409 também a época do início da produção de algodão no interior do estado, o que  
1410 possibilitou a instalação de diversas indústrias de tecidos e a instalação em Campinas de  
1411 algumas empresas destinadas à importação de equipamentos agrícolas e industriais e à  
1412 produção de algumas máquinas com recursos locais. Foi essa a época do início da  
1413 expansão das áreas urbanas, como das atividades imobiliárias. Data provavelmente  
1414 desses tempos a sede da Fazenda Paraíso, então importante unidade produtora de café,  
1415 com suas tulhas e senzalas. **3.5) Modernização.** Com a chegada da ferrovia foi possível  
1416 também à implantação de uma série de serviços urbanos, especificamente linhas de  
1417 bondes de tração animal, instalações para o abastecimento de água por meio de  
1418 chafarizes e a implantação de uma usina de gás, para abastecer o sistema de iluminação  
1419 pública. Os empreendimentos tiveram prosseguimento durante a Primeira República,  
1420 com a criação da Companhia Paulista de Força e Luz, instalação de uma usina  
1421 hidrelétrica e implantação de serviços de bondes elétricos, em substituição aos



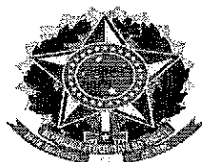
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1422 anteriores. Eram os tempos da modernização da vida urbana. Entretanto, as chácaras  
1423 remanescentes da antiga propriedade rural, junto à área de origem da cidade ainda se  
1424 conservavam como testemunho dos tempos passados. Essas transformações foram  
1425 acompanhadas por uma expansão das atividades imobiliárias. **3.6) Atividades**  
1426 **imobiliárias posteriores a 1930.** Depois de 1930, crescendo a cidade e havendo  
1427 interesse pela modernização de sua estrutura, foram elaborados dois planos importantes,  
1428 sob responsabilidade dos dois mais importantes urbanistas da época e professores da  
1429 Escola Politécnica de São Paulo, Luís de Anhaia Melo e Francisco Prestes Maia.  
1430 Nenhum desses planos foi aprovado, mas as atividades imobiliárias prosperaram com o  
1431 aparecimento de loteamentos. O parcelamento da antiga Chácara do Paraíso é parte  
1432 importante da história dessas mudanças nas formas do espaço urbano, na escala  
1433 metropolitana. **4) COMPROVAÇÃO.** A tese de doutoramento de Antônio da Costa  
1434 Santos, baseada em pesquisa histórica minuciosa, com documentação abundante,  
1435 comprova as relações existentes entre a Chácara Paraíso, o local em que existiu o  
1436 primitivo pouso de tropeiros junto ao “Caminho Goyazes”, provavelmente desde os  
1437 tempos de oficialização desse caminho pela administração colonial, em 1732. Mostra  
1438 também como a área coincide com uma das primeiras sesmarias ali concedidas,  
1439 relacionada com a primitiva povoação, oficializada como freguesia em 1776 (Campinas  
1440 Velha). Comprova a existência do primitivo engenho de açúcar, erguido na mesma  
1441 propriedade nos primeiros anos do século XIX, na que então se denominava Chácara  
1442 das Campinas Velhas. E mostra como o local foi transformado em fazenda produtora de  
1443 café, com a denominação de Chácara Paraíso, como foi posteriormente parcelada e suas  
1444 frações loteadas, sobrando, ao final, a propriedade atual, com as duas construções  
1445 remanescentes. A tese esclarece as condições de abertura do “Caminho dos Goyazes”,  
1446 da criação dos primeiros pousos, da concessão das primeiras sesmarias e formação dos  
1447 primeiros bairros rurais junto aos diferentes pontos do caminho, a partir de 1732, e  
1448 indica os primeiros povoadores da região dos “Campinhos”. Lembra como, trinta e  
1449 quatro anos depois, em 1776, o local foi escolhido para criação da Freguesia de Nossa  
1450 Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá e como ali se iniciou a



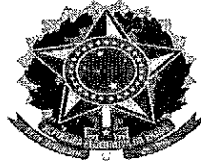
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1451 construção de engenhos de açúcar, sendo um deles junto ao Tanque das Campinas  
1452 Velhas. Registra como, a partir de 1840, essas e outras propriedades se transformaram  
1453 em fazendas de café. Indica também a sucessão de proprietários ao longo de dois  
1454 séculos e meio, demonstrando o valor documental dos remanescentes atuais, com  
1455 referências a um longo período histórico, de interesse nacional e regional. Confirma,  
1456 portanto, que a prosperidade que se relaciona com diferentes etapas ou ciclos de história  
1457 do país e da região (para não falar da cidade, hoje metrópole). São referências sobre as  
1458 condições de formação social ocorrendo em vastas regiões, documentadas por essas  
1459 evidências materiais. O patrimônio cultural deve ser abordado sob duas perspectivas: as  
1460 obras exemplares, a das obras excepcionais e a dos documentos de formação das  
1461 sociedades. O caso da Chácara do Paraíso corresponde a essa segunda perspectiva.  
1462 Documenta o modo como foram formadas estas regiões ao longo de um dos mais  
1463 importantes eixos do território brasileiro. **5) DO MÉRITO.** Nosso parecer é que o bem  
1464 cultural em exame tem excepcional interesse histórico. Em primeiro lugar porque é  
1465 documento importante sobre a instalação dos antigos pousos de tropeiros, estabelecidos  
1466 ao longo dos principais caminhos do Brasil, ao longo dos séculos XVIII e XIX,  
1467 instrumentos básicos do povoamento de extensas regiões, dando origem a freguesias,  
1468 vilas e cidades. Os estudos mais recentes de História da Urbanização e do Urbanismo no  
1469 país estão dando ênfase a essas etapas iniciais de nossa formação social, cuja  
1470 importância ainda não foi suficientemente compreendida. A cronologia, que  
1471 acrescentamos a seguir, permite observar a rapidez do processo de ocupação e  
1472 exploração, quando incluímos na série todas essas informações. No caso, estamos diante  
1473 de um exemplo excepcional. Com sua história bem documentada, em uma das regiões  
1474 mais importantes do país, oferece elementos para compreensão de todas as etapas de sua  
1475 formação. Não é comum encontrarmos remanescentes que sirvam de referência a tantos  
1476 e sucessivos momentos de nossa história. Não se deve esquecer também que se trata do  
1477 talvez único exemplo de proprietário propondo tombamento de um imóvel de sua  
1478 propriedade. **Por todos esses motivos, nosso parecer é favorável ao tombamento do**  
1479 **imóvel, inscrevendo-o no Livro de Tombo Histórico.** Cabe observar que, na área



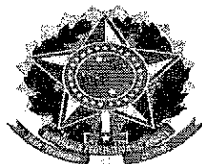
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1480 envoltória, as quadras à frente do imóvel já estão edificadas com prédios de grande  
1481 altura, que limitam as visuais desse lado. A poligonal da área envoltória só poderá,  
1482 portanto, estabelecer restrições úteis nas laterais e nos fundos do lote. É o parecer.  
1483 Brasília, 15 de maio de 2014. Nestor Goulart Reis. Conselheiro. Após a leitura o  
1484 Professor Nestor Goulart a título de resposta a algumas perguntas, informou que o  
1485 doador da Casa, Antônio da Costa Santos, arquiteto extremamente ativo, nacionalmente  
1486 conhecido como “Toninho do PT, havia sido eleito prefeito de Campinas, mas depois de  
1487 nove meses de gestão, no dia 10 de setembro de 2001, foi assassinado e o gesto dele,  
1488 confirmado pela família, fora a expressão de uma posição como homem público. Feito  
1489 isso, a Presidenta colocou em votação o parecer favorável do relator ao tombamento do  
1490 imóvel, pedindo que os Conselheiros favoráveis erguessem o braço. **Por unanimidade,**  
1491 **foi aprovado o tombamento da Chácara do Paraíso das Campinas Velhas, Casa**  
1492 **Grande e Tulha da antiga Chácara, em Campinas/SP, com Inscrição no Livro do**  
1493 **Tombo Histórico.** Registrou-se a presença do Advogado William Ceschi Filho,  
1494 representante da família de Toninho que agradeceu o tombamento ao IPHAN e  
1495 informou que ele falecera há 13 anos, e há 15 anos pedira o tombamento pelo IPHAN e  
1496 que, agora, o imóvel tem um olhar nacional por conta de seu valor. A Presidenta  
1497 agradeceu ao Senhor William Ceschi Filho e passou ao último ponto da pauta. Antes, a  
1498 Presidenta Jurema Machado comunicou a publicação dos livros “*Robert Smith e o*  
1499 *Brasil-vol.2 - Cartografia e Iconografia*”, organizado pelo Professor Nestor Goulart,  
1500 com textos de vários autores e “*As Minas de Ouro e a Formação das Capitânicas do*  
1501 *Sul*”, este de autoria do professor. Parabenizando o Conselheiro, a Presidenta perguntou  
1502 se ele gostaria de falar sobre a pesquisa que realizou para essas publicações. “A  
1503 pesquisa foi proposta pelo IPHAN, sob a responsabilidade da Via das Artes.  
1504 Trabalhamos um ano e meio nela, mas até hoje continuamos fazendo pesquisa sobre o  
1505 assunto, porque essas coisas não cessam e o tema é fascinante. O objetivo sempre foi  
1506 lançar uma luz sob a formação das chamadas capitânicas do sul, especialmente as que  
1507 foram envolvidas na mineração de um modo mais significativo, que seriam da região da  
1508 cidade de São Paulo, os municípios vizinhos, até o norte de Santa Catarina, regiões onde



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1509 praticamente se perdeu a memória da existência de mineração nos séculos XVI e XVII.  
1510 Conseguimos localizar quase 190 pontos de mineração em torno dessas áreas através de  
1511 vários recursos, inclusive da cartografia histórica e da toponímia, locais confirmados  
1512 por pesquisas geológicas recentes, porque os estados de São Paulo e Paraná continuam  
1513 fazendo pesquisa sobre a existência de minérios. Agora, o objetivo principal não foi  
1514 estudar a mineração, listar todas as formações, concentrações humanas que não eram  
1515 diretamente ligadas à produção rural, mostrar como que essas atividades de mineração e  
1516 outras, deram ensejo à formação dessas populações. Constatamos com surpresa que  
1517 muitas das cidades que existiam em 1822, nessas regiões, foi fundada em áreas de  
1518 mineração. Poucas cidades, poucas vilas dessas regiões não estiveram diretamente  
1519 ligadas à mineração. A Conselheira Ângela Gutierrez havia perguntado como chegaram  
1520 a Minas. Eles começavam garimpando na Serra da Cantareira e na direção de Santana  
1521 de Parnaíba, em São Roque, e no começo da Serra de Sorocaba, e depois na serra, na  
1522 direção de Iguape e Cananéia. Quando descobrem ouro em Paranaguá em 1640, vê-se  
1523 pelos dados de São Paulo, que cessa toda a mineração porque todos os garimpeiros vão  
1524 embora para a região mais produtiva, que era a do Paraná. Quando se descobre ouro nas  
1525 Minas Gerais, eles se deslocam para lá, levando a experiência anterior de mineração.  
1526 Mas há um choque, porque em São Paulo, desde o tempo de Francisco de Souza, a  
1527 mineração era feita dentro de propriedades rurais. O indivíduo não dividia a exploração.  
1528 Quando foram feitos descobertos em Minas Gerais, com alta produtividade, o governo  
1529 português exigiu a subdivisão em datas de 20 braças, etc., e multiplicou o número de  
1530 exploradores em curto prazo, gerando um choque entre dois modos completamente  
1531 diferentes de mineração. Entre 1708 e 1710, começam a sair para outras regiões,  
1532 primeiro para Cuiabá, depois fazendo a mesma coisa em Goiás. Exploram Goiás Velho  
1533 durante uns cinco anos. Quando começam a chegar os outros, eles já haviam feito  
1534 pesquisas em Pirenópolis e se deslocam para lá. Depois, eles vão para o norte de Goiás.  
1535 Eles estavam em Cuiabá; quando começa a chegar muita gente, eles vão para a região  
1536 chamada de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), e alguns vão para o sul  
1537 do Ceará. O livro procura explicar essas coisas, mostrar sua importância para a



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1538 formação das capitanias e principalmente explicar que toda essa gente trabalhava com  
1539 índios e não com africanos e que, portanto, a contribuição dos índios foi fundamental,  
1540 inclusive para localizar as minas. É um mito imaginar que foram os portugueses que se  
1541 orientaram nessas paisagens, que atravessavam áreas de mineração ou cerrados e  
1542 localizavam os minérios. Os indígenas sabiam exatamente onde estava a água, onde  
1543 estavam os caminhos. Nós estamos fazendo outro estudo, procurando relacionar esses  
1544 fatos com o comércio e com outras atividades produtivas, para completar esse estudo no  
1545 campo acadêmico, porque o objetivo do IPHAN, assim como o nosso, é procurar  
1546 estabelecer uma visão de conjunto que permita o reconhecimento do valor das partes.  
1547 Caso contrário pensando só em edifícios isolados ou vilas isoladas”. A Presidenta  
1548 agradeceu ao Professor Nestor e passou para o ponto 4.3), último ponto da pauta,  
1549 proposta de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Fazenda  
1550 de Santos Inácio de Campos Novos, em Cabo Frio, Rio de Janeiro. Pediu ao  
1551 Conselheiro Eugênio Ávila Lins, relator do processo que iniciasse a leitura de seu  
1552 parecer. **“Parecer sobre o processo de Tombamento nº 1.492-T-2002, referente ao**  
1553 **CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA ANTIGA FAZENDA**  
1554 **DE SANTO INÁCIO DE CAMPOS NOVOS, localizado no Distrito de Tamoios,**  
1555 **Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.** A solicitação de tombamento do  
1556 Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno da Fazenda de Santo Inácio de Campos  
1557 Novos constitui uma iniciativa da Associação de Turismo Ecológico Integrado à  
1558 Arqueologia (A TEIA), apresentada por meio de carta encaminhada ao Superintendente  
1559 da 6ª Superintendência Regional do IPHAN/RJ, datada de 20 de julho de 2001, e que  
1560 possui o seguinte teor: Tendo em vista que A TEIA desenvolve um Projeto de Resgate da Memória  
1561 Cultural do “Contexto Rio Uma”, onde encontramos desde sítios arqueológicos pré-históricos e históricos  
1562 até um complexo arquitetônico vestigial da “Missão Jesuíta Inaciana de Campos Novos”, conforme  
1563 comprovam os documentos anexos, escritos e fotos, vimos, por meio desta, solicitar urgente tombamento  
1564 de todo conjunto e entorno, uma vez que existe um procedimento de instalar-se, na fazenda, um aterro  
1565 sanitário. Ressaltamos que a Fazenda encontra-se sob a administração da Prefeitura de Cabo Frio –  
1566 Secretaria Municipal de Agricultura. (Fl.1) Os documentos encaminhados pela A TEIA trazem  
1567 relatos históricos sobre a Fazenda dos Inacianos, relacionados a diversos períodos de



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

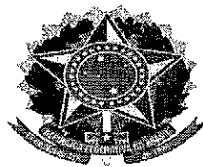
1568 sua existência, incluindo sua fundação em 1648, a transferência de sua posse para as  
1569 mãos de particulares, quando da expulsão da Companhia de Jesus do território  
1570 brasileiro, em 1759, a fase de domínio privado, a de expropriação de grande parte de  
1571 suas terras pelo Governo Federal, em 1983, e ainda a fase de desapropriação do prédio  
1572 sede e do que restava da fazenda, realizada pelo Governo Municipal de Cabo Frio, em  
1573 03 de junho de 1993. Os motivos que desencadearam tais atos, por parte dos poderes  
1574 federal e municipal, estão explícitos no corpo dos documentos e dizem respeito  
1575 basicamente aos conflitos gerados pela disputa da posse das terras da fazenda entre  
1576 arrendatários e proprietários. Em memorando datado de 10 de agosto de 2001, o  
1577 Superintendente Regional Substituto, arquiteto Mauro Pazzini de Souza, encaminhou a  
1578 solicitação de tombamento da Fazenda Campos Novos ao Departamento de Proteção do  
1579 IPHAN, para que se desse a abertura do processo. No dia 28 do referido mês, o Diretor  
1580 do DEPROT, Roberto Hollanda, conduziu a mencionada solicitação ao Coordenador de  
1581 Proteção, o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delfim, que deveria analisá-la e tomar  
1582 as devidas providências. Em 30 de agosto, o Coordenador encaminhou a solicitação de  
1583 tombamento à Divisão de Estudos de Acautelamento, visando a efetuação da titulação  
1584 do processo. O memorando DEPROT/IPHAN/RJ nº 450/01, de 06 de setembro de 2001,  
1585 encaminhado à Chefe de Divisão de Acautelamento, a arquiteta Joyce Kurrels Pena,  
1586 levantou questões importantes sobre a proteção da Fazenda, destacando a “importância  
1587 de se proceder o tombamento da área acima referida em caráter de urgência”, em razão  
1588 da instalação do aterro sanitário que constituía uma possível ameaça aos sítios  
1589 arqueológicos existentes na área. A arquiteta também recomendou que o assunto fosse  
1590 prévia e urgentemente avaliado pelo Setor de Arqueologia da 6ª SR, precedendo a  
1591 efetivação de qualquer outro procedimento relativo à abertura do processo. A solicitação  
1592 de tombamento da Fazenda foi encaminhada à 6ª SR, através do memorando nº  
1593 524/2001 CORDEP/DEPROT, de 01 de setembro de 2001, para que esta se  
1594 manifestasse sobre os riscos que o projeto do aterro sanitário oferecia à área em questão.  
1595 Após diligências efetuadas pela 6ª SR, voltadas para o esclarecimento da questão do  
1596 aterro sanitário, a Chefia de Gabinete da mesma Superintendência encaminhou o



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

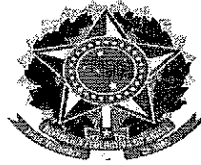
1597 memorando GAB/6ª SR/Nº036/02, de 28 de janeiro de 2002, ao Coordenador do  
1598 Departamento de Proteção/DEPROT/IPHAN, informando que a arqueóloga Rosana  
1599 Najjar e o arquiteto Mauro Pazzini realizaram vistoria na Fazenda Campos Novos e não  
1600 constataram nenhuma alteração nas feições do sítio arqueológico existente no terreno  
1601 onde o conjunto religioso foi edificado. Reconhecendo a importância de preservação,  
1602 tanto do sítio arqueológico quanto da edificação jesuítica, a Superintendência do Rio de  
1603 Janeiro encaminhou correspondência ao Prefeito de Cabo Frio, solicitando informações  
1604 sobre o empreendimento sanitário. No documento, também é mencionada a necessidade  
1605 de avaliação do impacto do aterro sobre o patrimônio cultural, através de elaboração do  
1606 EIA-RIMA correspondente. Em razão do que havia sido exposto, a 6ª SR  
1607 reencaminhou, através de memorando, a documentação relativa ao pedido de  
1608 tombamento da Fazenda do Inacianos ao Departamento de Proteção, para abertura de  
1609 processo de tombamento. O Coordenador Técnico de Proteção/PROTC/DEPROT, o  
1610 arquiteto José Leme Galvão Júnior, em memorando de 01 de fevereiro de 2002,  
1611 informou ao Diretor do DEPROT que os documentos iniciais, que acompanharam o  
1612 pedido de tombamento, indicavam que o sítio possuía potencial para ser parte do  
1613 patrimônio tombado pelo IPHAN. Desse modo, recomendou a abertura do processo de  
1614 tombamento nos termos do Decreto lei nº 25/37 e da Portaria nº 11/86. Em seguida, a  
1615 solicitação de tombamento foi encaminhada ao Arquivo Noronha Santo/DID/RJ para  
1616 que fossem tomadas as providências cabíveis. Com efeito, o processo foi aberto em 14  
1617 de fevereiro de 2002, com nº 1492-T-02 e o seguinte título “Contexto Arquitetônico,  
1618 Paisagístico e Entorno da Fazenda Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de  
1619 Janeiro”. O processo foi dirigido à Coordenação de Proteção a 6ª SR/RJ, através do  
1620 memorando nº 110/2002 PROTEC/DEPROT, de 29 de maio de 2002, para que fosse  
1621 feita a devida instrução processual, conforme o Decreto Lei nº 25/37, da Portaria  
1622 IPHAN nº 11/86 e do Memorando Circular DEPROT nº 001/02. Cabe mencionar a  
1623 cópia do ofício nº 263 (Fl. 34) do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
1624 do Estado do Rio de Janeiro, anexado ao processo, encaminhado à Presidência da A  
1625 TEIA – Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia, de 14 de agosto de





**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1626 2002, no qual acusam o recebimento do pedido de tombamento da “Missão Jesuítica de  
1627 Santo Inácio em Campos Novos”, também denominada Fazenda Campos Novos. O  
1628 referido documento defende ainda que os motivos apresentados pela A TEIA para a  
1629 proteção do monumento fundamentam o tombamento e que o INEPAC reiniciaria os  
1630 estudos o mais breve possível. Para tanto, solicitava o envio da documentação relativa à  
1631 questão fundiária da referida Fazenda, assim como a planta de situação da área que se  
1632 desejava tomar. Em 02 de outubro de 2002, A TEIA, pretendendo agilizar o processo  
1633 de tombamento, encaminhou ao IPHAN os seguintes documentos, através do ofício nº  
1634 126/2002: Abaixo assinado solicitando o tombamento da Missão Jesuítica de Santo  
1635 Inácio de Campos Novos; Cópia do ofício nº 125/2002, encaminhado pela A TEIA ao  
1636 Prefeito de Cabo Frio, objetivando execução jurídica da sentença de pagamento da  
1637 Fazenda Campos Novos e o Tombamento Municipal. Vale ressaltar que, em diversos  
1638 momentos, A TEIA encaminhou à Superintendência da 6ª SR “pareceres técnicos”,  
1639 materiais gráficos relativos à poligonal da área denominada como “centro histórico e  
1640 entorno” da Fazenda em questão e determinados materiais bibliográficos, com destaque  
1641 para o artigo publicado pelo Departamento de História da PUC-RJ, de autoria da  
1642 professora Ana Maria Fausto Monteiro de Carvalho, intitulado “A Forma e a Imagem –  
1643 Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial”. Em 05 de setembro de 2003, a  
1644 historiadora de arte Jussara de Moraes Mendes encaminhou o parecer nº 17 da  
1645 DITEC/6ªSR/IPHAN à arquiteta Jurema Hopke Eis Arnaut, Chefe da Área de Proteção  
1646 da 6ª SR, no qual relatava os principais elementos que compunham o referido processo  
1647 de tombamento, incluindo o tombamento provisório, realizado pelo INEPAC da  
1648 Fazenda de Campos Novos: Pela publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 24 de  
1649 julho de 2003, nº 137, pt. 1 pag. 36, 3º parágrafo, ficou determinado pelo Instituto Estadual do Patrimônio  
1650 Cultural o seguinte tombamento provisório, “dado o valor histórico e arquitetônico e cultural do sítio  
1651 histórico, formado pelo conjunto arquitetônico composto por casa grande, Igreja de Santo Inácio e  
1652 cemitério da Fazenda Campos Novos, localizado no Km 124 da Rodovia Amaral Peixoto – RJ-106, em  
1653 Cabo Frio. Como área tombada: “definida pelo polígono formado, ao norte, por uma linha paralela, a  
1654 fachada principal do conjunto arquitetônico, distando 70 metros da mesma e, a oeste, por uma linha  
1655 paralela ao muro do cemitério, distando 60 metros do mesmo, ao sul, por uma linha paralela a face sul da



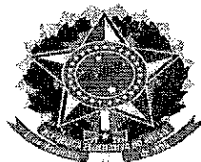
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1656 edificação, distando 170 metros da mesma, a leste, seguindo o leito da estrada interna da Fazenda Campos  
1657 Novos.” Como “área tutelada para a proteção da ambiência, da visibilidade e estética do sítio histórico  
1658 compreende a área da Fazenda Campos Novos, que foi desapropriada pela Prefeitura de Cabo Frio em  
1659 1993”. O parecer da historiadora de arte da 6ª SR é completado com um pequeno relato  
1660 histórico e arquitetônico do conjunto, tomando como referência os estudos realizados  
1661 pelo arquiteto Lúcio Costa e os processos de tombamentos das edificações jesuítas  
1662 inscritas nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes do IPHAN. O referido parecer  
1663 é finalizado com uma proposta de estudo bastante detalhada sobre o bem cultural, para  
1664 melhor subsidiar o tombamento, do qual deveriam participar outros técnicos da 6ª SR  
1665 das áreas de arquitetura e arqueologia. Em 29 de dezembro de 2004, praticamente um  
1666 ano após a emissão do parecer acima mencionado, a historiadora de arte Jussara Moraes  
1667 Mendes encaminhou um novo parecer – complementando o anterior – à arquiteta  
1668 Jurema Kopke Eis Arnout, então responsável pela Área de Proteção da 6ª SR/IPHAN. A  
1669 historiadora argumenta que o parecer está fundamentado em estudos teóricos relativos às  
1670 “qualidades plásticas da arquitetura dos jesuítas” (para citar uma das expressões do arquiteto Lúcio  
1671 Costa), destacando: a tipologia de planta adotada para as residências, incluindo a igreja, ou seja – o  
1672 partido arquitetônico adotado – “a quadra” – e as questões relacionadas à finalidade e funcionalidade  
1673 desse programa construtivo e ainda a **comodulação e a modenatura das fachadas das igrejas** inseridas  
1674 no contexto da História da Arte Luso-Brasileira. (Fl. 234). O parecer da historiadora está baseado  
1675 em uma volumosa pesquisa bibliográfica nacional e internacional sobre a Igreja  
1676 Católica, o Estado Português e a Companhia de Jesus. Em face aos dados obtidos, a  
1677 pesquisadora coloca que a “residência jesuítica com igreja contígua, realizada para a  
1678 antiga Fazenda de Campos Novos, é qualificada por semelhança a outros monumentos  
1679 destacados neste trabalho e construídos para as antigas aldeias de São Pedro (São Pedro  
1680 d’Aldeia, RJ) e dos Reis Magos (Nova Almeida, Serra, ES) e já inscritos nos Livros de  
1681 Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ressalvo,  
1682 entretanto, que este parecer deve ser ainda complementado por vistoria local”. A  
1683 vistoria, a que se refere a historiadora, tinha a finalidade de identificar possíveis  
1684 alterações no monumento após a expulsão dos Jesuítas. Caso estas fossem constatadas,  
1685 seria necessário avaliar se comprometiam ou não a “leitura estética do projeto



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1686 arquitetônico”. A arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaut, em informação técnica nº  
1687 90/2005/DITEC/6ª/SR/IPHAN, dirigida à Chefe da DITEC, sobre o parecer realizado  
1688 pela historiadora de arte Jussara de Moraes, ressaltou os seguintes pontos: 1. Posição  
1689 favorável ao tombamento do monumento em questão, por suas qualidades plásticas –  
1690 “comodulação, modenatura e partido arquitetônico”, conforme Lúcio Costa. 2. O estudo  
1691 histórico e morfológico realizado aponta semelhança entre o conjunto arquitetônico da  
1692 Fazenda Campos Novos com outros conjuntos jesuíticos tombados pelo IPHAN. 3. Que  
1693 o parecer foi construído a partir de fontes bibliográficas, não tendo sido realizado  
1694 qualquer trabalho de investigação no próprio conjunto, “restando, então, avaliar se sua  
1695 arquitetura e estado de conservação permanecem nas condições que, “teoricamente”, o  
1696 credenciarium para o tombamento federal”. 4. Que o parecer não faz referência aos  
1697 limites físicos do tombamento proposto, incluindo o seu entorno. 5. Que o parecer  
1698 anterior da historiadora, datado de 05 de setembro de 2003, apontava para a necessidade  
1699 de estudos complementares a serem realizados pelas arqueóloga Rossana Najjar e pela  
1700 arquiteta Maria Queiroga Anastácio: a primeira sendo responsável pela avaliação do  
1701 potencial arqueológico do sítio e a segunda pela avaliação da proposta de instalação do  
1702 aterro sanitário em área da citada Fazenda. Porém, dada a indisponibilidade de tempo e  
1703 de recursos, tais estudos não foram realizados. 6. Coloca algumas questões que foram  
1704 tratadas com a TEIA sobre o enquadramento do “Centro Histórico da Fazenda” como  
1705 “área de especial interesse turístico” e outras com o Ministério Público Federal,  
1706 acionado pela A TEIA, em prol da salva guarda do bem cultural. Na conclusão da  
1707 informação, a arquiteta Jurema Arnaut coloca duas questões: a primeira relativa à  
1708 finalização dos estudos indicativos do tombamento da referida Fazenda, no que diz  
1709 respeito à necessidade de complementação de dados ligados ao “estado de preservação  
1710 da arquitetura jesuítica no conjunto e de sua conservação”, que deveriam ser realizados  
1711 pelo Escritório Técnico de Cabo Frio, bem como manifestação por parte da Assessoria  
1712 de Arqueologia quanto ao valor arqueológico do sítio e, por conseguinte, seu  
1713 cadastramento nos termos da Lei nº 3924/61. A segunda questão está relacionada à  
1714 definição dos limites do tombamento e também de sua área de entorno, colocando-se



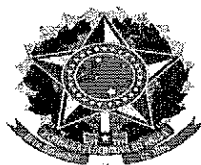
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1715 favorável que os limites coincidam com os limites do tombamento estadual feito pelo  
1716 INEPAC e ressaltando a necessidade de preservação da paisagem do entorno do  
1717 conjunto jesuítico, mencionada pelo Príncipe Maximiliano e por Auguste Saint-Hilaire  
1718 em suas viagens no século XIX à Fazenda Campos Novos. Em 31 de agosto de 2005, a  
1719 arquiteta responsável pelo Escritório Técnico de Cabo Frio encaminhou à Divisão  
1720 Técnica de 6ª SR cópia do Decreto Municipal nº 1918, de 20 de maio de 1993,  
1721 publicado em Diário Oficial de 21 de maio de 1993, que tratava da declaração de  
1722 utilidade pública para fins de desapropriação da área da Fazenda Campos Novos, no  
1723 qual poderia identificar a poligonal da área desapropriada. Em resposta a uma  
1724 solicitação da 6ª SR, a Prefeitura de Cabo Frio comunicou, através de ofício de 30 de  
1725 setembro de 2005, que não havia sido possível localizar, nos seus arquivos, a planta  
1726 referente à área desapropriada da Fazenda Campos Novos. Apesar disso, encaminhou  
1727 cópia do laudo pericial, elaborado a pedido do Juiz, que tratou dos autos do processo  
1728 judicial referente à desapropriação da fazenda. O documento apresentava um croqui da  
1729 área referida (Fls. 293-324). Decorrido pouco mais de cinco anos, em que o processo  
1730 ficou paralisado, este voltou a tramitar na 6ª SR, especificamente a partir do envio, feito  
1731 pela Prefeitura de Cabo Frio, de um ofício encaminhado ao Presidente do IPHAN, Luiz  
1732 Fernando de Almeida. O documento, datado de 15 de abril de 2010, reiterava o pedido  
1733 de tombamento do “Complexo Arquitetônico de Campos Novos”. Em seguida, a  
1734 Presidência do IPHAN encaminhou a solicitação à 6ª SR para que fossem tomadas as  
1735 providências cabíveis. O Chefe do Escritório Técnico de Cabo Frio, Ivo Matos Júnior,  
1736 em memorando nº 137/2010, dirigido ao Superintendente da 6ª SR, encaminhou “dossiê  
1737 de pesquisa”, remetido pela Prefeitura de Cabo Frio e relativo à Fazenda Campos  
1738 Novos, solicitando prosseguimento do estudo para fins de tombamento. Trata-se de um  
1739 dossiê que integrava o “Projeto Re-fazenda Campos Novos” e estava diretamente  
1740 vinculado ao “Plano de Ação das Cidades Históricas de Cabo Frio (PAVH)”. No dossiê  
1741 (Fls.331-564), constam os seguintes itens: 1. Cópia do Ofício do IPHAN nº  
1742 006/2002PROTEC/DEPROT 2. Fotos recentes da Fazenda Campos Novos 3. Projeto  
1743 Re-fazenda 4. Fazenda Campos Novos e sua história – séculos XVII e XVIII – Carlos



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1744 Engemann e Márcia Amantino 5. O Diário do Beagle de Darwin 6. História da  
1745 Companhia de Jesus no Brasil – Tomo VI – Livro I – cap. IV, p. 93-94 – Serafim Leite  
1746 7. História da Fazenda Campos Novos – Penha da Silva 8. Decreto nº 93.942/1987 –  
1747 Desapropriação das áreas remanescentes da Fazenda Campos Novos 9. Decreto  
1748 Municipal nº 1.918/1993 – Desapropriação da Fazenda Campos Novos 10. Cópia de  
1749 parte dos inventários de 1759 e 1775 da Fazenda Campos Novos – com transcrição de  
1750 parte dos inventários – Ministério da Fazenda 11. Plano de ação das Cidades Históricas  
1751 – Declarações e Termos de Cooperação 12. Relatório de vistoria do INEPAC 13. Outros  
1752 textos sobre a Fazenda Campos Novos 14. Planta da Fazenda Campos Novos 15. Mapa  
1753 da área da Fazenda Campos Novos 16. Matérias e Artigos 17. Anexos – INEPAC. Vale  
1754 aqui ressaltar o empenho e a qualidade do dossiê elaborado pela Prefeitura de Cabo  
1755 Frio, com o intuito de colaborar para o andamento do processo de tombamento da  
1756 Fazenda na esfera federal. Em 10 de fevereiro de 2011, a arquiteta Joyce Carolina  
1757 Moreira Kurreis Pena da 6ª SR, em memorando de nº 041/11/DITEC/SRJ/IPHAN,  
1758 dirigido à Coordenadora Técnica da Regional, deu prosseguimento ao processo de  
1759 tombamento da Fazenda Campos Novos, apresentando novas documentações  
1760 produzidas pela Superintendência do Rio de Janeiro, a exemplo de pareceres e  
1761 levantamento fotográfico atualizado do bem. A autora chama atenção para o “lapso  
1762 temporal entre a abertura do processo e a sua manifestação”, que, a seu ver, permitiu  
1763 que as condições do bem fossem comprometidas. Diante disso, recomendou que todas  
1764 as análises pontuadas fossem efetuadas. Caso contrário, o trabalho de levantamento  
1765 realizado até aquele momento, “correria o risco de se tornar desatualizado e, portanto,  
1766 inválido”. Um aspecto que merece ser destacado na documentação elaborada pela 6ª SR  
1767 está ligado à qualidade técnica dos pareceres da arquiteta Joyce Carolina Moreira  
1768 Kurreis (Fls. 568-643) e pela arqueóloga Rosana Najjar (Fls. 657-660). O primeiro  
1769 parecer traz contribuições significativas para o processo, sobretudo, em termos de  
1770 análise do contexto histórico da Fazenda, mais especificamente sobre os impactos  
1771 resultantes dos novos usos que lhe foram atribuídos após a expulsão dos jesuítas.  
1772 Também contribui para a ampliação do conhecimento acerca do “Projeto Re-fazenda



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1773 Campos Novos”, apresentado pela Prefeitura de Cabo Frio, no âmbito do Plano de Ação  
1774 das Cidades Históricas. A arquiteta Joyce Moreira ressalta duas questões referentes ao  
1775 Projeto. A primeira delas diz respeito à proposta de instalação no local de um Museu de  
1776 História Natural: [...] nem tanto se afasta da própria “biografia do lugar”, visto que, após a expulsão  
1777 dos jesuítas, em 1759, a fazenda, que passou pelas mãos de muitos proprietários, foi local de pouso,  
1778 frequentemente escolhido por muitos viajantes que ali estiveram a pesquisar a fauna e a flora presentes  
1779 naquele trecho do litoral fluminense. [...] Convém, todavia, ressaltar que a origem da história do lugar se  
1780 encontra indelevelmente associada aos Jesuítas. Portanto, ainda que se possa considerar a implantação do  
1781 sugerido museu como uma solução plausível para a ocupação coerente e sustentável das edificações  
1782 históricas remanescentes, não se deve negligenciar o papel fundador desempenhado pela Companhia de  
1783 Jesus e a sua significância na conformidade dos espaços componentes daquele conjunto edificado, fato  
1784 que, aliás, constitui o foco principal de nossa abordagem na construção de um parecer que possa justificar  
1785 o tombamento federal do mencionado bem. Logo, parece-nos fundamental que a “presença jesuítica” não  
1786 deva ser “apagada” da história da edificação, mas que, ao contrário, esteja clara e expressamente  
1787 contemplada em qualquer projeto museológico que se tenha em mente para o local. (Fl. 573). A  
1788 segunda questão levantada pela referida arquiteta sobre o projeto, apresentado pela  
1789 Prefeitura de Cabo Frio, diz respeito aos possíveis impactos ambientais que poderiam  
1790 ocorrer com a implantação de um parque agropecuário em terras da Fazenda, mais  
1791 especificamente, no espaço exterior das edificações antigas, quando pretende  
1792 transformar a área em local para eventos, prevendo a instalação de tendas, o que poderia  
1793 comprometer a ambiência do monumento. O segundo parecer, de autoria da arqueóloga  
1794 Rosana Najjar e datado de 30 de março de 2011, é veemente sobre a inadequação da  
1795 proposta apresentada pela municipalidade de Cabo Frio, esclarecendo que o conjunto  
1796 arquitetônico da antiga Fazenda está situado sobre um sítio arqueológico registrado pelo  
1797 IPHAN, desde 1961, como “Sambaqui de Campos Novos”. Segundo a arqueóloga: Para  
1798 além dos aspectos legais e/ou práticos da presença do *Sambaqui Campos Novos* sob a edificação jesuítica,  
1799 existem aspectos históricos e ideológicos que merecem ser apresentados. Não devemos supor que a  
1800 escolha dos jesuítas em construir sua igreja e residência sobre o sambaqui foi mero acaso. Os registros  
1801 históricos e arqueológicos mostram que há um padrão nos assentamentos jesuíticos litorâneos, e o da  
1802 presença de sítios pré-coloniais imediatamente embaixo e/ou muito próximos das edificações erigidas na  
1803 primeira fase da colonização do litoral brasileiro (fim do século XVI e início do seguinte). A partir de  
1804 nossas pesquisas, foi possível observar esse fato em toda a faixa do litoral compreendido entre Salvador



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

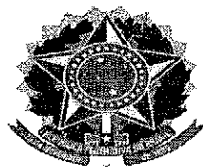
1805 (BA) e o Estado do Rio de Janeiro. (Fl. 653) A arqueóloga defende que, no processo de  
1806 tombamento da Fazenda Campos Novos, não se pode perder de vista a necessidade da  
1807 manutenção da relação entre o sambaqui e o conjunto edificado pelos inacianos. E  
1808 conclui: “Eles estão estreitamente ligados e essa relação explica parte do projeto de  
1809 colonização e catequese que os jesuítas implantaram no nosso litoral. A preservação tem  
1810 que se dar para ambos, com a mesma intensidade.” O historiador da arte José Antonio  
1811 Nonato, em parecer datado de 25 de junho de 2011 e encaminhado a arquiteta Jurema  
1812 Arnaut, então, Coordenadora de Proteção do DEPAM, se mostrou também firmemente  
1813 favorável ao tombamento imediato da Fazenda. A seguinte declaração confirma seu  
1814 posicionamento: “[...] é tempo de providenciar, com urgência, a proteção legal desse  
1815 tesouro colonial, que já foi avaliado e autenticado por historiadores, arquitetos e  
1816 arqueólogos e cujas conclusões constam no referido e alentado processo” (Fl. 666). A  
1817 Coordenadora de Proteção do DEPAM, a arquiteta Jurema Arnaut, em memorando de  
1818 nº 143/20011, datado de 15 de junho de 2011, dirigido à Coordenação Geral de Bens  
1819 Imóveis, encaminhou o processo de tombamento nº 1492-T-02 com parecer favorável  
1820 ao tombamento do “Sítio da antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos”. A  
1821 referida arquiteta fez uma síntese dos pareceres da historiadora Jussara de Moraes  
1822 Mendes, da arquiteta Joyce Kurrels, da arqueóloga Rosana Najjar e do historiador José  
1823 Antonio Nonato, que atestam a importância histórica, arquitetônica e paisagística do  
1824 bem cultural. E conclui: Alio-me, portanto, à indicação de inscrição do Sítio da antiga Fazenda de  
1825 Santo Inácio de Campos Novos, destacadamente o conjunto edificado formado por casa, capela e  
1826 cemitério anexo, no distrito de Tamoio, município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, no Livro do  
1827 Tombo Histórico, no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo arqueológico, etnográfico e  
1828 paisagístico. (Fl. 672) Em 10 de outubro de 2011, o processo foi encaminhado ao Diretor do  
1829 DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/IPHAN, arquiteto  
1830 Dalmo Vieira Filho. Em 15 de setembro de 2011, foi encaminhado ao Procurador Chefe  
1831 do IPHAN, já pelo atual Chefe do DEPAM, o arquiteto Andrey Rosenthal Schlee, para  
1832 as devidas providências. Dando continuidade ao processo, o Procurador Geral-  
1833 Substituto/PF/IPHAN, Heliomar Alencar da Oliveira, distribuiu, no dia 10 de outubro



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

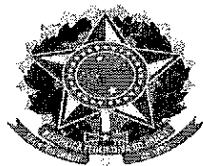
1834 de 2011, o Processo de Tombamento da Fazenda Campos Novos para a Procuradora  
1835 Federal Marta Alves Camelo, que, sete dias depois, emitiu parecer extremamente  
1836 detalhado, perpassando os principais fatos que compõem os quatro volumes do referido  
1837 processo. A respeito das áreas de tombamento e de entorno, a Procuradora acatou a  
1838 proposta apresentada pela 6ª SR, retomando as principais informações contidas no  
1839 documento que lhe fora encaminhado: Descrição da área de tombamento: Definida pelo polígono  
1840 formado no nordeste, por uma linha paralela à fachada principal do conjunto arquitetônico, distando  
1841 100,0m da mesma; a oeste, por uma linha paralela ao muro de cemitério, distando 100,0m do mesmo; ao  
1842 sul, por uma linha paralela à face sul da edificação, distando 170,0m da mesma; a leste, seguindo o leito  
1843 da estrada interna da Fazenda Campos Novos. [...] Descrição da área de entorno: Definida pelo polígono  
1844 resultante do traçado de retas paralelas distando cada uma delas 100,0m do perímetro correspondente nas  
1845 direções nordeste, noroeste e sudeste à área desapropriada pelo Decreto Municipal n 1918 de 20 de maio  
1846 de 1993 e na direção sudeste coincidente com o leito interno da estrada interna da Fazenda Campos  
1847 Novos. (Fls. 695-696) Em sua conclusão, a Procuradora fez a seguinte consideração: “Antes  
1848 o exposto, parece-me estar a matéria contida no processo de tombamento nº 1.492-T-02,  
1849 em condições de ser submetido à elevada apreciação do Egrégio Conselho Consultivo  
1850 do Patrimônio Cultural que, em nível federal, deverá decidir acerca do tombamento do  
1851 Sítio da antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos” (Fl. 700). O Procurador-  
1852 Chefe Substituto, Heliomar Alencar de Oliveira, aprovou o Parecer da Procuradora e  
1853 encaminhou, em 21 de agosto de 2011, o processo ao Presidente do IPHAN para que  
1854 fossem tomadas as providências necessárias. O processo teve continuidade com a  
1855 publicação feita pela Presidência do IPHAN, no Diário Oficial da União, do “Edital de  
1856 Comunicação a respeito do Tombamento do Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de  
1857 Campos Novos”, um conjunto edificado formado por casa, capela e cemitério anexo,  
1858 localizado no Distrito de Tamoio, Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro  
1859 (Fl. 705). Ao lado desta publicação, datada de 23 de novembro de 2011, foram emitidas  
1860 notificações a respeito do tombamento do bem, dirigindo-as aos diversos agentes  
1861 públicos, diretamente relacionados ao bem a ser protegido. **IMPORTÂNCIA**  
1862 **HISTÓRICA, ARQUITETÔNICA E DOCUMENTAL. A Companhia de Jesus no**  
1863 **Brasil.** Viu Ezequiel um carro misterioso que se movia sobre quatro rodas vivas, e tinha por nome o





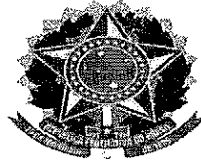
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1864 carro da glória de Deus. Tiravam por este carro quatro animais enigmáticos, cada um com quatro rostos:  
1865 de homem, de águia, de leão, de boi, com que olhavam para as quatro partes do mundo. Em cima, sobre  
1866 um trono de safiras, aparecia um homem todo abrasado em fogo ou vestido de labaredas: *A lumbis*  
1867 *desuper; et a lumbis deorsum, quasi species ignis splendentis*<sup>7</sup>. [...] Que representasse este carro a  
1868 religião da Companhia de Jesus, muitos autores o disseram. Chamava-se carro da glória de Deus, porque  
1869 esta foi à empresa de Santo Inácio: *Ad majorem Dei gloriam*. Assentava sobre quatro rodas, porque essa é  
1870 a diferença da Companhia. As outras religiões geralmente estribam em três rodas, isto é, em três votos  
1871 essenciais; mas a Companhia, em quatro: em voto de pobreza, em voto de castidade, em voto de  
1872 obediência, como as demais, e em quarto voto de obediência particular ao Sumo Pontífice. [...] Olhavam  
1873 os animais juntamente para as quatro partes do mundo, porque este é o fim e instituto da Companhia: ir  
1874 viver ou morrer em qualquer parte do mundo, onde se espera maior serviço de Deus e proveito das almas.  
1875 Tinham rosto de homem, de águia, de leão, de boi; de homem, pelo trato familiar com os próximos: de  
1876 águia, pela ciência com que ensinam e escrevem; de leão, pela fortaleza com que resistem aos inimigos da  
1877 fé; de boi, pelo trabalho com que cultivam a seara de Cristo, passando tantas vezes do arado ao sacrifício.  
1878 (VIEIRA, 1669, p. 152). O fragmento do Sermão acima exposto, dedicado a *Santo Inácio*:  
1879 *Fundador da Companhia de Jesus* e pronunciado pelo Padre Antônio Vieira em Lisboa,  
1880 no Real Colégio de S. Antão, no ano de 1669, é útil e revelador para uma incursão  
1881 inicial nos processos de formação e atuação da Companhia de Jesus, Ordem cuja  
1882 presença marcante no território brasileiro, durante a época colonial, ainda é percebida  
1883 através de uma série de realizações materiais, situadas nos diferentes lugares nos quais  
1884 se deu a fixação de seus membros, como o Estado do Rio de Janeiro, que preserva o  
1885 conjunto da Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, centro de interesse da presente  
1886 proposta de tombamento. Fundada em 1539, a Companhia de Jesus ofereceu novo  
1887 impulso aos processos de evangelização empreendidos pela Igreja Católica, ao  
1888 preocupar-se, de modo bastante incisivo e produtivo, com a conversão dos “povos  
1889 bárbaros” ao catolicismo, através da chamada militância do espírito. Com efeito, a  
1890 Ordem constituiu uma “cruzada”, cujos resultados desconhecera limites geográficos e  
1891 temporais e deixou consolidada o seu caráter missionário. Trata-se de um caráter  
1892 explicitado já na Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 1540, referente à aprovação da  
1893 Ordem. Segundo Fernanda Maitam: Qualquer que na nossa companhia, que desejamos seja  
1894 assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1895 servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de  
1896 castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma companhia, sobretudo fundada para, de um  
1897 modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública  
1898 pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e,  
1899 nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, [...] nos tenhamos por obrigados  
1900 cumprir, sem delongas, e na medida de suas forças, quanto nos ordenar o atual Romano Pontífice e os que  
1901 pelo tempo adiante lhe sucederem, para proveito das almas e propagação da fé, sejam quais forem às  
1902 províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda  
1903 para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos ou quaisquer  
1904 nações de fiéis. (LEITE, 2006, Tomo I/Livro I/I, p. 6-7). A Companhia de Jesus foi uma das mais  
1905 bem sucedidas ordens religiosas atuantes no contexto do movimento contra reformista e  
1906 isso se deve em parte ao seu plano religioso rígida e sabiamente organizado: a Ordem  
1907 era dividida em províncias, que, respeitando características geográficas ou linguísticas,  
1908 eram agrupadas em uma assistência. Leite (2006, Tomo I/Livro I/I, p. 12) explica que os  
1909 critérios para a formação das províncias eram resultantes de motivações de ordem  
1910 financeira: a criação estava subordinada à condição de posse de recursos suficientes  
1911 para sua própria sustentação e recrutamento. À medida que as *casas* cresciam em  
1912 número e distância, novas províncias eram criadas a partir da primeira ou originavam  
1913 novas vice-províncias, em casos em que o recrutamento ainda não havia sido  
1914 plenamente assegurado. É nas *Constituições* que se encontra explicitado o modo de funcionamento  
1915 da Companhia. Ela se concebe uma metáfora do corpo humano: uma vez que foi incorporado por um  
1916 longo processo de formação na Companhia, um jesuíta se torna “membro” desse corpo que é regido por  
1917 uma única “cabeça”, o preposto geral. Os membros desse corpo, unidos por um mesmo laço de  
1918 dependência que os liga a sua cabeça, estão “dispersos” no mundo, para ir trabalhar na “vinha do Cristo”.  
1919 O termo “dispersão”, frequente nas *Constituições* remete bem à realidade da situação dos jesuítas,  
1920 presentes em quatro continentes desde o final dos anos 1550, dez anos depois de sua fundação. Essa  
1921 presença no mundo, que constitui o cerne do projeto jesuíta, não deixa de conter um perigo de  
1922 desmoronamento e dissolução, implícito no próprio termo *dispersão*. Dessa forma, a questão da unidade  
1923 do corpo de membros dispersos é fundamental. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 67-68). A figura  
1924 do Preposto Geral, localizado em Roma, cerne da Ordem, constituía a principal  
1925 referência para todo membro da Companhia disperso nos continentes. Além disso, os  
1926 missionários costumavam contar, em nível local, com o poder colegial exercido pelo



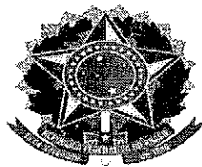
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1927 Provincial e pelo Reitor, e também com as Congregações Provinciais, assembleias que  
1928 regularmente ocorriam com o propósito de discutir as dificuldades encontradas e as  
1929 soluções propostas. Naturalmente, todas as questões eram submetidas ao centro da  
1930 Ordem. Há um ponto bem definido nas *Constituições Jesuítas*: a unidade jesuíta apenas  
1931 poderia ser garantida pela manutenção de duas condicionantes essenciais, no caso, a  
1932 incorporação “de fato” de cada um dos membros ao corpo e espírito da Companhia e o  
1933 controle das relações que deveriam ser estabelecidas entre a cabeça e todo o corpo  
1934 jesuíta. Em relação à primeira destas disposições, sua ocorrência se dá graças à  
1935 formação religiosa, particularmente extensa – muito mais longa do que a das demais  
1936 ordens religiosas –, aos estudos intelectuais aprofundados e ao contínuo trabalho  
1937 interior, baseado nos *Exercícios Espirituais*. A identidade jesuíta que fundamenta a unidade da  
1938 Companhia é constantemente definida nos textos como sendo “um modo de fazer” (“nuestro modo de  
1939 proceder”). Ao cabo de sua formação, todos os membros dispersos não necessitam ser idênticos, mas agir  
1940 de uma mesma maneira. [...] Definindo um estilo, uma maneira de proceder, as Constituições designam  
1941 uma liberdade de agir a cada um, liberdade que idealmente todo jesuíta incorporado à identidade da  
1942 Companhia saberá delimitar em fronteiras aceitáveis pela instituição. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006,  
1943 p. 69). Já a segunda disposição é assegurada pela implantação da correspondência  
1944 epistolar, um instrumento fundamental que, operando como a “coluna vertebral do  
1945 corpo inaciano” (MAITAM, 2011), mantinha a comunicação entre a “cabeça” e os  
1946 membros dispersos pelos continentes. Com efeito, as cartas dos jesuítas possibilitavam a  
1947 divulgação dos trabalhos realizados pela Ordem, colaborando tanto para a atração de  
1948 novos membros, quanto para auxílios oriundos de pessoas – fiéis, colaboradores e  
1949 admiradores – que não pertenciam ao corpo jesuíta. A rapidez na publicação funcionava  
1950 como uma espécie de propaganda para a maior popularização das cartas, que traziam  
1951 comumente informações a respeito dos lugares, atividades, costumes e quantidade de  
1952 padres, cristãos e infiéis. À luz das ideias de conversão e militância, os jesuítas se  
1953 lançaram em direção a territórios longínquos, muitos ainda não dominados pelos  
1954 europeus, mas já tidos como promissores campos de investidas evangelizadoras. No  
1955 caso do território brasileiro, a Ordem se fez presente como grande parceira do projeto  
1956 colonial do Império Português e, justamente por isso, contribuiu para o



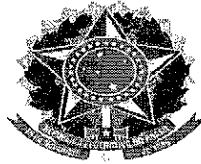
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1957 desenvolvimento de sua dupla conquista: a espiritual, sob a responsabilidade dos  
1958 missionários, e a territorial, sob as instruções do Governador Geral e demais autoridades  
1959 do Estado Português, destinadas a povoar e usufruir dos benefícios que esta conquista  
1960 poderia possibilitar. Mais do que isso, a ideia de conversão para os jesuítas foi  
1961 redimensionada, uma vez que se buscava a completa transformação da vida dos  
1962 indígenas, tanto na introdução dos princípios básicos do dogma cristão quanto na  
1963 alteração de seus antigos costumes. Ao tratar da implantação dos inácianos em terras  
1964 brasileiras, Castelnau-L'Estoile (2006, p. 51-55) menciona que sua ocorrência se deu  
1965 envolvendo o uso de três tipos de estabelecimentos: os colégios, as casas ou residências  
1966 e os aldeamentos. O colégio era o lugar especializado no ensino, destinado, em parte,  
1967 aos estudantes externos à Companhia, provido com os recursos necessários que lhe  
1968 garantisse sua autonomia econômica. Por sua vez, as casas professoras ou residências não  
1969 possuíam bens próprios, vivendo, assim, de esmolas e doações. Já os aldeamentos eram  
1970 ocupações resultantes do agrupamento de índios, em geral, de origens diversas e que  
1971 tomavam como ponto de fixação as imediações das igrejas. Uma vez vencido o caráter  
1972 disperso de sua distribuição no território, os nativos eram submetidos à experimentação  
1973 contínua e integral do processo de evangelização. O bom relacionamento da Companhia  
1974 de Jesus com as esferas do poder temporal foi muito bem aproveitado por seus  
1975 membros, que o direcionaram para a aquisição e o aumento de bens materiais. Para  
1976 converter prestígio em patrimônio, os jesuítas agiram diretamente perante o monarca,  
1977 conseguindo a doação de um grande número de propriedades rurais e urbanas no reino e  
1978 nas colônias, além da isenção de todo o tipo de impostos. Mas, ao lado das doações  
1979 régias, ocorreram outras de cunho particular, as quais contribuíram, sobremaneira, com  
1980 a elevação da quantidade dos bens imobiliários pertencentes à Companhia de Jesus. A  
1981 expulsão da Ordem, em 1759, foi seguida pelo confisco dos bens por parte da Coroa,  
1982 que rapidamente nomeou administradores capazes de dar continuidade às atividades  
1983 produtivas, efetuadas, sobretudo, nas fazendas e engenhos. Destituídos da presença dos  
1984 jesuítas, os edifícios perderam sua função orgânica, passando ambientar usos diversos,  
1985 ligados tanto à Igreja Secular e demais ordens religiosas quanto ao Estado. **A presença**



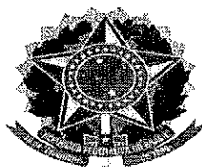
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

1986 **Jesuíta no Rio de Janeiro:** No Rio de Janeiro, as atividades jesuíticas tiveram início  
1987 ainda no século XVI, sendo favorecidas, a princípio, pela fundação do Colégio, de cinco  
1988 aldeamentos e pela aquisição de diversas propriedades rurais. Assim como ocorreu em  
1989 outras partes do país, muito se perdeu desse patrimônio. A perda mais significativa foi,  
1990 sem dúvida, a do Real Colégio de Jesus, arrasado junto ao desmonte do Morro do  
1991 Castelo em 1922. O colégio foi fundado em 11 de janeiro de 1568, três anos após a  
1992 fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, em 1º de  
1993 março de 1565, o que permitiu ao Real Colégio de Jesus receber a ‘redízima’ da dízima  
1994 real que lhe tocava por ser Grão-mestre da Ordem de Cristo” (LEITE, 2006, Tomo  
1995 I/Livro IV/III, p. 410). Porém, esta renda, sujeita a uma série de dificuldades e  
1996 incertezas da dotação real, logo se mostrou insuficiente, conduzindo ao  
1997 desenvolvimento de atividades como a agricultura e a criação de animais. Como pontua  
1998 Leite (2006): Como em toda a parte, mas ainda mais no Brasil, os recursos tinham que vir do solo. Era  
1999 preciso cultivá-lo. Assim, pouco a pouco, foram-se adquirindo bens imóveis. Uma lista enviada para  
2000 Roma, no primeiro quartel do século XVII, indica as terras e casas, que possuía o Colégio do Rio de  
2001 Janeiro, 50 anos depois da sua fundação. As casas eram dezesseis e tinham-se edificado e construído em  
2002 diversas ocasiões pelos próprios jesuítas. [...] Possuía o Colégio mais alguns pedaços de terra, cuja  
2003 denominação e situação se omitia, por não valer a pena, isto é, porque não rendiam nada ou quase nada.  
2004 (LEITE, 2006, Tomo I/Livro IV/III, p. 412). As principais propriedades rurais da Ordem no  
2005 Rio de Janeiro eram: Sesmaria de Iguazu (1565), composta por Engenho Velho –  
2006 outrora possuidor de três currais de gado e um engenho de açúcar –, Engenho Novo, que  
2007 substituiu o Velho com um importante engenho de açúcar e aguardente, e Quinta de São  
2008 Cristóvão, que possuía grande pomar, horta e um forno de cal; Fazenda de Macacu ou  
2009 Papucaia (1571), que foi a maior produtora de mandioca da região; Fazenda de São  
2010 Francisco Xavier (1573), que fornecia madeira para combustível da cozinha do colégio;  
2011 Fazenda de Santa Cruz (1596), “a mais importante propriedade dos Padres no sul do  
2012 Brasil” (LEITE, 2006, Tomo I/Livro IV/III, p. 422); Fazenda de Santana de Macaé  
2013 (1630), que foi utilizada, principalmente, para o descanso das boiadas; Fazenda do  
2014 Colégio dos Campos dos Goytacazes (1648), que era dividida em muitas fazendas de  
2015 criação de gado e possuía fábrica de cerâmica e um significativo engenho de açúcar; e



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2016 Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos (1648), possuiu expressiva quantidade de  
2017 cabeças de gado e fornecia ao colégio madeiras de lei e alimentos. O enorme latifúndio  
2018 de Santa Cruz, tal como os Engenhos Velho e Novo (MAITAM, 2011) constituiu um  
2019 significativo centro de produção fabril, sendo responsável pela exportação dos mais  
2020 diversos produtos, como madeiras, tijolos, ladrilhos, telhas, ferragens e materiais para  
2021 obras de várias espécies, quer fossem obras hidráulicas ou aquelas que tinham por  
2022 finalidade a abertura dos antigos caminhos. Caminhos que, a propósito, apenas se  
2023 tornaram possíveis graças à ação inaciana, mais especificamente de troca de  
2024 mercadorias estabelecida entre o colégio e as unidades produtoras. O mais primitivo dos  
2025 caminhos terrestres atribuídos aos jesuítas foi aberto em fins do século XVI e ligava o  
2026 Real Colégio a Guaratiba, onde se localizava a Fazenda de Santa Cruz, possibilitando o  
2027 escoamento das boiadas para o abastecimento dos diversos núcleos da Companhia. A  
2028 Fazenda de Santa Cruz também acolhia a mais antiga via de acesso às Minas Gerais,  
2029 denominado Caminho Velho, por onde era feito todo o transporte de ouro nos primeiros  
2030 tempos. Efetivamente, esta via terrestre incluiu a fazenda jesuíta na rota do ouro desde  
2031 fins do século XVII a meados do XVIII, quando a propriedade foi cortada pelo  
2032 Caminho Novo da Piedade, que promovia a ligação terrestre entre São Paulo e Rio de  
2033 Janeiro. Os documentos evidenciam a possível existência de uma rede entre os antigos  
2034 conjuntos do Rio de Janeiro, que posteriormente viria se constituir em uma rede urbana.  
2035 Pontua-se que, para alguns autores, o entendimento de “rede” se apoia na noção de  
2036 conjunto de centros funcionalmente articulados, que refletem e reforçam as  
2037 características sociais e econômicas do território ao qual estão inseridos (MAITAM,  
2038 2011). A estruturação dessa rede se inicia com a criação de um núcleo estrategicamente  
2039 localizado – próximo ao mar, constituindo o ponto inicial de penetração e conquista do  
2040 território e sua “porta” de entrada e saída –, que concentre as principais funções  
2041 econômicas e políticas, assumindo posição de destaque em relação aos demais núcleos  
2042 existentes sob seu domínio. É provável que os núcleos jesuítas que dominavam o litoral  
2043 do Rio de Janeiro estivessem estruturados economicamente, de forma que cada uma das  
2044 unidades se mantivesse condicionada a uma produção que pudesse suprir as demais



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

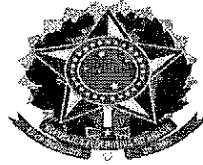
2045 integrantes deste organismo. Frente ao breve panorama delineado, pode-se concluir que  
2046 a Fazenda de Santa Cruz, tal como os demais núcleos jesuítas relacionados, projetou-se  
2047 como centro irradiador de desenvolvimento para o Rio de Janeiro. E, assim como  
2048 ocorreu no Estado do Espírito Santo (MAITAM, 2011) e na “Sesmaria das 12 Léguas”  
2049 (BRANTES, 2011), na Bahia, é possível que, diante da confirmação da importância da  
2050 troca de produtos na formação dos caminhos terrestres, os núcleos fluminenses também  
2051 se fundissem numa organizada rede de aldeamentos. Fica, assim, comprovado que a já  
2052 conhecida influência exercida pela Igreja nos âmbitos político, econômico, social e  
2053 ideológico, foi muito além destes campos e se refletiu também na configuração da  
2054 espacialidade brasileira, tanto no que diz respeito à formação dos aglomerados urbanos  
2055 quanto à estruturação da rede de cidades. **A Fazenda de Santo Inácio dos Campos**  
2056 **Novos.** A Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos foi fundada em 1648, sendo  
2057 implantada em terras anexas à aldeia de São Pedro de Cabo Frio. Para alguns  
2058 pesquisadores, a denominação “campos novos” sugere certa correspondência com a  
2059 propriedade estabelecida em Campos do Goitacazes. Considerando que ambas as  
2060 fazendas datam do mesmo ano, é compreensível a distinção que é feita entre uma e  
2061 outra unidade rural, embutida no adjetivo “novos”. Naturalmente, não se deve desprezar  
2062 a hipótese de que a Fazenda Campos Novos tivesse funcionado também como local de  
2063 descanso das boiadas que, partindo de Campos e passando por Macaé, se dirigia ao Rio  
2064 de Janeiro. Contudo, pesquisas indicam que a Fazenda tinha seu próprio rebanho (em  
2065 1707, eram 1500 cabeças de gado) e também desenvolvia diversas outras culturas de  
2066 subsistência. Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, foram realizados  
2067 inventários e autos de sequestro dos bens dos jesuítas. Suas terras foram medidas e  
2068 avaliadas de acordo com o tamanho e o tipo de produção, antes de serem vendidas em  
2069 hasta pública. No caso da Fazenda Campos Novos, os pesquisadores Carlos Engenmann  
2070 e Márcia Amantino, no artigo *A fazenda Campos Novos e sua história – séculos XVII e*  
2071 *XVIII*, informam que foram realizados dois inventários. O primeiro, imediatamente após  
2072 a expulsão dos religiosos, datado de 22 de novembro de 1759, e um segundo, feito em  
2073 30 de junho de 1775. Em ambos os registros, nota-se uma ênfase na escravaria e na



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

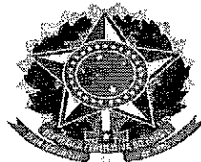
2074 quantidade de rezes existentes em cada um dos nove currais da fazenda. Algumas  
2075 informações sobre as construções e pertences em geral também são mencionadas, mas  
2076 poucos são os esclarecimentos sobre a edificação correspondente à sede da fazenda. Em  
2077 fins de 1778, as terras de Campos Novos, bem como sua escravaria, plantações e gado  
2078 foram arrematadas por pouco mais de vinte e quatro contos, por um comerciante  
2079 residente à praia, D. Manuel Pereira Gonçalves. Até meados do século XIX, a fazenda  
2080 se manteve como o estabelecimento rural mais importante da região, tendo recebidos a  
2081 visitação de ilustres viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e Charles Darwin, e  
2082 mesmo do próprio imperador D. Pedro II e sua comitiva, em 1847. Nesta época, a  
2083 fazenda já pertencia ao reverendo Joaquim Gonçalves Porto. Tempos depois, a fazenda  
2084 passou a pertencer ao alemão Jorge Honold, que a transformou em um grande  
2085 empreendimento de plantação de bananas. O empreendimento, porém, não teve êxito, já  
2086 que um grande incêndio aniquilou toda a plantação, fato que teria levado o alemão a  
2087 abandonar seu projeto econômico e suas terras. A partir da década de 1950, a Fazenda  
2088 Campos Novos entrou em um processo de franca decadência produtiva, transformando-  
2089 se, inclusive, em palco de muitas disputas de terras, mantidas entre seus antigos  
2090 moradores e seu novo proprietário. No início dos anos de 1980, o Instituto Nacional de  
2091 Reforma Agrária (INCRA) empreendeu uma das primeiras desapropriações das terras  
2092 pertencentes à fazenda, passando a distribuir títulos provisórios aos colonos ali  
2093 residentes. A medida, no entanto, teria poupado a área correspondente ao sítio histórico  
2094 da fazenda, cujo proprietário era Jamil Mizziara. Este trecho apenas foi desapropriado,  
2095 em 1993, por iniciativa da Prefeitura de Cabo Frio. Apesar das constantes ocupações e  
2096 refuncionalizações registradas ao longo de sua história, a Fazenda Campos Novos  
2097 alcançou a atualidade ainda envolta por extensa área verde, o que pode ser considerado  
2098 quase um “milagre”, obra, talvez, de seu padroeiro Santo Inácio de Loyola.  
2099 **Arquitetura e Paisagem.** Como consequência de seu vertiginoso crescimento, ainda  
2100 nos primeiros anos que sucederam à aprovação da Ordem, os padres da Companhia de  
2101 Jesus, reunidos na I Congregação Geral de 1558, admitiram a “necessidade de criação  
2102 das primeiras normas oficiais que deveriam ditar a construção dos novos edifícios”





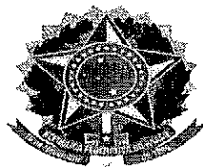
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2103 (MARTINS, 2000, p. 19). Deveriam ser aptos para a habitação, úteis para o exercício dos  
2104 ministérios apostólicos, fiéis aos critérios higiênicos e de solidez. Além disso, teriam de obedecer às  
2105 normas de pobreza religiosa, eliminando-se toda e qualquer nota de sumptuosidade e estilo requintado.  
2106 (MARTINS, 2000, p. 19). Definiu-se, assim, oficialmente, a fórmula geral do *Modo Nostro*,  
2107 que seria ratificada em definitivo em 1668, pelo Geral Giovanni Paolo Oliva. Visando  
2108 assegurar o cumprimento destas normas, os projetos dos edifícios da Companhia de  
2109 Jesus passavam pelo controle de um *consiliarius aedificiorum*, que, assumindo o cargo  
2110 de conselheiro técnico, auxiliava o Geral da Ordem na aprovação definitiva das novas  
2111 construções. Ao refletir sobre a prática construtiva associada à Companhia de Jesus,  
2112 Patetta (2001, p. 390) escreve: Na realidade, três séculos de presença desta Ordem atívisima na  
2113 sociedade e na arte e a sua extraordinária de construções testemunham essencialmente a escolha de “estar  
2114 no mundo”, mudando os próprios *programas* e as *orientações* estéticas do “pauperismo” da primeira  
2115 “estação do séc. XVI”, aliás, coincidente com semelhantes experiências da cultura romana e milanesa  
2116 daquele tempo, ao acolhimento dos experimentalismos maneirísticos, até ao triunfo formal e decorativo  
2117 do Barroco do séc. XVII e do Rococó do século sucessivo. [...] De facto, pode-se afirmar que os Jesuítas  
2118 nunca tiveram na arquitetura “um estilo” propriamente dito, nem existem documentos na Ordem em que  
2119 se faça referência a um estilo, desejável ou a ser adoptado ou a impor; que, pelo contrário, os Jesuítas  
2120 foram uma das Ordens mais “flexíveis”, tendo escolhido de se adaptar às situações históricas, às  
2121 evoluções culturais e às condições da sociedade. (PATETTA, 2001, p. 390). Apesar disso, Bazin  
2122 (1956, p. 80) afirma que as obras dos jesuítas, espalhadas pelos continentes,  
2123 apresentavam um nítido carácter de unidade, ocasionado pelas normas impostas pelo  
2124 centro de ação, em Roma (*Modo Nostro*), e pelo estabelecimento dos tipos construtivos  
2125 mais adequados a cada uma das províncias, o que abriu espaço para as adaptações dos  
2126 projetos às realidades locais. Vale ressaltar que o centro jesuíta romano tolerou e  
2127 encorajou algumas variações determinadas pelas tradições de cada local. Lucio Costa  
2128 (1941, p. 10) enfatiza que, apesar das mudanças de forma, de material, de técnica, a arte  
2129 dos jesuítas sempre se faz presente através do seu “*espírito*”. Esta marca jesuíta,  
2130 segundo ele, se sobressai à experiência e à moda; e é essa presença irreduzível, “ora  
2131 perdida no conjunto da composição, ora numa ou noutra particularidade dela”, que  
2132 sustenta o verdadeiro “estilo” dos padres da Companhia. O autor defende que esta



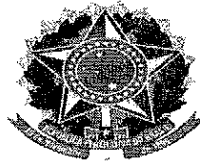
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2133 maleabilidade construtiva foi possibilitada por ser a Companhia uma ordem nova, livre  
2134 dos compromissos com as tradições monásticas medievais, que contava com uma  
2135 situação favorável para se deixar impregnar por preceitos mais “modernos”. Uma  
2136 questão importante associada à prática construtiva da Companhia de Jesus é que os  
2137 inicianos foram os primeiros a iniciar suas edificações com material mais resistente,  
2138 alteração que, segundo Bazin (1956), rapidamente foi copiada pelas demais ordens  
2139 religiosas. Costumeiramente, os jesuítas, ao chegarem ao sítio, erguiam um abrigo  
2140 simples, geralmente feito de madeira ou taipa de mão e coberto com palha. Trata-se de  
2141 um abrigo que oferecia estabilidade aos padres, permitindo-lhes encontrar o local mais  
2142 apropriado para a construção definitiva e, por conseguinte, para uma fixação duradoura.  
2143 Preocupados com a defesa de seus núcleos coloniais, os jesuítas costumavam localizar  
2144 seus edifícios em elevações, com vista para o mar e próximos a algum rio, uma  
2145 disposição que facilitava tanto a locomoção pela costa quanto para o interior, em busca  
2146 de novos aldeamentos. A localização próxima ao oceano e aos cursos d’água também  
2147 enfatiza o caráter material da Ordem, pois esta situação facilitava a conveniente  
2148 comunicação entre os vários estabelecimentos jesuítas, tornando possível o escoamento  
2149 da produção das fazendas e engenhos por eles administrados. Anna Maria Monteiro de  
2150 Carvalho (2002, p. 67) explica que, além do preceito de se edificar em locais elevados,  
2151 outras questões tornaram-se imperativas na prática construtiva jesuítica, como a  
2152 preocupação em erguer edifícios em locais salubres, centrais e com certa distância de  
2153 outras construções, sobretudo, daquelas ligadas a outras ordens religiosas. Também  
2154 tinha influência o interesse em locar o templo na vizinhança da catedral, disposição que  
2155 lhes permitia contar com um elevado número de estudantes e com uma grande área, a  
2156 ser usada para a construção de espaços destinados aos padres, aos estudantes, ao jardim  
2157 e, principalmente, ao culto. Costa (1941, p. 13) assinala que o partido arquitetônico de  
2158 dispor os corpos da construção em quadra, tradicionalmente empregado pelas ordens  
2159 religiosas em seus mosteiros e conventos, foi mantido pelos jesuítas. Contudo, os pátios  
2160 jesuíticos – no que diz respeito ao Brasil – não gozavam da mesma atmosfera de  
2161 sossego e recolhimento presente nos claustros das demais ordens religiosas,



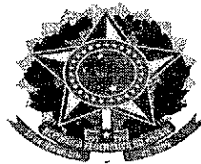
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2162 considerando a vida ativa e as atividades ministradas pelos padres da Companhia.  
2163 Assim, na maioria dos casos, o edifício jesuítico brasileiro era disposto em quadra, em  
2164 torno de um pátio central, onde um dos “quartos” da quadra era ocupado pela igreja,  
2165 sendo os demais ocupados pela residência, pelas salas de aula e oficinas, pela  
2166 enfermaria e pelas dependências de serviço. Todo o conjunto era comumente composto  
2167 por uma cerca, com horta e pomar. No caso da Fazenda de Santo Inácio de Campos  
2168 Novos, a estrutura arquitetônica se vale do partido em “quadra”, seguindo o “programa  
2169 das construções jesuíticas” no Brasil, que se dividia pelas funções práticas, ou seja, a  
2170 igreja para as celebrações religiosas, que ocupava um quarto da quadra, os demais três  
2171 quartos, ou alas, composto por dois pavimentos, eram distribuídos de forma a serem  
2172 ocupados por cubículos destinados a dependências de serviços, como cozinha,  
2173 refeitório, despensa, adegas e partes reservadas para a escola do ensino de ler, escrever e  
2174 gramática, para a doutrina religiosa, a administração, oficinas para a fabricação de  
2175 pequenas manufaturas. No pavimento térreo e no pavimento superior, geralmente,  
2176 estavam localizados o dormitório, a biblioteca e a enfermaria. Assim, cada uma das  
2177 quatro alas, com suas partes componentes, de acordo com as funções práticas  
2178 desenvolvidas, situavam-se dispostas em volta de um pequeno pátio interno para o qual  
2179 se tinha acesso direto. Para os serviços derivados da produção da fazenda (descascar e  
2180 ralar a mandioca, produzir a farinha, moer a cana, fabricar o açúcar e a aguardente),  
2181 para aqueles derivados da criação do gado (laticínios e curtumes) e ainda oficinas  
2182 (ferraria, serraria, carpintaria), provavelmente funcionavam em estruturas arquitetônicas  
2183 próprias contíguas à da “quadra”. Naturalmente, a quantidade e a diversidade destas  
2184 estruturas estavam atreladas às condições materiais e de mão de obra que permitiam o  
2185 pleno funcionamento da produção da fazenda. Na atualidade, pode-se perceber que o  
2186 conjunto arquitetônico da Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos sofreu inúmeras  
2187 alterações, introduzidas pelos diversos proprietários que a detiveram, após a expulsão  
2188 dos jesuítas. Algumas dessas intervenções são claramente visíveis e datam, segundo as  
2189 pesquisas feitas pelos técnicos da 6ª SR, do século XX: São elas: o reservatório d’água  
2190 existente no pátio interno, a varanda que rodeia o bloco correspondente à residência principal, as



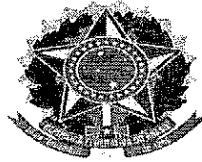
**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2191 esquadrias em venezianas de madeira colocadas nas fachadas desta última, o terraço coberto e a laje pré-  
2192 moldada sobrepostos à edificação em extensão do corpo principal relativo à residência jesuítica  
2193 (intervenção posterior, mas provavelmente datada do século XIX, haja vista a espessura de suas paredes  
2194 externas) e outras realizadas internamente, como banheiros, revestimentos cerâmicos e forros de madeira  
2195 principalmente. (Fl. 577). Segundo os técnicos das 6ª SR, a capela parece ser a área do  
2196 conjunto que sofreu menos intervenções, embora tenham ocorrido alterações no  
2197 revestimento do piso e de alguns trechos da alvenaria. Também os bens móveis e  
2198 integrados, pertencentes ao espaço religiosos, passaram por intervenções (reversíveis),  
2199 como emassamento da pia batismal, enxertos e repinturas das imagens. À primeira vista,  
2200 as alterações introduzidas, referidas anteriormente, parecem comprometer o valor  
2201 artístico e documental do conjunto inaciano, mas esta é apenas uma primeira impressão.  
2202 O partido em quadra, com sua implantação em área elevada, está ali presente e visível.  
2203 O testemunho, como dizia o Padre Antônio Vieira (1669), dos “que cultivam a seara de  
2204 Cristo, passando tantas vezes do arado ao sacrifício”, ainda se mantém material e  
2205 imaterialmente presente. **CONCLUSÃO.** Tendo em mente que o patrimônio possui a  
2206 capacidade de operar como narrativa que permite identificar conteúdos simbólicos,  
2207 capazes de gerar novas interpretações, vislumbra-se aqui o reconhecimento da Fazenda  
2208 de Santo Inácio dos Campos Novos como parte do Patrimônio Nacional indissociável  
2209 de todo o legado tangível e intangível deixado pela Companhia de Jesus, sobretudo, no  
2210 que se refere ao processo de ocupação do nosso território, visto que grande parte desta  
2211 ocupação se deve à ação inaciana, que se desenvolveu ininterruptamente por mais de  
2212 dois séculos (1549-1759) de vida colonial. Durante sua permanência, esta Ordem  
2213 instituiu colégios, seminários, casas, aldeamentos, fazendas, olarias e engenhos em  
2214 pontos estratégicos do litoral e do interior do país. Esta imbricada estrutura abre espaço  
2215 para inúmeras investigações no campo das ciências sociais e das artes que possibilitam  
2216 uma maior compreensão do processo civilizatório brasileiro. Como parte da história da  
2217 Companhia de Jesus no Brasil, a Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos se revela,  
2218 sem dúvida, um importante marco da colonização do território fluminense, ao mesmo  
2219 tempo em que se apresenta como um destacado modelo de arquitetura jesuítica.



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

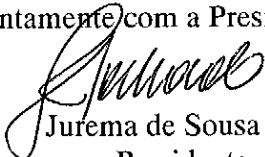
2220 Acredita-se que o modo pelo qual se formalizou o casamento entre Igreja e Estado na  
2221 empresa colonial e também em relação à inserção da Companhia de Jesus na expansão  
2222 colonizadora brasileira – se valendo, para tanto, da noção documento/monumento,  
2223 contribuem para esclarecer os questionamentos ligados à antiga estruturação dos jesuítas  
2224 em solo brasileiro. Por em evidência essas questões faz com que as edificações  
2225 jesuíticas espalhadas em todo território brasileiro assumam uma condição de conjunto,  
2226 permitindo também que a proteção desses edifícios seja analisada como peças chaves de  
2227 uma rede de circulação de gêneros alimentícios e produtos derivados da exploração das  
2228 florestas e das matas, envolvendo as regiões litorâneas, os sertões e as cidades  
2229 brasileiras, a Metrópole, assim como outros pontos do Império Ultramarino Português.  
2230 Diante do que foi exposto, nos colocamos favoráveis ao Tombamento do Sítio da antiga  
2231 Fazenda Santo Inácio de Campos Novos, um conjunto edificado formado por casa,  
2232 capela e cemitério anexo, localizado no distrito de Tamoio, município de Cabo Frio,  
2233 Estado do Rio de Janeiro, no **Livro do Tombo Histórico**, no **Livro do Tombo das**  
2234 **Belas Artes** e no **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**.  
2235 Brasília, 15 de maio de 2014. Eugênio de Ávila Lins. Conselheiro.” Concluída a leitura  
2236 do Parecer, a Presidenta encaminhou a votação pedindo àqueles que concordassem  
2237 erguessem o braço, tendo sido aprovado por **unanimidade o tombamento do Sítio da**  
2238 **Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, no Distrito de Tamoios,**  
2239 **município de Cabo Frio, Rio de Janeiro e sua Inscrição no Livro do Tombo**  
2240 **Histórico, no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico,**  
2241 **Etnográfico e Paisagístico**. A Presidente, a seguir, esclareceu que, de acordo com a  
2242 Procuradoria Federal no IPHAN, bastava à assinatura dela e do Secretário do Conselho  
2243 no Extrato das Decisões da reunião para dar maior rapidez ao envio dos processos de  
2244 tombamentos aprovados para homologação da Senhora Ministra de Estado da Cultura ,  
2245 sem prejuízo da Ata da Sessão extraída da gravação realizada. Agradeceu o  
2246 comparecimento de todos e convocou os Conselheiros para a 76ª Reunião do Conselho,  
2247 marcada para o próximo dia 11 de setembro de 2014. Nada mais havendo a tratar deu  
2248 por encerrada a 75ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do qual



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2249 eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata que dou fé e assino,  
2250 juntamente com a Presidente da IPHAN, Jurema de Sousa Machado.

2251

2252   
2253 Jurema de Sousa Machado  
2254 Presidenta

  
Jorge Augusto Oliveira Vinhas  
Secretário

2255

Conselheiros

2256

2257

  
Carlos Eduardo Dias Comas

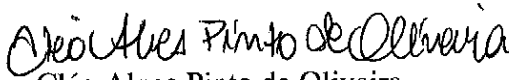
2258

2259

  
Carla Maria Casara

2260

2261

  
Cléo Alves Pinto de Oliveira

2262

2263

  
Roque de Barros Laraia

2264

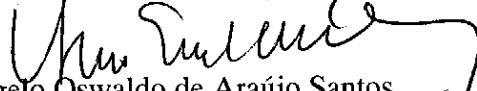
2265

2266

  
Maria da Conceição Alves de Guimaraens

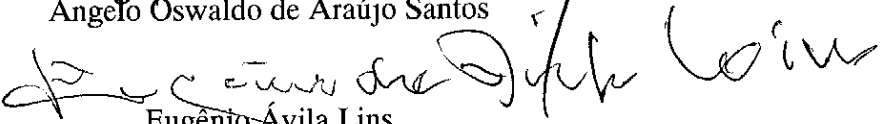
2267

2268

  
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

2269

2270

  
Eugênio Ávila Lins


2271

2272

  
Cristiana Nunes Galvão Barreto

2273

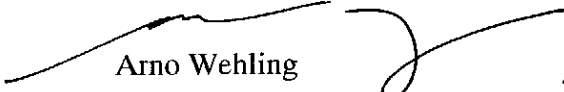
2274

  
Ângela Gutierrez

2275

2276

2277

  
Arno Wehling



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
**ATA DA 75ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL – 15/05/2014.**

2278

2279

2280

Breno Bello de Almeida Neves

2281

  
Luiz Felipe de Carvalho Castro Andrés

2282

2283

  
Maria Cecília Londres Fonseca

2284

2285

2286

Nestor Goulart Reis

2287

  
Synésio Scofano Fernandes

2288

2289

  
Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

2290

